

ERRATA

Esta é a tabela correta da p.49.

Tabela 7
São José do Rio Preto
Setor secundário 1980/1990

gêneros de indústrias	n. de estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	1980	1985	1990	1980	1985	1990
extração de minerais	-	-	-	-	-	-
prod.minerais não-metálicos	43	38	40	749	671	720
metalúrgica	55	103	120	800	1498	1680
mecânica	26	34	36	506	660	684
mat.elétrico e de comunic.	7	4	5	127	75	95
material de transporte	18	16	14	296	263	238
madeira	7	16	18	120	274	306
mobiliário	56	73	78	1466	1910	2030
papel e papelão	7	8	10	129	147	178
borracha	6	6	7	96	100	115
couros/peles e prod.sim. (exc.calç.e vest.)	4	8	10	27	56	65
química	3	6	6	139	98	102
prod.farmac. e veterinários	1	4	4	42	66	80
perfumaria, sabão e velas	4	4	5	39	40	49
prod. de mat.plásticos	12	8	10	186	124	160
têxtil	6	6	5	196	200	198
vestuário, calçados e artefatos de tecidos	66	80	90	1705	2060	2250
produtos alimentares	72	57	60	925	740	780
bebidas	2	3	4	170	185	192
editorial e gráfica	30	19	25	458	290	396
diversas	30	26	28	418	360	392
fumo	-	-	-	-	-	-
unid.aux.de apoio e de serv. natureza industrial	3	1	1	49	26	28
Total	458	520	576	8643	9843	10738

Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor de São José do Rio Preto, 1991.

Luciana Bernardo Miotto

POLÍTICA AMBIENTAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
1980-1994

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa.
Dra. Leila da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

08/07/95

Leila da Costa Ferreira

Banca:

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Daniel J Hogan

Prof. Dra. Arlete Moisés Rodrigues

Arlete Moisés Rodrigues

Agosto de 1995



UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	
V.	F. 5
T.º 30 00/25.681	
PREC. 433/95	
C	D 1
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/09/95
N.º CPD	

CM-00076788-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Miotto, Luciana Bernardo

M669p Política ambiental em São José do Rio Preto (1980 - 1994) /
Luciana Bernardo Miotto. -- Campinas, SP : [s.n.], 1995.

Orientador: Leila da Costa Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política ambiental - São José do Rio Preto (SP) 1980 - 1994.
2. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais. 3. Políticas públicas-São José do Rio Preto (SP) 1980-1994. I.Ferreira,
Leila da Costa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

ÍNDICE

São José do Rio Preto - um estudo analítico	p.01
Introdução	p.23
A exploração do espaço	p.34
Viver em São José do Rio Preto	p.53
Política ambiental em São José do Rio Preto	p.105
Conclusão	p.140
Bibliografia	p.144

Tabelas

Tabela 1: População segundo a situação domiciliar - 1991 São José do Rio Preto e distritos	p.03
Tabela 2: São José do Rio Preto - Rede Hospitalar - 1993	p.08
Tabela 3: São José do Rio Preto - Ensino Superior - 1993	p.10
Tabela 4: São José do Rio Preto - Rede Escolar - 1993	p.10
Tabela 5: Áreas de cobertura vegetal em São José do Rio Preto - 1993	p.39
Tabela 6: População total 1980/1991 RA de São José do Rio Preto e municípios-sede das Regiões de governo	p.42
Tabela 7: São José do Rio Preto - Setor secundário 1980/1990	p.49
Tabela 8: Programa de Distritos e Mini Distritos Industriais - 1993	p.70
Tabela 9: Rede de Esgoto (em metros) - 1983-1992	p.86
Tabela 10: Rede de Água (em metros) - 1983-1992	p.87

São José do Rio Preto

Um estudo analítico

O município de São José do Rio Preto é o cenário privilegiado desta análise. Trata-se de um município de porte médio que nos últimos anos vem apresentando um crescimento significativo. Enquanto objeto de estudo, foi alvo de algumas pesquisas tanto relacionadas a seu aspecto populacional¹, quanto a seu processo de desenvolvimento dentro da economia paulista².

São José do Rio Preto encontra-se a noroeste do Estado de São Paulo, na região denominada de Oeste Paulista³. O município é formado pelos distritos de São José do Rio Preto (sede municipal), Engenheiro Schimidt, Ipiranga e Talhado e o setor estadual concentra em São José do Rio Preto a sede da 8ª Região Administrativa.

¹ Ver PERILLO, Sonia R. (1992). *Nova área de atração populacional no Oeste Paulista: a Região de Governo de São José do Rio Preto*. Belo Horizonte, dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Ver também VIDAL, Maria do Socorro (1993). *Região de Governo de São José do Rio Preto*. Campinas, Textos NEPO (24).

² Ver a esse respeito os três trabalhos significativos de VASCONCELOS, Luiz Antonio T. (1992b). "A aglomeração urbana de São José do Rio Preto". In: CANO, Wilson (coord.). *Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana*. Campinas, convênio SPG/FECAMP, IENESUR/UNICAMP; (1992a). *Desenvolvimento econômico e urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e Araçatuba*. Campinas, dissertação de mestrado, IE/UNICAMP; (1992c). "Região Administrativa de São José do Rio Preto". In: *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação SEADE, vol. VIII.

³ A Região Administrativa de São José do Rio Preto é constituída por cinco Regiões de Governo (RG's), que são: RG de Catanduva, Fernandópolis, Votuporanga, São José do Rio Preto e Jales. A RG de São José do Rio Preto abrange 28 municípios, entre os quais a cidade de São José do Rio Preto, município-sede da RG e núcleo polarizador das atividades regionais.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

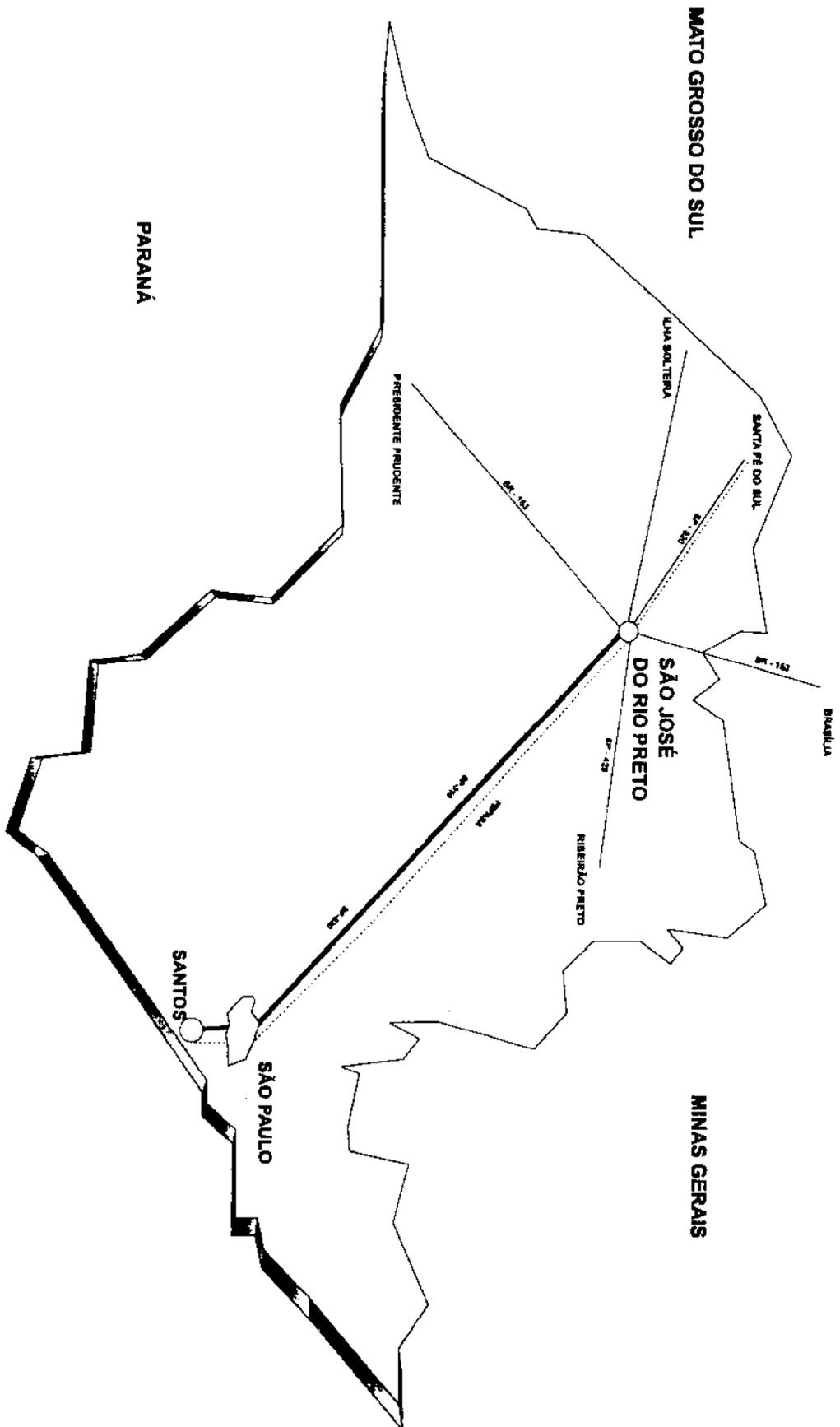


Tabela 1
População segundo a situação domiciliar - 1991
Município de São José do Rio Preto e distritos

Distritos	1991		
	urbana	rural	total
S. José do Rio Preto	263.454	3.435	266.889
Eng. Schmidt	9.536	2.480	12.016
Ipiguá	1.042	1.129	2.171
Talhado	1.012	1.257	2.269
Total	275.044	8301	283.345

Fonte: Censo Demográfico 91. Fundação IBGE, 1991, vol. XXI.

Diferentemente de outros estudos feitos sobre o município, este procura contemplar o aspecto ambiental de seu processo de desenvolvimento, a partir da década de 80. Para tanto, dividimos esta pesquisa em três partes: a história ambiental de São José do Rio Preto; a qualidade de vida no município e por último, as possibilidades e entraves de uma política ambiental para São José do Rio Preto.

Ao propor um estudo de caso - o município de São José do Rio Preto, esse trabalho de pesquisa tem como linha de análise reconhecer quais os atores envolvidos no processo de formulação e implementação de políticas ambientais no município. Em um segundo momento, procurar saber como se dá a dinâmica participativa dos atores na constituição destas políticas.

A análise das políticas municipais de meio ambiente em São José do Rio Preto passa pela instância significativa do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir do momento em que o processo de desenvolvimento do município é colocado frente ao debate ambientalista atual. Nesta perspectiva de análise, a problemática da pesquisa vai se delineando na medida em que os atores participativos deste processo vão sendo reconhecidos.

Iniciamos este estudo a partir da seguinte questão: *São José do Rio Preto, em relação a seu processo de crescimento nos últimos anos, e frente ao debate atual sobre o desenvolvimento sustentável, tem procurado direcionar suas políticas públicas em torno de uma preocupação ambiental?*

Assim, pensávamos em como cidades paulistas, a exemplo de São José do Rio Preto, vinham direcionando seu processo de desenvolvimento frente ao surgimento da questão ambiental, já que nestas cidades as conseqüências adversas do desenvolvimentismo dos últimos 40 anos ainda não se verificam de forma acentuada, tais como na região da Grande São Paulo.

Para Smolka (1993), a cidade, quando vista como o cenário privilegiado da questão ambiental, ou atua no enfrentamento da questão através dos efeitos (inspiração das propostas neoliberais), ou atua sobre as causas do problema ambiental, neste caso, propondo mudanças mais radicais nos costumes e no modo de vida.

Por que São José do Rio Preto?

Comparado a outros municípios paulistas de porte médio, apesar do desenvolvimento acelerado dos últimos anos, São José do Rio Preto ainda não apresenta um agravamento em suas condições de vida e na oferta de serviços públicos.

Através da literatura sobre o tema e juntamente com os dados obtidos sobre o município em diversas áreas - saúde, educação, saneamento básico, habitação, emprego, entre outras, procuramos investigar como se vive em São José do Rio Preto. Estamos, desde já, pensando qualidade de vida da seguinte maneira: *se hoje ela apresenta condições favoráveis para o município, estas condições manter-se-ão num futuro próximo? Ou seja, as ações hoje propostas para o desenvolvimento ordenado do município também o pensam a longo prazo?*

Estamos discutindo, principalmente, como o desenvolvimento do município está sendo pensado, tomando como parâmetro o conceito de desenvolvimento sustentável. Entre a literatura e o acontecer, procuramos situar tal conceito frente às perspectivas apontadas pelo município, baseadas na atuação dos diversos atores

envolvidos no processo. Frente ao panorama que se abre, as soluções propostas pelo *sustentável* parecem longínquas.

Esta pesquisa procura contribuir para a identificação de projetos e iniciativas ligadas ao enfrentamento das questões ambientais, através da elaboração de políticas públicas municipais condizentes com uma melhor administração do espaço urbano. São José do Rio Preto, como novo pólo regional paulista, surge como um foco de interesse a partir da forma como é conduzido seu processo de crescimento, e onde o poder público desempenha papel fundamental.

A hipótese que se coloca é de que em São José do Rio Preto, embora o Executivo municipal venha direcionando o crescimento da cidade, através de algumas políticas públicas *bem* elaboradas, não tem contemplado devidamente a questão ambiental.

Por outro lado, esforços significativos e exemplos notáveis na área ambiental, como a questão do tratamento de lixo que será vista mais adiante, têm sido identificados. Neste caso, nossa hipótese abrange o envolvimento de outros atores sociais, não necessariamente o poder público e que, infelizmente, promovem ações setorializadas, completamente desconhecidas umas das outras. Evidentemente, a integração dessas iniciativas reverteriam positivamente para o município de São José do Rio Preto, em direção a um desenvolvimento mais organizado e condizente com os padrões de sustentabilidade.

E como faremos isto?

Na análise da política ambiental do município de São José do Rio Preto, procuramos desenvolver uma metodologia de trabalho que aliasse o tempo de que dispúnhamos para a realização do projeto; o debate em torno da bibliografia sobre o tema e a caracterização dos diversos atores ligados ao processo de desenvolvimento do município e/ou atuantes na área ambiental. O período compreendido pela

pesquisa em questão, abrangeu os últimos dez anos, mais especificamente, a partir de 1985. Essa temporalidade também deveu-se a maior disponibilidade dos dados existentes.

O primeiro passo para a elaboração da metodologia de pesquisa foi a caracterização dos possíveis atores envolvidos na elaboração e implementação de políticas ambientais no município de São José do Rio Preto. Entre estes atores privilegiou-se duas instâncias de pesquisa: as de nível municipal e as extra-municipais. Entre aquelas de nível municipal estão os órgãos do poder público, incluindo as secretarias de planejamento, saúde, educação, agricultura, obras e saneamento; os departamentos de água e esgoto, de trânsito e o CONDEMA (Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente).

Órgão	entrevistados	atuação	objetivo da entrevista	data
Secr. Planejamento	Orlando Bolçone (secretário) economista	planejamento	pol.munic.meio amb. plano diretor	ago/94
	Emília T. Leme (assessora) economista	geração de emprego	plano diretor	out/94
Secr.Saúde	Dra. Maria Lúcia Salomão	saúde pública nível municipal	condições saúde	out/94
Secr.Obras e Saneamento	Dr. Jorge Abdanur Stepan	obras públicas	infraestrutura urbana	out/94
Depto. Água e Esgoto ⁴	Eng.Hélio Tedeschi	água e esgoto	capacidade e rede atendida no município	-
Secr.Educação	Prof ^a . Nadir M. Ferreira	educação	educação ambiental	out/94
Depto.Transportes	Alberto Olivieri Filho ⁵	transporte urbano	condições de atendimento	out./94
Secr.Agricultura Casa da agricultura	Sr. Soares agrônomo	agricultura	solos/práticas agrícolas agroquímicos	ago/94
CONDEMA	Raul Olivari Castro agrônomo/diretor	questões ambientais dentro da prefeitura	atuação do CONDEMA	out/94

⁴ O Departamento de Água e Esgoto encontra-se vinculado à Secretaria de Obras e Saneamento Básico. A entrevista não pode ser realizada em virtude do volume de serviços ocasionados pela seca na região (e conseqüente falta de água no município) durante o período de junho a outubro.

⁵ O Secretário de Transportes Alberto Olivieri Filho foi o gerente anterior da regional da CETESB no município. Aproveitou-se a entrevista para discorrer sobre o trabalho que o mesmo realizou quando de sua atuação na CETESB.

Secretaria de Planejamento

A Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) é ocupada por profissionais de áreas técnicas e, ao mesmo tempo, forte inserção política, possuindo dentro da Administração Pública da cidade, posição de destaque.

Segundo seu secretário, um dos objetivos centrais do trabalho da secretaria atualmente, é desenvolver uma cultura que ele chama de *democratização da informação*. Isso deve ocorrer de três maneiras: primeiramente, deve ser feito com que todos os servidores da secretaria tenham um conhecimento global do trabalho que ela desenvolve; segundo, isto deve se estender a todos os outros departamentos e secretarias da prefeitura. E por fim, este processo deve ser levado até a sociedade, o que já é feito a partir das reuniões do prefeito com as 23 sociedades de bairro atualmente existentes.

A proposta do secretário municipal de Planejamento é de, no futuro, acabar com o papel do *secretário* e formar um *quadro colegiado* composto de cinco a seis pessoas para atuar em seu lugar. Ele inaugura um processo de descentralização na tomada de decisões, ao mesmo tempo em que institui a Secretaria de Planejamento como direcionadora do processo de desenvolvimento do município.

Secretaria de Saúde

Com a municipalização dos serviços de saúde, a partir da lei 8.080 de 19/09/90 e lei 8.142 de 28/12/90, regulamentadas pela Lei Orgânica da Saúde, conforme previsto na Constituição de 1988, iniciou-se um processo de implantação de Unidades Básicas de Saúde no município, hoje em número de 19, sendo que duas delas são gerenciadas pela Faculdade de Medicina (FUNFARME).

A partir da Norma Operacional Básica de 1993 que orienta o trabalho da Secretaria Municipal de Saúde, esta optou por um tipo de gerenciamento *incipiente*,

primeiro tipo de gestão do sistema, onde a prefeitura assume alguns serviços, adequando-os às necessidades do município, prevendo no futuro, assumir outros.

A estrutura física de saúde em São José do Rio Preto compreende um Hospital Universitário de grande porte, o Hospital de Base, com 416 leitos de atendimento secundário e terciário e mais 8 hospitais, com um total de 1.444 leitos.

Tabela 2
São José do Rio Preto - Rede Hospitalar - 1993

Hospital	Leitos	Médicos
Casa de Saúde Sta. Helena	100	75
Hosp.Fund.Fac.Reg.Medicina (Base)	416	532
Casa de Saúde e Maternidade N.Sra.Graças	96	120
Hosp.Dr.Adolfo Bezerra de Menezes	211	15
Hosp.Austa	150	250
Sociedade Portuguesa de Beneficência	180	240
Irmandade de Sta. Casa de Misericórdia	410	220
Hosp.N.Sra. da Paz	199	162
Instituto Espírita Nosso Lar	98	80
TOTAL	1.860	1.694

Fonte: São José do Rio Preto. Conjuntura Econômica 1994.

O sistema de vigilância epidemiológica é feito pela Secretaria Municipal de Saúde. Ele cuida do controle das doenças de notificação compulsória e do controle de zoonoses, este subdividido em Comissão de Prevenção e Controle da Dengue e Febre Amarela e Comissão Permanente do Controle da Raiva.

A vigilância sanitária, ainda não municipalizada, fica a cargo do ERSA 57. O que a Secretaria Municipal de Saúde tem procurado é uma ação conjunta tanto com o ERSA 57 quanto com a Divisão Regional Agrícola (DIRA) e a Secretaria de Abastecimento Municipal.

Secretaria de Obras e Saneamento Básico/DAE

O trabalho da secretaria é dividido entre o Departamento de Obras Particulares e o Departamento de Obras Públicas. O Departamento de Água e Esgoto (DAE) encontra-se vinculado à Secretaria de Obras e Saneamento Básico. No Plano Diretor (1992), uma das diretrizes da área administrativa é a futura

transformação do DAE em autarquia municipal, visando adotar uma política de tarifas baseada em custos reais.

Secretaria de Educação

De um modo geral, o sistema de ensino em São José do Rio Preto possui duas características principais. De um lado a ênfase recai no ensino profissionalizante. Considerando que a maior parte da mão-de-obra atuante em São José do Rio Preto não possuía, a partir de meados da década de 80, nenhuma qualificação profissional, ocorrendo o mesmo com os migrantes que vinham buscar instalação na cidade, pode-se concluir que o ensino profissionalizante acabou sendo a principal meta do sistema educacional local. Entretanto, atualmente, precisaria de uma reestruturação que o compatibilizasse com a realidade do município.

Por outro lado, o ensino superior é o segmento mais importante. A cidade dispõe de uma Faculdade de Medicina ligada ao maior hospital da região e um Instituto de Moléstias Cardiovasculares (IMC), considerado um dos mais importantes do país. Possui outras 6 instituições de ensino superior em diversas áreas, que oferecem um total de 31 cursos de graduação e 6 de pós-graduação (mestrado e doutorado).

A Secretaria Municipal de Educação coordena a parte pedagógica da educação no município, que envolve 43 pré-escolas, uma escola de doentes mentais (Escola do Autista) e mais 20 classes de emergência de pré-escola funcionando em creches e centros comunitários na cidade.

A secretaria coordena ainda todo o programa de merenda escolar, além de um programa de transporte de alunos⁶, inclusive das escolas estaduais. O sistema de

⁶ O transporte escolar, neste caso, é realizado na faixa etária que vai da 1^a. a 8^a. séries primárias, e somente quando a escola é distante da casa do aluno aproximadamente 2 Km; ou quando a escola próxima à casa do aluno não possui vaga.

merenda escolar coordenado pela prefeitura atende a todo o 1º. grau, à pré-escola, creches e instituições filantrópicas.

Tabela 3
São José do Rio Preto - Ensino Superior - 1993

Faculdade	no. de cursos	no. de alunos	no. de professores
Fac. de Medicina ⁽¹⁾	3	657	295
Fac. de Engenharia e Arquitetura	2	470	57
Fac. de Ciências e Administração de Empresas	2	766	42
Fac. Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras	7	1.020	58
Fac. Integradas Riopretense - FIRP	8	1.626	85
UNESP - IBILCE ⁽²⁾	13	1.450	289
Fac. Riopretense de Serviço Social e Fac. Riopretense de Comunicação Social	2	342	35
TOTAL	37	6.331	861

Fonte: São José do Rio Preto. Conjuntura Econômica 1994.

(1) Oferece 1 curso de pós-graduação.

(2) Oferece 5 cursos de pós-graduação.

Tabela 4
São José do Rio Preto - Rede Escolar - 1993

		Escolas	Classes	Alunos
Rede Estadual		62	1.864	60.483
Rede Municipal	Pré-escola	43	383	9.367
	Supletivo	-	49	1.975
Rede Particular		23	428	12.184

Fonte: São José do Rio Preto. Conjuntura Econômica 1994.

Departamento de Trânsito

Não constitui função do departamento de Trânsito coordenar o transporte coletivo do município. Ele apenas se limita ao trabalho de sinalização viária e eventuais problemas ligados ao tráfego. O Plano Diretor (1992) prevê a criação de uma Secretaria Municipal de Transportes, com a tarefa de gerenciar todas as questões relativas ao transporte intermunicipal e urbano, bem como o trânsito em geral. Prevê também, dentro das diretrizes de sua área administrativa, a criação da Empresa Municipal de Transportes - EMTRAN.

O transporte urbano é operado praticamente em condição de monopólio, pela empresa Circular Santa Luzia. O município conta com linhas cobrindo quase todos os bairros da cidade com interligação na área central, sem representar ônus adicionais para a população que se desloca para áreas mais distantes. Outra empresa, a Viação Itamarati, opera apenas as ligações com o distrito de Eng. Schmidt e o bairro de Vila Toninho⁷.

De acordo com dados recentes fornecidos pela Circular Santa Luzia, cerca de 100.000 pessoas utilizam diariamente este sistema de transporte. São 161 carros com uma média de 27.000 Km rodados. A empresa possui uma média de 40 acidentes mensais, incluindo aqui qualquer tipo de ocorrência⁸.

Secretaria da Agricultura/Casa da Agricultura

Anteriormente a Secretaria da Agricultura abrangia tudo o que dizia respeito a desmatamentos e conservação de solos, até que foi criado o Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN), ligado a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, possibilitando uma divisão de tarefas.

CONDEMA

Foi criado em 29 de fevereiro de 1984, na primeira gestão do prefeito Manoel Antunes. Já nesta administração, foi sugerido a ele que se criasse uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ou mesmo um departamento. Isto ocorreu porque o conselho por si só não possuía condições de atuar sobre determinadas tarefas, já que não tinha poder de decisão. A expectativa era de que houvesse uma secretaria que cuidasse dos assuntos ligados ao meio ambiente, só que de forma estruturada e com

⁷ Em São José do Rio Preto o transporte urbano é ruim, contrário ao que afirmam os órgãos públicos. Há poucos ônibus circulando; há demoras e bairros sem atendimento ou com atendimento precário (máximo de três horários de ônibus por dia, por exemplo). Todas as linhas funcionam a partir de um terminal de ônibus, situado ao lado da rodoviária (impossível de ser usado quando há enchentes).

⁸ Dados fornecidos pela Circular Santa Luzia, referentes ao ano de 1994.

profissionais que recebessem para isso, já que teriam a função específica de trabalhar na área ambiental.

Na época o prefeito Manoel Antunes não teria demonstrado interesse em instituir um órgão deliberativo que cuidasse das questões de meio ambiente. O prefeito seguinte, Antônio Figueiredo de Oliveira, de acordo com o presidente do CONDEMA, teria sido ainda menos receptivo à idéia. Frente a isso, os membros do CONDEMA se demitiram, aguardando uma oportunidade para que o próximo prefeito nomeasse uma nova equipe.

Na segunda e atual gestão do prefeito Manoel Antunes, o CONDEMA voltou a atuar. O grupo retomou com novos membros mas manteve a base do anterior. É composto de membros do IBILCE, da Polícia Florestal, do DPRN, da OAB, da Faculdade de Medicina (FUNFARME), da Secretaria de Agricultura, da Sociedade dos Engenheiros e da CETESB. Estas pessoas já trabalhavam em suas repartições com questões ligadas ao meio ambiente, sendo que no CONDEMA poderiam expandir seu campo de ação.

Aguardava-se, contudo, o fornecimento de uma estrutura adequada para que se pudesse discutir as questões e partir para decisões mais efetivas. O conselho elegeu algumas prioridades já no início de 1994, encaminhando-as ao prefeito com estudos e propostas. Entre elas estavam a arborização urbana, o abastecimento de água e a questão do não tratamento de esgotos.

Como as propostas não saíam do papel e segundo seu diretor, nem mesmo eram discutidas pelo prefeito, o conselho mais uma vez decidiu que se não houvesse a criação de uma secretaria não haveria como encontrar soluções efetivas para os problemas ambientais do município. O fato era que o CONDEMA, sendo apenas um órgão consultivo, não podia tomar nenhuma decisão, sem mesmo possuir uma estrutura física de funcionamento adequada. Atualmente, o CONDEMA encontra-se

demissionário, podendo o prefeito nomear um outro grupo para assumir a função do anterior.

Fora do poder público, procurou-se elencar o máximo possível de pessoas, entidades ou órgãos ligados de alguma forma à questão ambiental. Entre eles estão: a Câmara de Vereadores (presença de um vereador preocupado com a questão ambiental e a expansão urbana do município); a atuação do Grupo Viva Vida IBILCE; a Polícia Militar Florestal e o Corpo de Bombeiros; o Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN), vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente; a Promotoria Pública de Meio Ambiente; o Sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas, do açúcar, álcool e farmacêuticas; a regional da CETESB no município; o ERSA 57 (Escritório Regional de Saúde) e mais alguns profissionais que trabalham com a questão ambiental dentro do município.

Câmara de Vereadores

entrevistados	atuação	data
José Carlos de Lima Bueno (arquiteto e vereador eleito pelo PT)	planejamento urbano conselho de meio ambiente	ago/94

Grupo Ambientalista Viva Vida IBILCE	Eros S. Roman estudante ciência da computação - IBILCE	manifestações contra agressões ao meio ambiente	atuação na região	ago/94
Promotoria de Meio Ambiente	Dr. José Pupo Nogueira promotor público	denúncias sobre agressões ao meio ambiente	denúncias julgamentos	ago/94
Construfert	Dr. Aviemar Reis (diretor comercial) advogado	limpeza urbana	lixo/reciclagem de resíduos	ago/94
Depto. Proteção aos Recursos Naturais	Alcir Eng. Florestal	áreas verdes solos	áreas verdes	ago/94
Sindicato dos trabalhadores das Inds. Químicas, Alcooleiras e Farmacêuticos	Sr. Lourival (diretor)	condições trabalho	acidentes em indústrias químicas doenças de trab.	ago/94
Polícia Florestal	Comandante Tenente Roger	incêndios caça predatória pesca indiscriminada	trabalho na região, ocorrências mais comuns	ago/94
Corpo de Bombeiros	Tenente Zampieri	assuntos gerais	enchentes	ago/94
	Tenente Carlos	vazamentos químicos	vazamentos químicos	ago/94
CETESB ⁹	Paulo Eduardo Antunes (gerente)	assuntos gerais da CETESB	atuação CETESB na região	ago/94
	Mônica Siqueira (socióloga)	educação ambiental	condições saúde	ago/94
Ersa 57	Dr. Silas Dr. Cássio	vigilância epidemiológica	condições saúde	-

Grupo Ecológico Viva Vida IBILCE

Grupo ecológico de curta duração. Surgiu a partir de maio de 1993, com a reunião de um grupo de pessoas do IBILCE ligadas à área de biológicas. Contou com a militância de Eros S. Roman, aluno de ciência da computação e membro do Grupo Ecológico 5 de junho de Catanduva, município a 61 Km de São José do Rio Preto. Este grupo de Catanduva possui um nome reconhecido na região e teria surgido no final de 1990, a partir de membros da ordem maçônica Demolay. Eros S. Roman foi um destes membros e um dos poucos remanescentes da formação original de um grupo por onde já passaram cerca de 200 pessoas.

⁹ Em dezembro de 1994, Paulo Eduardo Antunes foi destituído do cargo, acusado de corrupção.

Essa experiência Eros levou para o grupo do IBILCE. Era um grupo informal, com cerca de seis pessoas que faziam reuniões semanais para discussão de projetos e troca de informações sobre questões ambientais.

As propostas de atuação do grupo do IBILCE eram duas: trabalhar com educação ambiental em escolas de 1º grau¹⁰ e no plantio de árvores. Infelizmente, nenhuma delas chegou a ser contemplada. O único projeto desenvolvido foi na Semana do Meio Ambiente em junho de 1994, onde o grupo, em conjunto com a CETESB e mais diversas outras entidades, puderam realizar eventos e manifestações sobre a questão ambiental.¹¹

Promotoria Pública

Trabalha com questões ligadas ao meio ambiente a partir de denúncias que recebe por parte da população. Possui a colaboração da CETESB e da Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública na execução dos trabalhos.

Construfert

A implantação da atividade de beneficiamento do lixo foi feita mediante um processo de terceirização, com investimento total por parte da empresa, pertencente a um grupo local, sendo que a prefeitura teria cedido apenas a área destinada ao aterro.

Foi aberta uma concorrência pública vencida pela Construfert. A concorrência previa a implantação de um projeto integrado de tratamento de resíduos sólidos urbanos, com a implantação de uma usina de reciclagem e compostagem;

¹⁰ Alguns professores chegaram até a elaborar uma *cartilha* para que os alunos do bacharelado e da licenciatura em biologia pudessem utilizar nas escolas.

¹¹ O grupo do IBILCE em conjunto com o grupo 5 de junho organizou uma manifestação audiovisual que contemplava os seguintes temas: o papel dos indivíduos, a falta de água, a poluição, a superpopulação, o desmatamento, entre outros. Obtiveram patrocínio da Construfert e da Construtora Hopase de Rio Preto.

coleta de lixo domiciliar, coleta diferenciada do lixo hospitalar e ambulatorial; varrição de vias públicas; limpeza de feiras livres e operação de aterro sanitário.

A atuação da Construfert, Usina de Compostagem e Reciclagem de lixo, no município de São José do Rio Preto é recente, datando de 1992. Ela atende 100% do município, incluindo os três distritos pertencentes a São José do Rio Preto - Engenheiro Schimidt, Ipiguá e Talhado.

DPRN

A regional do DPRN de São José do Rio Preto abrange 65 municípios, cuidando basicamente do licenciamento de atividades ligadas à área ambiental (flora, mineração, água e uma pequena parte ligada a fauna), realizando um trabalho bastante abrangente e diversificado. Promove um relacionamento direto com o produtor rural, fornecendo também assistência jurídica.

Quanto à parte técnica e de recursos humanos sofre diversos problemas, especialmente a falta de profissionais. Procura trabalhar em conjunto com a Polícia Florestal em relação a denúncias de queimadas e processos de desmatamento.

Sindicato dos Trabalhadores das indústrias químicas, do açúcar e do álcool

Fundado em 1987. O serviço prestado pelo Sindicato serve tanto aos trabalhadores das destilarias de álcool quanto das indústrias químicas de modo geral, inclusive farmacêuticas. O Sindicato trabalha principalmente na fiscalização das empresas quanto ao cumprimento de melhorias das condições de trabalho.

Polícia Florestal

O trabalho da Polícia Florestal em São José do Rio Preto abrange uma área composta por 15 municípios e é feito através de denúncias recebidas, principalmente relativas a desmatamentos e queimadas. Nas denúncias de agressões ao meio ambiente, recebe a colaboração dos engenheiros florestais do DPRN. Nas atuações,

trabalha junto à Promotoria Pública que fica encarregada de mover uma ação civil contra o infrator.

A Polícia Florestal também realiza um trabalho informativo através de palestras nos municípios da região de São José do Rio Preto, visando atingir principalmente o trabalhador rural, que na opinião da Polícia Florestal é o que menos conhece a legislação ambiental e quase sempre incorre no uso de práticas inadequadas de manejo do solo e dos recursos naturais.

Corpo de Bombeiros

Em São José do Rio Preto está localizada a sede do 13^o agrupamento do Corpo de Bombeiros. O trabalho se dá, principalmente, com questões ligadas às queimadas e às enchentes.

No início de junho até fins de outubro, declaram a *Operação Mata Fogo*. Trata-se de uma época do ano eminentemente seca, onde as pastagens se degradam e ficam mais vulneráveis às queimadas. Uma guarnição do Corpo de Bombeiros fica reservada para atender fogo em matas. Além disso, o DPRN e o monitoramento de satélites feito pelo INPE auxiliam no combate ao fogo. Já no período de chuvas, que vai de novembro a março, são as enchentes que atormentam a vida da população riopretense.

O Corpo de Bombeiros também possui uma área recente de atendimento à acidentes envolvendo produtos perigosos, que vão desde explosivos, passando por líquidos inflamáveis até materiais corrosivo e radioativo.¹²

¹² Os acidentes mais frequentes na região e que envolvem produtos perigosos são acidentes automobilísticos com vazamento de combustível líquido. Isto ocorre porque é intenso o tráfego de caminhões que passam pela BR-153, em direção ao Mato Grosso.

CETESB

A regional da CETESB em São José do Rio Preto foi criada em 1991, separando-se da regional de Ribeirão Preto, absorvendo o escritório de Barretos e abrindo um distrito em Novo Horizonte. Futuramente serão inaugurados um escritório em Fernandópolis, um posto avançado em Santa Fé do Sul e um em Pereira Barreto. Trata-se da maior região do Estado de São Paulo administrada por uma regional. São 178 municípios com uma densidade industrial reduzida, basicamente constituídos por agroindústrias de laranja e cana-de-açúcar.

A regional da CETESB em São José do Rio Preto atua nas áreas de controle corretivo, de controle preventivo e de educação ambiental. Ela conta com o apoio técnico do pessoal da CETESB em São Paulo; possui convênios com a ESALQ de Piracicaba e com a Universidade Federal de São Carlos.

Ersa 57

Controla a área de vigilância sanitária no município, através da fiscalização de alimentos¹³, edificações e estabelecimentos, tais como laboratórios, farmácias, consultórios odontológicos, entre outros. Segundo dados do *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991), o Ersa 57 apresenta necessidade de adequação de recursos humanos, já que sofre a falta de vários profissionais.

Também fora do poder público, foi realizado um trabalho de coleta de dados sobre fatos relacionados à questão ambiental nos dois principais jornais do município, que são: Folha de São Paulo - SP Norte e o Diário da Região. O período vai de janeiro de 1985 a julho de 1994.

¹³ A fiscalização de alimentos pretende ser municipalizada.

Jornais	período
Diário da Região	jan.1985/jul.1994
Folha de São Paulo - SP Norte ¹⁴	dez.1991/jul.1994

Procuramos também trabalhar com importantes instrumentos legais de implantação da política municipal de meio ambiente, que seriam o Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal. No caso de São José do Rio Preto, destacou-se a criação do Conselho de Desenvolvimento do Plano Diretor, órgão diretamente responsável pela sua implementação e eventuais mudanças.

Lei Orgânica do Município

A Lei Orgânica deve considerar as características locais e regionais dos municípios. Entretanto, sofreu diversas críticas, entre elas a de que teria sido feita para cumprir uma obrigação formal.

Plano Diretor

O Plano Diretor de São José do Rio Preto foi elaborado na gestão do então prefeito Antônio Figueiredo de Oliveira, em 1991. Formou-se uma comissão de técnicos e membros de diversas entidades e órgãos representativos da comunidade, para a realização de um diagnóstico sobre o município, sob a presidência do arquiteto Milton Faria de Assis Júnior, então secretário municipal de Planejamento.

Esta comissão, com cerca de 70 pessoas, foi dividida em nove áreas de atuação: economia; infraestrutura urbana e meio ambiente; infraestrutura comunitária, abrangendo as áreas de saúde, educação, cultura, promoção social, e ainda a administrativa/institucional. Posteriormente, as análises e debates entre as

¹⁴ A Folha de São Paulo - SP Norte começou a circular na região de São José do Rio Preto a partir de 1º de dezembro de 1991.

sub-comissões subsidiou a elaboração da lei complementar do Plano Diretor, no ano seguinte, 1992¹⁵.

As entidades e órgãos representativos da comunidade foram as seguintes: DIRA (Divisão Regional Agrícola), ERP (Escritório Regional de Planejamento), Receita Federal, Casa da Agricultura¹⁶, ACIRP (Associação Comercial e Industrial de Rio Preto), ARECON (Associação Regional de Construção), um representante do SINDUSCON (Sindicato das Indústrias de Construção), um representante dos corretores de imóveis, CPFL, IBGE, TELESP, Delegacia Tributária, meios de comunicação, um representante do PRODEI (Programa de Distritos Industriais), membros da comunidade, UNESP, CETESB, DOP (Departamento de Obras Públicas), Faculdade de Engenharia, Sociedade dos Engenheiros, SUDS Regional, DRE (Divisão Regional de Ensino), IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), DER (Departamento de Estradas e Rodagens), Corpo de Bombeiros, COMDEPHACT, FADIR (Faculdade de Direito Riopretense), Promoção Social, LBA, FRAS (Fundação Riopretense de Assistência Social), EMCOP (Empresa Municipal de Construções Populares).

Participaram também: Aziz Ab Saber (USP), Luiz Antonio Vasconcelos (IE-UNICAMP), Antônio Clóvis Pinto Ferraz (USP - São Carlos), arquiteto José Carlos de Lima Bueno (vereador eleito pelo PT e que participou como crítico do Plano) e economista Orlando José Bolçone (atual Secretário Municipal de Planejamento).

A lei complementar do Plano Diretor, promulgada em 23 de dezembro de 1992, na administração do prefeito Antônio Figueiredo de Oliveira, estabelece as

¹⁵ Deixaremos clara uma diferenciação: *Diagnóstico do Plano Diretor* foi um plano de estudos sobre o município, subsídio da lei complementar do Plano Diretor. Ao primeiro iremos nos referir como *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991), e ao segundo, como *Plano Diretor* (1992).

¹⁶ Embora seu secretário afirme que a Secretaria da Agricultura/Casa da Agricultura não foi chamada para discutir o Plano Diretor.

bases legais do diagnóstico do Plano Diretor do município de São José do Rio Preto.¹⁷

Já em sua introdução coloca o Plano Diretor como instrumento legal concebido com a única finalidade de *planejar* o desenvolvimento do município. Este processo de planejamento deve atender às especificidades locais e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade, conforme a Constituição de 1988, a Constituição Estadual de 1989 e a Lei Orgânica do Município.

Conselho de Desenvolvimento do Plano Diretor

O Conselho de Desenvolvimento do Plano Diretor foi criado por meio de decreto lei 7060 de 05/02/93. Trata-se de um órgão de consultoria obrigatória e permanente da administração municipal, que se reúne quinzenalmente a fim de tornar mais efetiva e dinâmica a implementação do Plano Diretor (1992).

Entre as atribuições do conselho está a permanente revisão e atualização do Plano Diretor, com a formulação de projetos de lei ou decretos que se façam necessários à complementação do mesmo. Compete ao Conselho os projetos mais relevantes contidos na Lei de Zoneamento.

É formado por 14 membros, não remunerados e que podem ser reeleitos: presidente da Câmara Municipal, secretários de Planejamento (presidente), de Obras e Saneamento Básico (vice-presidente), Bem Estar Social, Educação e Negócios Jurídicos; um membro da Sociedade dos Engenheiros de São José do Rio Preto, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (núcleo de São José do Rio Preto), do CONDEMA, da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto - ACIRP, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (delegacia de São José

¹⁷ Também foram aprovadas as seguintes leis: lei de Zoneamento, lei de Uso e Ocupação do Solo e lei de Parcelamento do Solo.

do Rio Preto), do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI, da OAB e do Ministério Público.

Outro fator que merece ser destacado nesta pesquisa é o Programa Cidade de Porte Médio desenvolvido em São José do Rio Preto, e que sem o qual não seria possível construir e direcionar várias políticas públicas do município.

Projeto Cidade de Porte Médio

O projeto Cidade de Porte Médio foi implantado em São José do Rio Preto no final dos anos 70 e início dos anos 80. Com recursos do Banco Mundial, o projeto também foi desenvolvido em outras cidades brasileiras e o objetivo era favorecer o fortalecimento de cidades médias e dotá-las de infraestrutura capaz de atrair migrantes e fixá-los. Os pontos centrais do projeto eram: geração de emprego e renda, infraestrutura urbana e comunitária e modernização administrativa.

O projeto realizou ainda, através do Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento de São José do Rio Preto, um diagnóstico do município, que se estende por cinco volumes, intitulado *Perfil Sócio-Econômico do Município de São José do Rio Preto* (1981).

Este diagnóstico procura abranger diversas áreas, tais como saúde, habitação, educação, lazer, abastecimento de água e rede de esgoto, vigilância sanitária, assistência social e emprego. Em geral, para o conteúdo compreendido pelo relatório, a situação mais grave ocorria por conta da má, ou inexistente, distribuição dos serviços públicos, especialmente em relação à população das áreas periféricas.

São José do Rio Preto, bem como outras cidades brasileiras, deveriam, com o projeto, funcionar como barreiras de contenção do fluxo de migrantes em direção às grandes metrópoles.

Introdução

O que é o desenvolvimento sustentável?

Com a publicação, em 1972 do relatório *Limites do Crescimento*, mais conhecido como relatório do *Clube de Roma* ou relatório *Meadows*, está configurado o cenário apocalíptico da escassez de recursos que devastaria todo o planeta. São debatidas controversas teorias acerca do crescimento econômico e industrial, questionando o próprio desenvolvimento¹.

Davis (1991) coloca que pela primeira vez, na história intelectual, a ciência estava sendo usada para confirmar um medo demográfico que levaria o mundo ao caos. O relatório do Clube de Roma converteu muitos *alarmistas*, mas se esqueceu completamente do papel da tecnologia. O mérito, continua Davis, foi que o relatório teria desencadeado uma série de preocupações de fundo ambiental, onde os problemas que antes eram pensados localmente, agora passavam a ser globais.

De acordo com Leff & Montes (1986), as teorias sobre crise de recursos privilegiavam apenas dois aspectos: a explosão demográfica e o aproveitamento

¹ O relatório do Clube de Roma foi um estudo feito pelo *Massachusetts Institut of Technology*, ao lado de um grupo intitulado Clube de Roma. Através do cruzamento de cinco variáveis básicas - terra, comida, industrialização, recursos não renováveis e poluição, mais as tendências de desenvolvimento no período 1900-1970, além de algumas proposições que foram incorporadas, sugerem que, se a industrialização e a população continuarem a se expandir, aquela aumentará e o colapso virá em menos de 130 anos.

irracional de recursos. Nesta linha, a proposta do *crescimento zero*² teria surgido como meio de contornar o futuro problema da escassez, mas acabou demonstrando ser totalmente inadequada. Não dá conta, por exemplo, da situação caótica das economias de países subdesenvolvidos, onde sequer as necessidades básicas da maior parte da população foram atendidas.

Algumas críticas ainda se referem ao fato de que o relatório do Clube de Roma não foi capaz de adequar modelos de desenvolvimento às especificidades culturais de cada país (Diegues, 1992).

Frente às equivocadas propostas de crescimento zero e ao cenário apocalíptico inaugurado pelo relatório Meadows, surgem teorias como a do *ecodesenvolvimento*. O conceito de *ecodesenvolvimento* surgiu em 1973, quando Maurice Strong, diretor executivo do Programa da ONU para o Meio Ambiente, lançou a idéia no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo deste programa, em Genebra.

Para Sachs (1986), um dos melhores estudiosos do tema, o *ecodesenvolvimento* não propõe a volta a um modo de vida bucólico, pois isto não passa de uma idealização *falaciosa* sobre o passado. Nem tampouco se trata de partilhar as idéias do crescimento zero, conforme alguns catastrofistas. As estratégias do *ecodesenvolvimento* propõem o uso mais racional dos recursos de cada região, atendendo as necessidades básicas de seus habitantes, inclusive a longo prazo, reduzindo os danos ambientais e combatendo o desperdício de recursos.

“(...) *ecodesenvolvimento* é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo” (SACHS, 1986:18).

²O crescimento zero constitui-se em uma estratégia que pretende manter a produção nos níveis atuais a fim de não provocar uma ruptura ambiental ou uma exaustão dos recursos.

Trata-se da busca de um maior grau de controle dos aspectos mais importantes do processo de desenvolvimento³, através da sociedade civil organizada. São as comunidades a nível local, microregional ou regional que possuem potencial a ser canalizado para maximizar a utilização de recursos disponíveis, visando a satisfação de suas necessidades básicas e sem incorrer no isolacionismo. Em nível internacional representa a oposição a qualquer forma de dependência, principalmente tecnológica⁴.

Na forma como é colocado, o conceito de ecodesenvolvimento privilegia o específico, ou seja, o respeito às especificidades locais de cada população, sem a interferência de valores externos que lhe sejam prejudiciais. A cooperação existe na medida em que não afeta o equilíbrio de recursos locais e não se manifesta numa clara fonte de exploração.

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega. O objetivo era rever os principais problemas do meio ambiente e do desenvolvimento a nível global, bem como a formulação de respostas para solucioná-los. O resultado desse trabalho foi a elaboração de um relatório conhecido como *Nosso Futuro Comum*.

O relatório apresenta o conceito de *desenvolvimento sustentável*⁵, onde é proposto um desenvolvimento que satisfaça as necessidades humanas atuais, sem

³ Estes aspectos seriam: estrutura de consumo; regime sócio-político; tecnologia; modos de utilização de recursos naturais e de energia; formas de ocupação do solo; tamanho, ritmo de crescimento e distribuição da população.

⁴ Para Sachs (1986), a transferência de tecnologias supõe uma dependência cultural, impedindo a necessidade de se pensar o próprio desenvolvimento. Isto afeta os países subdesenvolvidos. Ver mais a respeito em GALTUNG, Johan (1979). *Development, environment and technology: towards a technology for self-reliance*. New York, United Nations Conference on Trade and Development.

⁵ Os termos *sustentável* e *sustentado* costumam ser usados invariavelmente. Segundo Hogan (1992a), há uma diferença fundamental entre eles. A noção de desenvolvimento *sustentado* relaciona-se com teorias de desenvolvimento econômico que têm por objetivo *estratégias que rompam os vínculos tradicionais de organização política, social e econômica, a fim de propiciar um desenvolvimento econômico autônomo*. (HOGAN, 1992a: 2). São teorias que não consideravam limites ao crescimento, compartilhando o otimismo do período posterior à II Guerra Mundial, que favorecia o crescimento material. As preocupações de ordem

comprometer o meio ambiente como também a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Trata-se de um processo de mudança, no qual o uso dos recursos, a direção dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais devem concretizar a capacidade de atender as necessidades humanas do presente e do futuro.

“O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico” (Nosso Futuro Comum, 1987: 44).

O conceito de desenvolvimento sustentável deixa claro a evolução do homem na maneira de pensar a complexa relação entre meio ambiente e desenvolvimento, nos últimos vinte anos. Para Espinosa (1993), o conceito aperfeiçoa as idéias do ecodesenvolvimento, na medida em que não coloca que o crescimento econômico deva ser o mais compatível possível com a conservação da natureza, mas que conservação da natureza e crescimento econômico são partes indivisíveis de uma mesma unidade.

“Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora” (Nosso Futuro Comum, 1987: 40).

O principal objetivo do conceito é satisfazer as necessidades e aspirações humanas. Para tanto, é preciso mudar certos padrões de consumo, pois as necessidades são determinadas social e culturalmente e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro de possibilidades ecológicas.

De acordo com o relatório Brundtland (1987), nos países subdesenvolvidos, as necessidades básicas de muitas pessoas - alimento, habitação, roupas e emprego - não estão sendo atendidas. Além das necessidades básicas, as pessoas aspiram *legitimamente* a uma melhor qualidade de vida.

ambiental incorporadas a esta concepção, não passaram de um novo conjunto de variáveis que deveriam ser incluídas na equação desenvolvimento.

Outros dois importantes relatórios que se seguiram foram *Nossa Própria Agenda* (1990), elaborado pela Comissão da América Latina e Caribe para Meio Ambiente e Desenvolvimento, e *Agenda 21* (1992), resultado dos trabalhos realizados na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92⁶. O primeiro endossa o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pelo relatório Brundtland, porém acrescenta uma outra dimensão importante para a América Latina: a pobreza e a necessidade de um desenvolvimento que distribua os benefícios do progresso econômico de maneira mais equitativa.

Assim, ao propor o crescimento para satisfação das necessidades, além do combate à pobreza, o desenvolvimento sustentável não deve por em risco os sistemas naturais. Crescimento e desenvolvimento econômico produzem mudanças no ecossistema físico e se forem direcionadas, não ultrapassarão os limites de regeneração e crescimento natural dos ecossistemas.

A busca do desenvolvimento sustentável requer mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações, pois nenhum país pode se desenvolver isoladamente. Para o relatório Brundtland (1987), as dificuldades quanto ao interesse comum, dentro da proposta de desenvolvimento sustentável, vêm do fato de não haver justiça econômica e social dentro das nações e entre elas.

Desta maneira, o relatório Brundtland reforça a idéia de uma economia internacional de cooperação entre os países. Não somente quanto ao aspecto econômico, mas também quanto a questões como pressão populacional e direitos humanos vinculadas à pobreza, ao meio ambiente e ao desenvolvimento. As relações internacionais devem ser repensadas.

"Não pode haver um único esquema para o desenvolvimento sustentável, já que os sistemas econômicos e sociais diferem muito de país para país. Cada nação terá de avaliar as implicações concretas de suas políticas" (*Nosso Futuro Comum*, 1987: 44).

⁶Para o Brasil temos o relatório CIMA - Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília.

As diretrizes políticas apontadas pelo desenvolvimento sustentável compreendem as questões populacional, industrial e alimentar, a conservação e preservação dos ecossistemas, o desafio urbano e a energia. Tais diretrizes somente serão possíveis através de acordos internacionais e da ação conjunta do Estado, dos movimentos sociais e do mercado.

Segundo Carvalho (1991), o desenvolvimento sustentável tenta conciliar equidade social, crescimento econômico, mercado e preservação do meio ambiente, avançando o discurso de Estocolmo porque situa a questão ambiental dentro de um conjunto mais amplo das relações entre os países, considerando o desenvolvimento como uma meta que não se restringe ao crescimento econômico.

Entretanto, Espinosa (1993) acrescenta duas críticas ao conceito. Primeiro, a de que o discurso do desenvolvimento sustentável, que implica em uma abordagem global da problemática ambiental, aparece em alguns momentos como possuidor de um caráter meramente pontual.

Neste sentido, isto ocorreria porque tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos, as políticas nacionais têm incorporado medidas *conservacionistas* que visam o controle da exploração indiscriminada dos recursos naturais, da conservação dos recursos energéticos e do controle da poluição. Estes esforços constituem apenas respostas à demanda de controles ambientais específicos.

Outra crítica de Espinosa é de que falta consenso a respeito do que deve ser entendido por *desenvolvimento sustentável*. Segundo o autor, o próprio conceito apresenta uma ambigüidade, no sentido de que *o que é aquilo que pode sustentar-se e se desenvolver ao mesmo tempo?* A sustentabilidade acaba tendo significado distinto para diferentes interlocutores e isso acaba afetando de modo negativo as decisões políticas.

O documento do Fórum de ONG's brasileiras para a Rio 92 (1992) critica o relatório Brundtland no sentido de que ele estaria defendendo um novo modelo de desenvolvimento, contudo semelhante ao modelo atual. O relatório também não discutiria as relações desiguais impostas aos países periféricos que acabam pagando os custos sociais e ambientais do crescimento dos países centrais.

Carvalho (1991) afirma que a posição do relatório é ambígua e contraditória, na medida em que identifica as disparidades sociais mas não reconhece os mecanismos que produzem a desigualdade. Ele propõe a reorientação dos padrões de produção e consumo e das relações econômicas internacionais, através de *ajustes*.

O Brasil encontra-se inserido no contexto global dos problemas ambientais e do grande desafio representado pelo desenvolvimento sustentável. A crise ambiental que se manifesta a nível planetário, situa o Brasil num quadro pouco favorável. As propostas da agenda ambiental brasileira incluem o fortalecimento da democracia, a estabilização da economia (o que pressupõe um equacionamento da dívida externa), a inserção do crescimento nas correntes de intercâmbio tecnológico mundial, a implantação de padrões mais austeros e socialmente homogêneos de consumo e menos desigualdade na distribuição de renda.

Em síntese, o Brasil atual traz consigo a afirmação evidente da dificuldade de realização de um processo de desenvolvimento sustentável. Os entraves políticos, sociais, econômicos e institucionais estão historicamente enraizados no panorama nacional. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável requer, simultaneamente a um processo de retomada do crescimento (e que não seja proposto nos moldes atuais) e a conscientização da população, a maior parte em situação de pobreza, de que o ambiente em que vive é parte inseparável de qualquer projeto de desenvolvimento.

Quais as estratégias de um novo processo de desenvolvimento?

Ao unir ambiente e desenvolvimento, o grande desafio do desenvolvimento sustentável é implementar estratégias que contenham esta finalidade, e qualquer estratégia neste sentido requer um plano de ação a médio e longo prazo. Antes de reparar danos cometidos, é preciso criar condições que permitam *prevenir* a degradação ambiental.

Neste sentido, Paehlke (1989) sugere que a perspectiva ambiental deve ser mais do que uma simples preocupação com a poluição e a escassez de recursos. As estratégias de um novo desenvolvimento requerem mudanças sociais, políticas e econômicas. Se as soluções para os problemas ambientais são de natureza socioeconômica e tecnológica; e se as mudanças socioeconômicas envolvidas devem requerer mais do que uma simples legislação, então os ambientalistas não podem ser politicamente efetivos fora dos limites do discurso político cotidiano.

Lester (1990), ao realizar uma análise da literatura americana sobre políticas ambientais, a partir da década de 60, divide-a em dois momentos. No período de 1960 a 1977, constata que pouca pesquisa vinha sendo feita pelos cientistas políticos em termos de política ambiental⁷. O principal debate neste período privilegia o estudo dos problemas ambientais relacionados a perigos que punham em risco a qualidade ambiental e o agravamento da crise de recursos.

É somente a partir de fins da década de 70, com o surgimento de uma nova geração de estudiosos, que as preocupações se voltam para uma maior compreensão dos processos institucionais federais, em relação à elaboração e implementação de políticas de meio ambiente.

No contexto histórico das políticas ambientais, ocorre uma transformação fundamental nos debates teórico-ideológicos. Na década de 70, havia duas posições antagônicas: os chamados ecologistas centralizadores⁸ que defendiam a adoção de

⁷ Dentro da política ambiental, vê-se que os recursos hídricos são os mais estudados.

⁸ Ver OPHULS, W. (1977). *Ecology and the politics of scarcity*. San Francisco, Freeman and Company.

políticas ambientais coercitivas na resolução de problemas de degradação socioambiental; e os ecologistas descentralizadores⁹ que acreditavam que a solução dos problemas ambientais estaria na mobilização da sociedade civil, independente e autônoma.

Já os estudos da década de 80 refletem análises mais pontuais sobre os processos de degradação socioambiental e a implementação de políticas. A dicotomia dos anos 70 (Estado-Sociedade Civil) dá lugar a um conjunto complexo de atores sociais, envolvidos na dinâmica do processo de desenvolvimento e totalmente relevantes no tratamento das questões ambientais.

Na análise de políticas ambientais, duas questões devem ser problematizadas: o papel do desenvolvimento e a constituição dos atores quanto à formulação e implementação das políticas. O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado como alternativa viável ao processo de desenvolvimento atual, não esconde sua fragilidade em relação às questões que atravessam o contexto internacional e nacional.

Nos debates em torno do desenvolvimento sustentável, grande parte da literatura coloca o Estado como um dos atores fundamentais dentro do processo de formulação e implementação de políticas ambientais. Sem dispensar a importância de outros atores, é o Estado que desempenha papel indispensável como indutor e gerenciador dessas políticas (FERREIRA, 1992b).

Para alguns autores, o Mercado teria triunfado sobre o Estado. Dentro da dinâmica do atual processo de globalização, estaria ocorrendo uma tendência estruturalmente importante de enfraquecimento das ideologias políticas estatistas diante das liberais (VIOLA, 1992).

⁹ Ver ILLICH, I. (1976). *A Convivencialidade*. Lisboa, Europa/América.

Por outro lado, comportamentos políticos de massa podem influenciar as decisões das elites¹⁰ ou instituições governamentais, independentemente de determinações socioeconômicas. Por exemplo, a opinião pública¹¹, os grupos de interesse¹² e os partidos políticos¹³ podem exercer pressão sobre as elites ou instituições que respondem através de meios que podem promover (ou inibir) uma política ambiental.¹⁴

A dinâmica de atuação desses diversos atores na formulação e implementação de políticas ambientais, entre conflitos e diálogos, é o ponto de partida desta pesquisa. Entram em discussão, além do papel dos atores, o processo de desenvolvimento e a alternativa do desenvolvimento sustentável. Como forma de melhor refletir sobre o debate teórico-conceitual, apresenta-se um estudo de caso sobre a política municipal de meio ambiente no município de São José do Rio Preto.

Em a *exploração do espaço*, ocorreu uma tentativa de redescobrir a história ambiental de São José do Rio Preto, através da expansão de seu espaço urbano e as conquistas de um território, onde diversos interesses estavam em jogo, tanto preocupados com a ordenação do município, quanto destruidores da natureza local.

Viver em São José do Rio Preto é uma análise sobre certos aspectos - habitação, emprego, saúde, saneamento básico, educação - constitutivos da *qualidade de vida* que procuramos questionar. *Qualidade de vida hoje, mas e*

¹⁰ Ver: CAUFIELD, Henry (1990). "The conservation and environmental movements: an historical analysis". In: LESTER, James P. (org.), *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.

¹¹ Ver: DUNLAP, Riley E. (1990). "Public Opinion and Environmental Policy". In: LESTER, James P. (org.). op.cit.

¹² Ver: MANN, Dean & INGRAM, Helen (1990). "Interest Groups and Environmental Policy". In: LESTER, James P. (org.). op.cit.

¹³ Ver CALVERT, Jerry W. (1990). "Party Politics and Environmental Policy". In: LESTER, James P. (org.). op.cit.

¹⁴ Davis & Lester (1990) fazem uma análise da política ambiental e dos diferentes contextos sócioeconômicos, onde discutem as relações estaduais federais. De modo específico, discutem como a reduzida ajuda ambiental federal e os recursos estaduais limitados são provavelmente inibidores da proteção ambiental pelos estados americanos. Kraft (1990) discute o impacto do Congresso como suporte para uma política ambiental enquanto Rosenbaum (1990) e Wenner (1990) analisam o papel e o impacto da burocracia (especialmente a nível federal) e das Cortes.

amanhã? As soluções comumente encontradas para certos problemas - falta de água, moradia e emprego - têm levado em conta estratégias de sustentabilidade a longo prazo? Ou geralmente são apenas paliativas, como no caso do abastecimento de água?

Por fim, *a política ambiental de São José do Rio Preto* responde a todos os questionamentos deste trabalho, que além de direcionarem a atenção do leitor, representam a própria existência do mesmo. A dinâmica dos atores envolvidos com a questão ambiental forma um espaço de tensões e conflitos, que somado às ambigüidades e contradições da vida política e do poder público, representam a problemática política ambiental brasileira: incoerente e dispersa.

Incoerente, porque não ultrapassa as ações corretivas. Dispersa, porque reafirma a característica das políticas ambientais no país, totalmente desvinculadas umas das outras.

A exploração do espaço

"É uma cidade de encosta de chapadões nas margens do vale do rio Preto".¹

Ao começar a contar esta história, lembro-me da passagem de Sérgio Buarque de Holanda sobre o semeador e o ladrilhador.² Quando faz alusão à cidade, numa abordagem histórica do processo de colonização, Sérgio Buarque de Holanda começa pelo estudo da importância da cidade como instrumento de dominação e da circunstância de ter sido fundada neste sentido. O *ladrilhador*, o colonizador espanhol, acentua o caráter da cidade como empresa da razão, prevendo rigorosamente o plano das que fundou na América, no *triunfo da linha reta*, geralmente buscando as regiões internas. O colonizador português, agarrado às áreas litorâneas, foi *semeador* de cidades irregulares, nascidas e crescidas ao capricho da paisagem. Enquanto um projetou cidades, o outro jogou suas sementes.

Um primeiro olhar sobre São José do Rio Preto permite-nos antever seu aspecto de município *organizado*, partindo-se da idéia de que, dentro do espaço urbano, a vida encontra-se *ordenada*: o comércio compõe seus limites, que não se confrontam com as indústrias, que por sua vez obedecem o lugar das moradias e

¹ *Diagnóstico do Plano Diretor de São José do Rio Preto* (1991), vol.VI.

² Ver **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (1993). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 25ª ed., cap.IV.

residências. *Obra de algum ladrilhador? A superfície aparentemente ordenada do município acaso esconderia traços mais profundos de irregularidades e caprichos?*

As fontes históricas³ descrevem o início da formação do aglomerado que mais tarde daria origem ao município de São José do Rio Preto, resultado do desafio de *bandeirantes e desbravadores* de uma terra povoada por *índios perigosos e grande número de animais ferozes*.⁴

Entre lendas e histórias, várias versões se entrelaçam na tentativa de explicar a origem do município. Um de seus fundadores teria sido Luiz Antônio da Silveira, que por volta de 1852 teria feito uma promessa a São José: em troca de ter conseguido achar a saída do sertão onde se perdera, ele doou suas terras à Igreja Católica. Mas foi João Bernardino de Seixas Ribeiro, originário de São João Del Rey, em Minas Gerais, que em 19 de março de 1852 construiu a primeira casa e se fixou no lugar que daria origem à cidade.⁵ Semelhante a ele, os primeiros contingentes populacionais foram, principalmente, lavradores e criadores de bovinos e suínos vindos do estado de Minas Gerais.⁶

Segundo Lima Bueno (1979) não há nenhuma sistematização específica dos dados da história de São José do Rio Preto, do ponto de vista de sua evolução urbana e socioeconômica. Entretanto, o autor desenvolveu um trabalho⁷ em que a reconstituição desse processo é possível a partir de um entendimento das relações

³ Ver **ABRUNHOSA**, Abílio Cavalheiro (org.) (1929). *Álbum ilustrado da comarca de Rio Preto - Propaganda regional do Estado de São Paulo, Zona Araraquarense, 1927-1929*. São Paulo, Ed. Duprat-Mayença, 1ª ed.; e **GOMES**, Leonardo (1975). *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade - São José do Rio Preto*. São Paulo, Ed. Gráfica São José.

⁴ O trecho em destaque pertence a uma descrição feita pelo Sr. Cap. José Mendes de Oliveira, um dos primeiros bandeirantes a pisar em solo riopretense, ver: **ABRUNHOSA**, Abílio Cavalheiro (org.). op.cit., p.57.

⁵ O nome da cidade vem da junção de seu padroeiro - São José, com o nome do rio que a corta - o rio Preto. A emancipação política do município deu-se em 19 de julho de 1894. A comarca de São José do Rio Preto foi instalada em 09 de junho de 1904.

⁶ Ver: **MONBEIG**, Pierre. (1984) *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec-Polis, e **LEITE**, Márcio (1961). *Paulistas e Mineiros Plantadores de Cidades*. São Paulo, EDART.

⁷ Ver: **LIMA BUENO**, José Carlos de (1979). *Estudos sobre a evolução da lei de zoneamento de São José do Rio Preto*. São Carlos, dissertação de mestrado, Departamento de Arquitetura e Planejamento-Escola de Engenharia de São Carlos/USP.

entre cidade e campo, ocorridas no período de formação do município. Assim, pode-se identificar quais os elementos que favoreceram a acumulação de capital e, conseqüentemente, o desenvolvimento urbano da cidade.

Desde cedo a atividade de especulação teve conseqüências adversas sobre o modo de vida das populações pioneiras. Entre estas conseqüências estaria o fato de que a especulação imobiliária impedia o acesso do trabalhador assalariado à posse da terra (LIMA BUENO, 1979). Os desbravadores retalharam o espaço e lotearam as terras que eram vendidas a novos colonos, obedecendo à força de um *processo especulativo*, que em São José do Rio Preto não deixou de existir.

“Rio Preto, como de resto todos os povos criados em idênticas circunstâncias, tiveram a grande infelicidade de nascer ao acaso como os filhos...incógnitos. (...) Nasceu ao acaso sobre o influxo de uma civilização errante e desnordeada, que não tinha dinheiro nem casaca. (...) Essa circunstância aliada à possibilidade de riquezas fáceis, fez de cada homem um déspota, e então, acossados pela ambição, investiam desordenadamente e através da floresta, disputando ferozmente o domínio das próprias feras”. (ABRUNHOSA, 1929: 72)

À parte o tom ufanista do autor, a passagem parece demonstrar que o ladrilhador cedeu lugar ao semeador, a partir do início do processo de desenvolvimento do município. Nesse conjunto, encontram-se também os municípios de Jales, Santa Fé do Sul, Votuporanga e Fernandópolis, todos marcados por esse processo de abertura do sertão. O investigador olhar do sociólogo demonstra que São José do Rio Preto cresceu, mas apoiada num processo de crescimento que atendeu às exigências do capital imobiliário.

“Então você viu hoje uma cidade como São José do Rio Preto em que tem um centro altamente concentrado em processo de degeneração; uma cidade que cresce através de seus loteamentos, cresce fisicamente com uma aceleração muito maior que o crescimento populacional e cresce de uma forma *planejada* segundo interesses de acréscimo de capital exclusivamente, e não do ponto de vista de uma futura organização desse espaço urbano”. (Entrevista com o arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94).

Assim, pode-se dizer que São José do Rio Preto não surgiu por determinação preconcebida de alguém, mas pela elaboração de diferentes fatores criados pelas exigências dos pioneiros que aqui chegaram. Entretanto, há um contraponto nesta

história. De onde vem a mão do ladrilhador, permitindo que São José do Rio Preto, pelo menos aparentemente, desfrute de uma *imagem de cidade organizada*?

No final do século XIX, iniciou-se o processo de ocupação da região denominada de *Oeste Paulista*⁸, acompanhando a marcha da lavoura cafeeira⁹, e a conseqüente expansão do sistema ferroviário¹⁰, o que possibilitou a estruturação da rede urbana na região.¹¹ Mais tarde, um outro eixo de penetração iria favorecer a ocupação da região: a continuação do eixo Campinas-Ribeirão Preto, onde a Washington Luiz deu seqüência a Via Anhangüera.

Ao lado do café seguiram-se cultivos intensivos de algodão, arroz, feijão e milho. Atualmente, a região de São José do Rio Preto produz de tudo na agropecuária, de borracha¹² até nozes, sem contar palmito, manga, laranja, abacaxi, óleo de mamona, goiaba, amendoim, madeira entre outros. A região de São José do Rio Preto destaca-se por apresentar uma lavoura diversificada e uma pecuária em número representativo.¹³

Embora o *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991) coloque que a DIRA ofereça um suporte técnico de alto nível, além do destaque que possuem as diversas

⁸ Vasconcelos (1992a) utiliza mais o termo *Oeste Pioneiro* e esclarece que se trata das Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente na configuração que assumiram na divisão político-administrativa do Estado, oficializada em 1971. Nesta pesquisa, optou-se por tratar dessas regiões como *Oeste Paulista*.

⁹ Grande parte do território paulista que abrange as atuais Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente e Bauru, além de alguns municípios fronteiriços das Regiões Administrativas de Ribeirão Preto e Sorocaba, entre os anos de 1886 e 1930, lideraram o cultivo e a produção de café, tanto a nível estadual quanto nacional.

¹⁰ A Estrada de Ferro Araraquarense chegou ao município de São José do Rio Preto em 1912. O fato dela ter permanecido estacionada no município por mais de 20 anos, no início do século XX, determinou o caráter polarizador do município-sede da região, São José do Rio Preto, que atuando como *ponta de trilhos e boca-de-sertão* (PERILLO, 1992), teve suas funções comerciais e de serviços fortalecidas.

¹¹ Ver: MILLIET, Sérgio (1939). *Roteiro do Café e outros Ensaios*. São Paulo, Coleção Depto. de Cultura, vol. XXV.

¹² O grande êxito na plantação de seringueiras vem substituindo culturas de café.

¹³ A região de São José do Rio Preto passou, nos anos 70, juntamente com Campinas e Ribeirão Preto, a fazer parte do chamado *corredor agrícola* de São Paulo. Representavam áreas onde estavam concentradas as lavouras mais diversificadas e grande parte do rebanho bovino do Estado.

alternativas de exploração agrícolas da região¹⁴, o setor agropecuário enfrenta sérios problemas, relativos às condições do solo e dos recursos hídricos.

São José do Rio Preto liderando uma das principais regiões agropecuárias do Estado, sofre um processo constante de depauperação do solo, com insuficiente utilização de práticas recuperadoras.¹⁵ O solo da região de São José do Rio Preto é o chamado podzolizado, de fácil erosão.

A Secretaria Municipal de Agricultura, em conjunto com a prefeitura, vem procurando desenvolver um trabalho de micro-bacias hidrográficas, dentro do Plano Estadual de Micro-Bacias Hidrográficas.¹⁶ Além de uma agricultura mais avançada e racional, o trabalho prevê a preservação do meio ambiente, principalmente em relação à conservação do solo.

Outros problemas no setor rural estão relacionados com a mão-de-obra, pois há uma incapacidade do mercado de trabalho urbano da região em absorver este excedente; os cultivos anuais apresentam baixo rendimento por área e o crédito rural é insuficiente. O Plano Diretor (1992) destaca a necessidade de se promover a associação entre pequenos e médios produtores e propõe a necessidade de intervenção do setor primário, em apoio a uma estratégia urbana que resultaria tanto num fortalecimento econômico do município quanto na melhoria do nível de renda e condições de trabalho e vida da população rural.

São José do Rio Preto, no início de seu processo colonizador, foi palco de grandes extensões de matas que aos poucos foram cedendo seu lugar à agricultura,

¹⁴ Há várias culturas permanentes em expansão, tais como a seringueira, citrus e manga. Ocorre também a introdução de outras plantas frutíferas, tais como figo, uva, abacaxi; a ampliação da horticultura e o aumento da exploração de culturas anuais, através do incremento à irrigação e aproveitamento dos recursos hídricos existentes. No setor pecuário, o *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991) destaca a racionalização da pecuária leiteira e o aumento da pecuária de pequenos animais.

¹⁵ *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991).

¹⁶ A Secretaria Municipal de Agricultura é responsável pela preservação da área agricultável e pela qualidade da água do lençol freático.

aproveitando-se o solo eminentemente fértil da região.¹⁷ Hoje, a falta de áreas verdes deve-se principalmente à extensão da agricultura na região, caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades e do solo favorável aos cultivos.

Tabela 5
Áreas de cobertura vegetal em São José do Rio Preto - 1993

		(em metros)	%
área terrestre		58.600,00	100,00
mata		238,29	0,41
capoeira		1.656,64	2,83
cerradão		792,06	1,35
cerrado		6,34	0,01
vegetação natural de várzea		482,67	0,82
reflorestamento	pinus	0,00	0,00
	eucalipto	11,60	0,02
	total	11,60	0,02
áreas não classificadas		257,48	0,44
cobertura florestal total		3.433,48	5,86

Fonte: DPRN - São José do Rio Preto.

A média de cobertura florestal nativa está, atualmente, em torno de 6%.¹⁸ A vegetação natural, formada por cerrados e vista apenas na periferia, substituiu em vários pontos, a mata do tipo tropical, latifoliada. A vegetação natural praticamente não mais existe e o solo do município se vê revestido, além das pastagens, por culturas permanentes e anuais. A extensa vegetação nativa da região hoje se resume a *ilhotas de cerrados*, onde entra todo tipo de cobertura vegetal - mata, cerrado, capoeira, cerradão, todas estas tipologias, sem distinção.

"(...) tinha muitas áreas verdes, muita mata. Hoje, tá acabando. O que se tem mesmo é a mata ciliar." (Entrevista com Tenente Comandante da Polícia Florestal - ago./94)

Nos limites do município, além do Bosque Municipal, aos cuidados da prefeitura e alguns parques e jardins que funcionam como áreas de lazer, existe um único remanescente de mata nativa localizado nas terras do Instituto Penal

¹⁷ O município é constituído por áreas baixas de chapadões sedimentares da Bacia do Alto Paraná, formadas por arenitos cretáceos, o que indica existência de solos férteis. De um ponto de vista mais geográfico e ecológico, a região constituiu-se, no passado, como a última grande parcela de chapadões florestados de solos férteis (*Diagnóstico do Plano Diretor*, 1991).

¹⁸ Fonte: DPRN, 1994.

Agrícola¹⁹ (IPA). Com a rodovia de um lado e o IPA de outro, a própria localização do lugar concorreu para sua preservação. Atualmente, pesquisadores do IBILCE trabalham no local, que foi transformado em estação ecológica por meio do decreto lei 8.316, em 05/06/93.²⁰ Não há projetos para que funcione como área de lazer.

Para usufruto da população existe uma área verde de cerca de 30 alqueires, com um total de 1.150 mudas de plantas nativas, como aroeiras, pau-marfim, angico e pau-brasil; frutíferas como araçá, caju, sapoti, jambolão, gabioba, entre outras, totalizando 72 espécies, várias delas em extinção. É o Horto Florestal do Estado, administrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do DPRN.²¹

Verifica-se dessa forma, que São José do Rio Preto é uma das cidades do Estado de São Paulo que possui o menor índice de área verde por habitante, embora conste no *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991) algumas propostas de reversão desse aspecto. Observa-se que a fama de cidade quente do interior deve-se principalmente, à impermeabilização maciça do solo, de maneira mais acirrada no centro, com pouquíssimas árvores existentes.

“Todo mundo fala que a gente tem uma qualidade de vida excelente, né? E assim, não é verdade. A gente tem...a metragem de área verde por habitante é super baixa. (...) não tem uma política, mesmo a nível de município, e não tem uma vontade, né?”. (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

De acordo com o *Perfil Sócio-Econômico do Município de São José do Rio Preto* (1981), na década de 70, a questão de áreas verdes já era deficiente no município. Segundo o relatório, a ação indiscriminada da especulação imobiliária teria comprometido grande parte das áreas verdes da cidade, baixando seu índice, que era de 3,6m² por habitante em 1958, para 1,0m² por habitante, em 1977.

¹⁹ Nas proximidades da BR-153 que passa por São José do Rio Preto, na saída para José Bonifácio, existe ainda um capão de mata original de 17 alqueires, e semelhante a outros exemplares de matas nativas dispersos pela região, pertence a particulares.

²⁰ A criação da *Estação Ecológica do Noroeste Paulista*, em São José do Rio Preto, abrange duas áreas de matas remanescentes, em um total de 168,63 alqueires. A administração do local será exercida pela UNESP, campus de Rio Preto, em colaboração com o IPA e a Secretaria de Segurança Pública.

²¹ Em setembro de 1994, um incêndio destruiu 20 alqueires da reserva do Horto Florestal. **FOLHA DE SÃO PAULO** - SP Norte. 10/set./94.

“Quando cê vai crescendo, cê vai derrubando árvore. O próprio IBILCE é um exemplo disso, cê entende? O instituto construiu uma biblioteca, é enorme, mas derrubou um monte de árvore”. (Entrevista com ex-membro do Grupo Ecológico Viva Vida IBILCE - ago./94)

Neste relatório, a prefeitura já se propunha a realizar a arborização da cidade, inclusive com a distribuição de mudas frutíferas para os bairros. Propunha também o reflorestamento do município, a partir de um planejamento criterioso. Isso contudo, ficou apenas no papel.

Consta no Plano Diretor (1992) a recomposição da mata ciliar do rio Preto e a proteção de micro bacias dos rios e córregos do município, trabalho a ser desenvolvido em conjunto com a UNESP, campus de Rio Preto, DPRN e Secretaria Estadual de Agricultura. Na verdade, a política ambiental planejada para o município parece não avançar o papel de recuperadora de áreas verdes.

O depoimento da Polícia Florestal destaca que existe a pouca, ou quase nenhuma receptividade das pessoas e autoridades quanto à preservação de áreas verdes. Entre as denúncias mais freqüentes²² estão as queimadas, como também processos de desmatamento.²³

O processo de desenvolvimento das regiões do Oeste Paulista acompanhou a dinâmica das transformações mais gerais ocorridas no país e no Estado. É dentro de um contexto específico que se delinearam os traços básicos do processo de urbanização paulista, entendido como reestruturação das relações entre campo e cidade, avançando tanto na construção de uma economia urbana quanto pela própria transformação do mundo agrário.

²² A Polícia Florestal procura deixar claro, entretanto, que estas denúncias somente ocorrem porque eles realizam um trabalho de conscientização da população, principalmente no meio rural, através de palestras informativas.

²³ Além das queimadas e dos desmatamentos ocorre a caça predatória (caça da capivara) e a pesca predatória. A Polícia Florestal trabalha em cima de portarias do IBAMA sobre as pescas profissional e amadora, que são desrespeitadas pelos pescadores. Além disso, há poucos recursos físicos para o combate às ações.

Em termos da dinâmica populacional, foi entre 1950 e 1970 que ocorreram os principais impulsos na formação dos maiores centros urbanos da região de São José do Rio Preto. No período 1960-70, intensificaram-se os deslocamentos populacionais no sentido campo-cidade, resultado das transformações ocorridas na estrutura produtiva e no nível técnico da agropecuária paulista no período.

São José do Rio Preto constitui o principal centro urbano do Oeste Paulista e isto o transformou num centro regional diferenciado, cuja área de influência econômica e de atração migratória atinge municípios de regiões próximas e de estados vizinhos de São Paulo. Possui grande expressão devido a sua posição fronteiriça a três estados brasileiros (MG, MS e GO) e quatro centros de micro-regiões no extremo noroeste da Região Administrativa do mesmo nome: Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Santa Fé do Sul.

Tabela 6

População total 1980/1990

RA de São José do Rio Preto e municípios-sede das Regiões de Governo

	1980	%	1991	%
RA S. José do Rio Preto	947.416	100,0	1.126.330	100,0
Catanduva	72.578	7,6	90.779	8,0
Fernandópolis	46.853	4,9	54.777	4,9
Jales	38.480	4,1	41.243	3,7
S. José do Rio Preto	187.403	19,8	283.761	25,2
Votuporanga	52.085	5,5	64.507	5,7

Fonte: Para 1980 - Fundação SEADE, Perfil Municipal 1980-91, São Paulo, vol.VII, 1993.

Para 1991 - Fundação IBGE, Censo Demográfico 90, Rio de Janeiro, vol.XXI, 1991.

O desenvolvimento das funções urbanas com o aumento da urbanização, as melhorias no sistema viário e o incremento na infraestrutura urbana, impediu que se observasse em São José do Rio Preto uma situação identificada como caótica ou precária. O desenvolvimento da infraestrutura do município possui algumas raízes no PROINDE - Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento - do governo estadual, 1967-75. A tendência de urbanização na região acentua-se neste período, decorrente da consolidação dos núcleos urbanos que, em função da expansão da malha viária regional, viram-se cada vez mais solicitados como centros prestadores de serviços.

Em 1956, o prefeito da época contratou os serviços de um arquiteto da prefeitura de São Paulo - Heitor José Eiras Garcia, que realizou um plano de zoneamento do município de São José do Rio Preto, dividindo-o em zonas residenciais, comerciais, industriais e de preservação das áreas verdes. Ele elaborou um projeto em que apresentava, de forma resumida, um plano viário e um plano de áreas verdes, cujo objetivo era intervir na regulação do crescimento da cidade. Ele sugeria que estes planos seriam provisórios e antecedentes do futuro Plano Diretor do município.

“A cidade já tinha lei de zoneamento...foi já...eu não tenho a data exata aqui, que foi uma das primeiras cidades que se preocupou com essa questão do ordenamento de suas atividades econômicas, do solo e tal (...)”. (Entrevista com assessora da Secretaria Municipal de Planejamento - out./94)

É desta maneira que há mais de trinta anos, o município já possuía instrumentos reguladores de seu crescimento - uma Lei de Zoneamento e um Plano Viário. Contudo, o arquiteto e planejador Eiras Garcia não teria tido o respaldo técnico necessário por parte do poder público para o acompanhamento, fiscalização e atualização de seus projetos (LIMA BUENO, 1979). Frente a esta situação, o arquiteto tentava conciliar, de um lado o uso do espaço urbano, e do outro, a força do potencial especulativo.

Assim, é entre semeadores e ladrilhadores que o município vai tomando forma. Entre os principais fatores que determinaram os caminhos seguidos pela expansão da área urbana de São José do Rio Preto estão o desenvolvimento do sistema viário, as políticas municipais de implantação dos equipamentos de infraestrutura e a forte política habitacional adotada no município.

Os córregos Canela e Borá, afluentes do rio Preto, limitaram, até meados dos anos 60 e início dos 70, a expansão da área urbana para o sudeste (Canela) e noroeste (Borá). Com a intensificação da condição de pólo regional para São José do Rio Preto, a partir dos anos 70, foi necessário criar condições de expansão nestas direções, e assim os dois córregos foram canalizados e cobertos por duas grandes

avenidas - Alberto Andaló e Bady Bassit, principais corredores de escoamento do trânsito no município.

Com o crescimento da cidade, surgiram problemas de estrangulamento da circulação na área central. A partir do final da década de 70, pequenas modificações trouxeram resultados positivos para a dinâmica de comércio e serviços do centro da cidade. O município é contornado por um grande anel viário que impede o fluxo de caminhões pesados na região central, evitando também problemas de congestionamento no tráfego de veículos.

Essa aparente tranquilidade, contudo, deixa uma perspectiva duvidosa em relação ao futuro do sistema viário no município, como é apontado pelo diretor do Departamento de Trânsito. Segundo ele, São José do Rio Preto deveria ter um estudo sobre seu sistema viário, principalmente na área periférica, pois sem isto, futuramente a cidade começará a apresentar problemas graves. O Plano Diretor (1992) como instrumento coordenador do processo de crescimento do município não teria contemplado um planejamento viário a longo prazo.

"Rio Preto vai entrar num caos em termos de sistema viário. O grande problema são as aprovações de loteamentos, às vezes sem seguir determinados prolongamentos de ruas. Você tem aqui uma infinidade de loteamentos clandestinos (...). Tudo que você for prever para um sistema viário para as partes não loteadas, aqui em Rio Preto você vai esbarrar num loteamento desses". (Entrevista com ex-gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto e atual diretor do Depto. de Trânsito - out./94)

A solução encontrada para a expansão do município com a canalização dos córregos, e conseqüente aumento da impermeabilização do solo, acabou por intensificar o problema das enchentes no centro da cidade. O córrego Canela, canalizado por galeria subterrânea sob a Av. Alberto Andaló, antes de atingir o rio Preto, cruza a estrada de ferro, nas proximidades da estação rodoviária, região central da cidade. Dessa forma, ocorre um acréscimo de águas ao volume normal do córrego, por ocasião das chuvas, devido à inexistência de áreas livres, não pavimentadas, nesta área, que contribuiriam para absorção de boa parte das águas

das chuvas. Sendo assim, as dimensões do canal são insuficientes para a vazão, apresentando enchentes anualmente, em área densamente construída.

No período de estiagem, de junho a outubro, inexistente o problema das enchentes. Na época de chuvas, principalmente de janeiro a março, ela se manifesta. A cidade apresenta uma topografia com vales, o que propicia um acúmulo de água nas partes mais baixas. Concorre para isso, além da impermeabilização constante do terreno, a não limpeza das bocas de lobo e galerias de esgoto. Os problemas maiores encontram-se na periferia, pois segundo o tenente do Corpo de Bombeiros, as casas são mal construídas e ficam muito danificadas.²⁴

Atualmente, as cheias anuais e enchentes do rio Preto são controladas por meio de três artificios complementares: barragem para abastecimento de água potável, canalização dos trechos à jusante e alguns aterros copiando a forma de terraços artificiais. No entanto, as propostas para a solução do problema das enchentes são tecnicamente discutíveis e caras.

O secretário de Obras e Saneamento Básico atribui o problema das enchentes ao advento da urbanização e à conseqüente pavimentação asfáltica que teria aumentado a impermeabilização do solo. Reafirma, contudo, as dificuldades em se propor soluções que amenizem o problema das enchentes, tanto a nível de projetos quanto de recursos. Suas ações acabam se limitando a um maior rigor na aplicação da Lei de Zoneamento²⁵ em relação à demanda de galerias pluviais nos loteamentos, bem como exigências feitas aos empreendedores para a implantação de sistemas de drenagem.

²⁴ Na visão do tenente do Corpo de Bombeiros, a população tem grande parcela no problema das enchentes porque joga lixo na ruas, causando entupimento nas bocas de lobo. Contudo, ainda assim, o município não apresentou casos mais graves de enchentes (o último foi em 1986), nem de doenças ligadas a ela, tais como a leptospirose.

²⁵ A Lei de Zoneamento está a cargo da Secretaria de Obras, mas passa pela discussão do Conselho de Desenvolvimento do Plano Diretor.

Em São José do Rio Preto a ação pública promoveu um adensamento do centro da cidade e uma forma racional de expansão para a periferia. Esta expansão teria ocorrida dentro de um programa habitacional agressivo e fortemente controlado pela administração local.

O maior incremento ao processo de verticalização deu-se entre 1980 e 1987, principalmente nas áreas que contêm o centro e o bairro de Vila Redentora, entre outros bairros menores. São lugares de concentração de população de renda alta e média-alta. A população mais pobre consolidou-se, nos últimos vinte e cinco anos na região norte e sudoeste da cidade.²⁶

O dinamismo de São José do Rio Preto se deve à expansão dos complexos agroindustriais que exerceram peso significativo no crescimento demográfico e econômico da região, pois exigiu respostas locais e repercutiu na demanda por um setor terciário cada vez mais moderno e diversificado.

A dinâmica do complexo cafeeiro e a conseqüente expansão do mercado urbano incentivaram e aceleraram o processo de industrialização no Estado de São Paulo. Segundo Graziano Neto (1982), a industrialização brasileira dos anos 60 e 70, e conseqüente modernização da agricultura, principalmente após os anos 70, trouxeram, ao lado de problemas como injustiça social, problemas ecológicos. A agricultura passou a utilizar um número cada vez maior de insumos da indústria química, intensa mecanização e produção voltada para o mercado externo.²⁷

O processo de industrialização em curso e as mudanças na agricultura dentro do Estado fizeram com que as diferenciações inter-regionais adquirissem novos

²⁶ Ver mapa p. 79.

²⁷ A Secretaria da Agricultura do município de São José do Rio Preto não responde pela utilização de agroquímicos desde que a legislação colocou a necessidade de se emitir receitas para a aquisição dos mesmos. Por outro lado, falar sobre o desenvolvimento de uma agricultura orgânica na região, na opinião do secretário de Agricultura, só seria possível se esta fosse unificada aos métodos da agricultura tradicional. A agricultura orgânica tende a se confrontar com o arraigado cultivo tradicional das agroindústrias de laranja e álcool, voltadas para o mercado, tanto externo quanto interno, e que não possuem interesse em desenvolver novas formas de cultivo.

contornos. Para algumas regiões significou a consolidação da hegemonia no exercício de funções urbanas complexas, como por exemplo, Campinas e Ribeirão Preto. Em outras regiões implicou na ocorrência de fenômenos demográficos de grande significado social, cujos efeitos alteraram, em pouco mais de duas décadas, as relações sociais rurais, urbanas e rurais-urbanas, intra e inter-regionais.

O espaço privilegiado das transformações ocorridas foi o urbano, em particular as grandes e médias cidades. Isso porque os centros urbanos absorveram o impacto de dois movimentos conjugados: o processo de implantação industrial e a urbanização crescente da mão-de-obra rural.

A dinâmica do processo de industrialização, já na década de 50, havia resultado no aumento da concentração industrial no Estado de São Paulo. A partir daí, nas décadas de 70 e 80, foram implementadas políticas, tanto a nível federal quanto estadual, que direcionariam o processo de industrialização para o interior do Estado, como também para outras regiões do país. Esse processo marcaria uma reordenação das atividades econômicas e dos movimentos populacionais dentro do território, diminuindo a tendência à concentração na metrópole paulista.

Os reflexos da política de desconcentração industrial estão expressos nas profundas mudanças da dinâmica regional e na espacialização das atividades econômicas, que ao lado de uma redistribuição da população no Estado, deram novos contornos ao processo de urbanização. O desenvolvimento de pólos regionais no interior, bem como o surgimento de cidades médias, acabaria reproduzindo não somente o caráter urbano-industrial-moderno da metrópole paulista, como também as carências do serviço público e as agressões ao meio ambiente.

A desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo aumentou o número de pólos urbanos industrializados, favorecendo as cidades mais dinâmicas do interior. O setor industrial expandiu-se nas regiões que já apresentavam significativas atividades industriais, como Campinas, Sorocaba,

Ribeirão Preto e a região do Vale do Paraíba. A região de São José do Rio Preto, participante ativa do amplo processo de interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo, também sofreu, ao lado de outras regiões vizinhas, profundas modificações, e atingiu o final dos anos 80 respondendo por parcelas significativas do movimento econômico paulista.

Para Neder (1992), um olhar sobre a política de desenvolvimento adotada nos anos autoritários, permite-lhe afirmar que a falta de autonomia dos governos municipais resultou em uma transferência do industrialismo para o interior, levando consigo um rastro de degradação socioambiental e uma deterioração da qualidade de vida.

A região de São José do Rio Preto por situar-se longe do centro metropolitano estadual, desenvolveu uma indústria tradicional voltada ao consumo local, notadamente nos ramos alimentar e têxtil. Houve ainda um avanço regional de alguns ramos industriais ligados à produção de bens intermediários, bens de produção e de consumo duráveis. Destaque para o setor químico, metalúrgico e de minerais não-metálicos. Os principais ramos industriais do setor secundário, atualmente, são: produtos alimentares, vestuário e calçados, minerais não-metálicos, mobiliário, metalurgia, ourivesaria e mecânica.

Favorecendo as potencialidades da região de São José do Rio Preto, a expansão dos complexos agroindustriais associados ao mercado externo possibilitou o dinamismo de sua agricultura de exportação²⁸. A tendência predominante foi a substituição de atividades exportáveis tradicionais (exceto o café) e lavouras de mercado interno (arroz, milho e mandioca) por culturas exportáveis dinâmicas e/ou agroenergéticas, respectivamente a laranja e a cana-de-açúcar.

²⁸ Um exemplo de integração agroindustrial é a produção de látex para a indústria da borracha. Outro exemplo é a indústria do fio da seda, que tem localizada na região de São José do Rio Preto sua terceira maior unidade de processamento do país, a *Shoei Bratac*.

Tabela 7
São José do Rio Preto
Sector secundário 1980/1990

gêneros de indústrias	n. de estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	1980	1985	1990	1980	1985	1990
extração de minerais	-	-	-	-	-	-
prod. minerais não-metálicos	43	38	40	749	671	720
metalúrgica	55	103	120	800	1498	1680
mecânica	26	34	36	406	660	684
mat. elétrico e de comunic.	7	4	5	127	75	95
material de transporte	18	16	14	296	263	238
madeira	7	16	18	120	274	306
mobiliário	56	73	78	1466	1910	2030
papel e papelão	7	8	10	129	147	178
borracha	6	6	7	96	100	115
couros/peles e prod. sim. (exc. calç. e vest.)	4	8	10	27	56	65
química	3	6	6	139	98	102
prod. farmac. e veterinários	1	4	4	42	66	80
perfumaria, sabão e velas	4	4	5	39	40	49
prod. de mat. plásticos	12	8	10	186	124	160
têxtil	6	6	5	196	200	198
vestuário, calçados e artefatos de tecidos	66	80	90	1705	2060	2250
produtos alimentares	72	57	60	925	740	780
bebidas	2	3	4	170	185	192
editorial e gráfica	30	19	25	458	290	396
diversas	26	28	89	418	360	392
fumo	-	-	-	-	-	-
unid. aux. de apoio e de serv. natureza industrial	1	1	-	49	26	28
Total	520	576	3174	8559	9843	10738

Fonte: Diagnóstico do Plano Diretor de São José do Rio Preto, 1991.

Segundo Vasconcelos (1992a), a ênfase nos cultivos de laranja e cana-de-açúcar deveu-se, ao longo da década de 80, a dois fatores principais: de um lado, a expansão da participação brasileira no mercado internacional de suco concentrado de laranja, e de outro, ao forte incentivo representado pelo Proálcool.²⁹

²⁹ Segundo Lago & Pádua (1984), o uso do álcool poderia vir a ser uma solução energética interessante, só que não da maneira como está sendo implantado. O Programa Brasileiro do Álcool - Proálcool, constitui fonte de graves problemas socioambientais. Primeiro incentiva a monocultura da cana, invadindo terras onde antes se produziam alimentos. Segundo, porque privilegia grandes usinas, concentrando na mão de poucos os financiamentos e subsídios. Terceiro porque nesse esquema centralizado, a produção de fertilizantes a partir do *vinhoto* (resíduo tóxico gerado em grande escala na produção de álcool) torna-se antieconômica,

A expansão da agroindústria influenciou a dinâmica da aglomeração urbana de São José do Rio Preto. Repercutiu, de um lado, de forma positiva no desenvolvimento da região e proporcionou o encadeamento da produção agropecuária com o setor agroindustrial, constituindo segmentos articulados tanto ao mercado nacional quanto internacional. Por outro lado, a expansão dos complexos agroindustriais da região, especificamente as usinas e destilarias de álcool e açúcar, comprometeram, e vêm comprometendo, a qualidade dos recursos hídricos, além da poluição causada pela queima da cana-de-açúcar.

As queimadas são proibidas no Estado de São Paulo, exceto para a cana-de-açúcar e o resto do algodão³⁰, mas para a queima da cana-de-açúcar, conforme relatado pela Polícia Florestal, existem alguns procedimentos a serem tomados. Contudo, muitos agricultores, ao realizarem a queima da cana-de-açúcar não tomam as devidas precauções no controle do fogo³¹, ou por falta de informação, ou mesmo indiscriminadamente. Além de acarretar a poluição do ar, as queimadas concorrem para a morte de muitos animais e o desmatamento das poucas áreas verdes existentes na região.

"Problema ambiental nosso aqui é grave. Principalmente, uma das fontes geradoras desse problema são as destilarias. Eles não obedecem esse critério, às vezes a gente tem uma linha prá que eles sigam, eles não obedecem leis, tão acabando com os rios, tão acabando com a fauna porque eles queimam cana de qualquer maneira". (Entrevista com diretor do Sindicato dos Trabalhadores das indústrias químicas e do álcool - ago./94)

A queima da cana-de-açúcar acaba sendo apenas um dos lados do problema. O outro diz respeito à poluição dos rios através do vinhoto, que muitas delas despejam indiscriminadamente nos cursos d'água, ocasionando mau cheiro e morte de peixes.

exigindo pesados gastos para sua conversão e transporte. Assim, o vinhoto, altamente poluente, tem sido lançado nos rios, causando grande contaminação.

³⁰ Decreto Estadual 28.895, de 1988.

³¹ A Polícia Florestal precisa ser avisada com 48 horas de antecedência, a fim de poder deslocar uma patrulha até o local e ver se foi feito um asseiro de 10 metros para que o fogo não se espalhe e atinja outras propriedades ou matas. A queimada também deve obedecer a obrigatoriedade de estar a 1km, no mínimo, do centro urbano mais próximo.

Na área de controle corretivo a CETESB precisa vistoriar a área rural, porque há na região a prática de aplicação do resíduo líquido industrial no solo. Trata-se da *ferti-irrigação*, ou seja, aproveitamento do resíduo industrial na produção agrícola, tal como ocorre com a aspersão do vinhoto na lavoura de cana-de-açúcar.³²

“(...) você tem que percorrer áreas agrícolas prá ver se esse resíduo tá sendo aplicado corretamente; se não tem pontos em que tá ocorrendo uma falha no controle e tá encaminhando esse resíduo pro rio; se não tá tendo acúmulo de resíduo em uma certa área e não tá sendo aplicado em outra, causando infiltração no solo e conseqüentemente poluição das águas subterrâneas”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB - ago./94)

O município de São José do Rio possui a forma de um triângulo e é cercado, em dois de seus lados, por ricos mananciais de água doce. Banham-no os grandes lagos formados pelo represamento de alguns rios como o Paraná, Tietê e Grande e que originaram a instalação de várias hidrelétricas³³. Ao todo, o sistema hídrico do município é formado por um rio - o rio Preto, seis córregos - Canela, Borá, Piedade, São Pedro, Felicidade e Macaco, e dois lagos artificiais. No capítulo seguinte, veremos como, apesar da rede hídrica ser grande, o abastecimento de água é precário.

Neste capítulo, procuramos analisar as transformações do espaço que se convencionou chamar de São José do Rio Preto, com todas as suas conquistas e equívocos, seus rebeldes e ladrilhadores. É preciso deixar claro que existe uma imagem do município que muitas vezes trai sua realidade e infelizmente concorre para que ela não seja percebida.

Podemos citar suas conquistas - dinamismo econômico, ordenamento das atividades comerciais e industriais, boa infraestrutura urbana, como também seus

³² O sistema de *ferti-irrigação* procura utilizar estes resíduos como fertilizante agrícola. Segundo o gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto, os resíduos são colocados no solo a fim de gerar nutrientes que serão absorvidos pelas plantas, isto é, serão *biodigeridos* no solo. Desta maneira, o solo é usado como um sistema de tratamento e não como uma forma final de disposição. Contudo, ele ressalta que tal prática precisa ainda de muita pesquisa para ser aprimorada.

³³ São elas: Marimondo, Água Vermelha, Avanhandava, Barra Bonita, Três Irmãos, Ilha Solteira, Jupia e Porto Colômbia.

equivocos - baixo índice de área verde por habitante (desmatamentos e queimadas), poluição dos recursos hídricos (destilarias), enchentes e desgaste dos solos.

As preocupações com o crescimento do município não deixaram de seguir a lógica da economia paulista, desde o início do século (... *desenvolve-se o comércio, sonha-se com a indústria*). Embora é preciso destacar que, algumas ações procuraram direcionar este processo dentro de São José do Rio Preto. Isso talvez tenha contribuído para que a cidade não seguisse o caminho de outras semelhantes a ela, onde hoje se verificam precárias condições socioambientais.

Nossa dúvida, no entanto, permanece: se hoje as condições de exploração do espaço procuram ser direcionadas, sejam quais forem seus instrumentos (Plano Diretor, Lei de Zoneamento), estes darão conta de abranger o futuro?

“Rasgam-se caminhos novos, cruzam-se autos por toda a parte, o torvelinho agita-se; abate-se a floresta, edificam-se cidades, constroem-se fábricas, desenvolve-se o comércio, sonha-se com a indústria, organizam-se em lances de emergência as sociedades fragmentárias, e... no fim deste burburinho intenso, feito de toda a casta de elementos, acabam-se os sertões! Recomeça-se de novo a vida das zonas velhas transformadas agora em áridos desertos. Seremos mais felizes na segunda e última escalada? Não terá a fatalidade novas surpresas desagradáveis guardadas para o futuro? É o que o tempo nos vai responder”. (ABRUNHOSA, 1929: 818)

Viver em São José do Rio Preto

**“A vida em Rio Preto eu acho boa sim, tirando os problemas ambientais, né?”
(Entrevista com ex-membro do Grupo Ambientalista Viva Vida IBILCE - ago./94)**

Um modo de olhar a questão ambiental é privilegiando o urbano, onde o meio ambiente é a *cidade*. Os estudos sobre a cidade nos remetem aos primórdios da Sociologia Urbana e seu expoente mais representativo que foi a Escola de Chicago¹.

No final do século XIX, o processo de desenvolvimento, com o advento da industrialização, especialmente nos EUA, levou ao crescimento acelerado das cidades e o conseqüente surgimento de preocupações sobre o fenômeno urbano. Contudo, os teóricos da sociologia *resistiam* a estudos empíricos sobre estes fenômenos. A Escola de Chicago rompe com esta tradição através de preocupações de ordem prática sobre a cidade e seus aspectos mais contundentes. Realizou seus principais trabalhos durante as décadas de 20 e 30, colocando a cidade como o lugar onde tudo acontece - crescimento urbano-industrial acelerado, adaptação de migrantes, marginalidade, criminalidade, entre outros aspectos.

¹ Ver: VELHO, Otávio Guilherme (org.) (1973). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar. Nesta coletânea, destaque para os ensaios de PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”; SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”; e WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”.

A tentativa de buscar regularidades que explicassem estes fenômenos - o fenômeno urbano em si e sua *desorganização* aparente, levou estes estudiosos a elaborarem teorias que descreviam uma lógica específica de organização do espaço urbano. Não forneceram, contudo, respostas definitivas, tão somente apontando perspectivas de novos questionamentos sobre o espaço da cidade.

No Brasil, estudos significativos sobre o espaço urbano, já na década de 70, dirigem sua atenção ao processo de industrialização brasileiro, inconseqüente e tardio, focalizando a questão da pobreza urbana². Segundo Faria (1983), o processo de desenvolvimento brasileiro no período 1950-1980, baseado na expansão da indústria de bens duráveis de consumo e na indústria de bens de capital, dependentes do capital internacional, resultou na maior concentração da população urbana, uma insuficiência crescente na criação de empregos industriais e na concentração da pobreza urbana nas áreas metropolitanas do país. Torna-se recorrente falar em *deterioração da qualidade de vida*.

Em São José do Rio Preto, a presença da *cidade* como *locus* onde se articulam a maior parte das decisões que afetam os organismo vivos e as estruturas que lhe dão sustentação, está colocada na fala de alguns atores entrevistados nesta pesquisa.

“(...) o meio ambiente é único, tanto o urbano quanto fora do urbano e que, sobretudo, todos os grandes problemas fora do meio urbano são causados pelo meio urbano. Então existe uma relação íntima quando você pretende a organização da cidade, ela se rebate tranquilamente fora da cidade. (...) fica muito fácil você jogar o meio ambiente lá no Amazonas, ou você jogar o meio ambiente fora da cidade e se esquecer que a cidade hoje é o meio ambiente em que a maior parte vive nele”. (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

Para Lima Bueno há logicamente, uma dependência entre o meio que nos circunda e aquele que está longe de nós. Contudo, o espaço privilegiado de ação é o urbano³. Neste mesmo sentido, outros atores acrescentam que falar em questão

² Ver: CAMARGO, Cândido P.F.de et alli. (1973). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Edições Loyola; e HOGAN, Daniel J. et alli. (1978). *Cidade: usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense.

³ Para Lima Bueno, é uma visão que ele também atribui a sua formação profissional de arquiteto.

ambiental é não só destacar a cidade como elemento chave nas relações homem-natureza, como também voltar o olhar à qualidade de vida do *habitat* humano.

Entretanto, a maior parte dos atores entrevistados na pesquisa dirige seu olhar para um imaginário em que a questão ambiental por excelência é a questão da Amazônia e dos desmatamentos⁴. Segundo Martine (1993), a consciência ambiental tem se concentrado em problemas específicos como o desmatamento amazônico e a desertificação em países subdesenvolvidos.

Logicamente, enquanto questão ambiental, a questão urbana é tão grave quanto a rural; a contaminação do ar ou da água nos centros urbanos é tão importante quanto a devastação das florestas, pois ambas são faces de um mesmo problema - a opção por um determinado modelo de desenvolvimento.

Ao privilegiar debates sobre a Amazônia, a Rio 92, por exemplo, tentou camuflar problemas socioambientais mais diretamente relacionados à questão da qualidade de vida. A pesquisa de opinião pública⁵ “*O que o brasileiro pensa da ecologia?*”⁶, realizada com o objetivo de participar dos debates sobre a Rio 92, coloca que a maior parte dos entrevistados apontava o desmatamento como o principal problema ambiental, revelando o predomínio de uma consciência ecológica de cunho *naturista*. Segundo Crespo (1993), uma consciência até certo ponto *ingênua*, uma vez que a falta de esgotamento sanitário e de água potável constitui-se hoje, no principal problema ambiental brasileiro. E conforme veremos aqui, o principal problema ambiental em São José do Rio Preto.

O espaço urbano, ao sentir as conseqüências das transformações na estrutura produtiva, nos últimos quarenta anos, passa a conviver com a degradação das

⁴ Sobre a questão amazônica ver: SAWYER, Donald R. (1993). “População e meio ambiente na Amazônia brasileira”. In: MARTINE, George. *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas, Ed. Unicamp.

⁵ Sobre o papel da opinião pública ver DUNLAP, Riley. (1990). *op.cit.*

⁶ Ver: CRESPO, Samyra (1993). “O Brasil na era verde: a consciência ecológica no país segundo pesquisas de opinião pública.” In: *Opinião Pública*, Campinas, CESOP, ano I, vol.I (2).

condições de vida e saúde. O processo de urbanização da sociedade brasileira, ao atender a demanda provocada por um crescimento industrial acelerado, não acompanhou a formulação e implementação de políticas estruturais de longo prazo.

Os fatores que atestam a degradação socioambiental urbana são resultado da combinação de uma modernização conservadora aliada a uma urbanização acelerada, caracterizada por dois pontos fundamentais: um processo especulativo do espaço urbano, onde a deterioração das condições ambientais e da qualidade de vida se contrapõem à valorização dos capitais que o produzem; e a ausência do Estado, seja na regulação da atividade privada, seja na provisão de equipamentos coletivos⁷.

Nas cidades de porte médio ainda é possível manter uma qualidade de vida menos deteriorada do que nos grandes centros urbanos. Entretanto, elas irão reproduzir os vícios de crescimento das grandes cidades se obedecerem a lógica de produção do modelo de desenvolvimento vigente no país. A atuação do Estado deve afirmar o desenvolvimento de políticas públicas e obedecer à lógica da inversão de prioridades, visando atender as camadas mais desfavorecidas da população.

Se é recorrente falar em *deterioração da qualidade de vida*, e se na visão de alguns atores entrevistados nesta pesquisa ela está ligada ao debate sobre a questão ambiental, tomando-se o espaço urbano por excelência, então, como medir a qualidade de vida de determinado local?

Para os objetivos deste trabalho, não iremos conceituar *qualidade de vida* de forma extensa e abrangente⁸. Procuraremos reter algumas concepções que nos parecem mais urgentes e justificam a linha de análise que adotamos.

⁷ Ver FÓRUM de ONG's brasileiras (1992). *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONG's e dos movimentos sociais*. Documento preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, Brasil.

⁸ Para um melhor aprofundamento sobre o tema ver: CARMO, Roberto Luiz do (1993). *O conceito de qualidade de vida: uma primeira abordagem*. Campinas, IFCH/UNICAMP.

Por que falar em qualidade de vida?

Conforme visto no primeiro capítulo, parece existir uma imagem de *organização* do município de São José do Rio Preto. Neste sentido, as entrevistas realizadas confirmam este imaginário, colocando que a cidade é privilegiada por apresentar uma *boa* qualidade de vida.

“Olha, Rio Preto é uma cidade privilegiada. Privilegiada por quê? Porque, quando Rio Preto começou, começou organizada, já. Houve...Rio Preto foi projetada por um arquiteto francês (...) quando Rio Preto nasceu, ele delineou a cidade. Ele fez um tabuleiro de xadrez. (...) bom, desse lado vai ficar residência, desse lado vai ser o centro, desse lado vai ser indústria. Ele já pensou isso há cem anos atrás”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB - ago./94)

Nosso trabalho investigativo tenta enumerar os elementos reais que comprovam esta afirmação, bem como as lacunas existentes sobre determinados problemas que colocam em risco a construção deste imaginário. Para desvendá-lo, utilizamos alguns indicadores tais como habitação e emprego, por entendermos que estas são questões centrais da política municipal de São José do Rio Preto; saúde e saneamento básico, onde já destacamos a falta de água como o problema ambiental mais grave no município, por outro lado, apresentando uma proposta eficiente para o tratamento do lixo; e educação, centralizando nossa atenção em propostas de educação ambiental.

Procuramos entender aqui qualidade de vida relacionada a aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Gallopín (1986) coloca qualidade de vida dentro de um conjunto unificado, onde relaciona necessidades humanas, ambientes sociais e individuais e o próprio desenvolvimento humano. Assim, as condições ambientais de uma sociedade, mais a organização interna do sistema humano são fatores que incidem sobre a *qualidade de vida* das pessoas.

Para Gallopín, as condições ambientais a que estão expostas as pessoas estão relacionadas com a qualidade de vida, onde a referência fundamental é o indivíduo. A qualidade de vida é concebida como a resultante da saúde psicossomática de uma pessoa (avaliada objetiva e intersubjetivamente) e do sentimento (subjetivo) de

satisfação. A saúde depende dos processos internos do indivíduo e do grau de cobertura de suas necessidades. A satisfação, por sua vez, depende dos processos internos e do grau de cobertura dos desejos e aspirações.

Se as necessidade humanas são geralmente concebidas como requerimentos genéricos dos seres humanos a fim de se manterem saudáveis, os desejos e aspirações são as formas concretas pelas quais uma pessoa busca satisfazer suas necessidades, através daquilo que o autor chama de *satisfatores requeridos*.

Estes *satisfatores requeridos* são elementos cujo uso e consumo determinam a satisfação de uma necessidade, desejo ou aspiração. Alguns provêm do próprio indivíduo, enquanto outros são encontrados no ambiente externo e adquiridos através das atividades humanas. É desta maneira que as condições do ambiente, tanto em seus aspectos físicos quanto sociais, incidem na possibilidade de satisfação das necessidades, desejos e aspirações do indivíduos, e conseqüentemente, sobre sua qualidade de vida. As condições do ambiente de uma sociedade, somadas à organização interna do sistema humano societal são os fatores principais que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas.

Partindo da relação homem e ambiente, Iglesias (1971) coloca que ela difere, entre outras coisas, da concepção que cada sociedade possui sobre qualidade de vida. Para os países subdesenvolvidos este conceito está estreitamente vinculado à solução de problemas ligados à pobreza, onde as necessidades básicas da maioria da população não foram sequer atendidas. Nas palavras do autor, *não é a qualidade de vida que está em risco, e sim a própria vida*⁹.

⁹"(...) not only the quality of life but life itself is endangered". IGLESIAS, Enrique (1971). "Development and the human environment". In: UNITED NATIONS. *Conference on Development and environment*. Founex, Switzerland, June 4-12, Mouton/Paris/The Hague, p.52.

O relatório Brundtland (1987) coloca que somente atender às necessidades básicas¹⁰ da população nos países subdesenvolvidos não é suficiente, pois precisa haver equidade na distribuição dos recursos. Essa equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões. Na América Latina, as desigualdades sociais e a instabilidade da democracia têm sido consequência não tanto da insuficiência de recursos ou da falta de dinamismo econômico, mas da forma de distribuição dos recursos disponíveis.

Desta maneira, qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável nos países subdesenvolvidos passa por um programa de ação que permita a melhoria da qualidade de vida, e isso implica na eliminação da pobreza e na diminuição das desigualdades sociais. A eliminação da pobreza exigirá a produção de bens e serviços que atendam às necessidades básicas de todos. Para Rattner (1989), o crescimento econômico tem sido concentrador de poder e riquezas, mas para se reduzir as desigualdades não basta apenas produzir mais.

Sendo um conceito importante dentro da concepção do desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida envolve, entre outros aspectos, a capacidade máxima da infra-estrutura pública e social de promover o bem comum e manter saudável o ambiente, determinando tanto prioridades ambientais quanto os objetivos do desenvolvimento.

Este debate sobre qualidade de vida e eliminação da pobreza nos países subdesenvolvidos é necessário porque o discurso apresentado pelo secretário de Planejamento de São José do Rio Preto, em relação à questão ambiental, é o que ele mesmo denomina de *combate à pobreza*. Começemos por habitação.

¹⁰ Para uma melhor compreensão do tema *necessidades básicas/não básicas*, sugerimos GALTUNG, Johan (1979). *Development, environment and technology: towards a technology for self-reliance*. New York, United Nations Conference on Trade and Development.

Como atua o poder público na área de habitação?

Nesta área, o poder público, através da Secretaria Municipal de Planejamento, é o ator principal.

De acordo com o relatório *Nossa Própria Agenda* (1990), em relação ao resto do mundo, a América Latina e o Brasil apresentam um alto índice de urbanização. Por volta de três quartos dos habitantes da América Latina vivem em áreas urbanas¹¹. Este adensamento populacional é fruto de um processo acelerado e caótico de urbanização, onde grande número de pessoas convivem com serviços básicos inadequados de habitação e saneamento.

Controlar e administrar a questão urbana constitui tarefa difícil para as autoridades locais. Segundo Hogan (1992), embora as regiões mais urbanizadas sejam lugares onde as melhorias do meio ambiente urbano tiveram maior êxito, os males da concentração demográfica se agravam nas *megacidades* e é indiscutível que a dimensão de seus problemas aumenta devido à dificuldade da aplicação de políticas públicas.

Pobreza, população e degradação dos recursos são fatores interligados. Milhares de pessoas se concentram nos grandes aglomerados urbanos, a maior parte marginalizada, sem atendimento de suas necessidades elementares.

"A pobreza é o nível de renda abaixo do qual uma pessoa ou uma família não é capaz de atender regularmente às necessidades da vida. A porcentagem da população que se situa abaixo desse nível depende da renda nacional per capita e do modo como ela é distribuída". (*Nosso Futuro Comum*, 1987: 54)

Além disso, no relatório *Nossa Própria Agenda* (1990) pobreza é tanto causa quanto efeito da degradação ambiental. Ela é mais rápida nos países

¹¹ Segundo Martine (1993), é importante acrescentar que, de acordo com dados preliminares do último Censo, o padrão de crescimento demográfico no Brasil, anteriormente elevado, começou a cair. Uma análise dos padrões de crescimento da população brasileira indica que o Brasil já se encontra em uma fase adiantada da transição demográfica. Sobre transição demográfica ver: PATARRA, Neide & FERREIRA, Carlos E.C. (1986). *Repensando a transição demográfica: formulações críticas e perspectivas de análise*. Campinas, Textos NEPO (10), NEPO-UNICAMP.

subdesenvolvidos porque a própria condição de subdesenvolvimento a estimula (Espinosa, 1993). De um lado, a questão da dívida externa destes países aumenta a super-exploração dos recursos naturais que precisam suprir necessidades de curto prazo e aumentar suas exportações¹².

Por outro lado, em situações de extrema pobreza, o indivíduo marginalizado da sociedade e da economia nacional não tem nenhum compromisso em evitar a degradação ambiental, uma vez que a sociedade não impede sua própria degradação como pessoa. O relatório Brundtland (1987) coloca que a relação entre pobreza e meio ambiente traduz-se num tipo específico de desgaste ambiental, onde os pobres para sobreviverem destroem seu próprio ambiente pois são obrigados a usarem excessivamente os poucos recursos ambientais a que têm acesso.

As estratégias do Plano Diretor de São José do Rio Preto (1992) situam o espaço urbano como o lugar privilegiado de atuação, por entender que ele representa o suporte a qualquer processo de desenvolvimento socioeconômico.

A forma de ocupação do espaço físico em São José do Rio Preto divide-se em duas etapas. Até 1986, ocorria o parcelamento de pequenas propriedades em lotes urbanos, paralelo à falta de uma legislação viária e de uma política de áreas verdes, áreas institucionais e áreas públicas. Loteamentos implantados em regiões distantes dos centros urbanos geraram diversos vazios no interior da cidade.

Dessa forma, o processo de ocupação e produção do espaço urbano encontrava-se em mãos da iniciativa privada, cabendo ao poder público o papel de regulador do processo através de algumas diretrizes que abrangiam, entre outros aspectos, algumas normas viárias de caráter pontual.

¹² Nos países latinoamericanos, a recuperação do crescimento e do desenvolvimento é condição importante no direcionamento de medidas sociais e ambientais no caminho de um desenvolvimento sustentável. Dentro desse quadro, o relatório *Nossa Própria Agenda* (1990) enfatiza a necessidade dos países do Primeiro Mundo aliviarem o peso da dívida externa dos países em desenvolvimento, além de garantias de financiamento e recursos para o crescimento.

O processo de periferização do município de São José do Rio Preto, ao longo dos anos 70 e até meados dos 80, deu-se de maneira semelhante ao da maioria dos centros urbanos em rápida expansão no país: primeiramente como um processo de alocação da população de baixa renda; em seguida, como um mecanismo de alargamento do perímetro urbano pela incorporação de novas e amplas faixas de terra urbana (não necessariamente dirigida à formação de bairros pobres), e pela criação de novas áreas de valorização especulativa.

Após 1986, o poder público municipal assume o papel central de organizador do espaço urbano, através de uma forte política de habitação baseada em loteamentos populares¹³. Este processo foi possível também, graças ao incremento financeiro proporcionado pelo Programa Cidade de Porte Médio. Na condição de única cidade atendida pelo projeto em todo o Estado de São Paulo, São José do Rio Preto passaria a se transformar em um centro alternativo de fixação de migrantes. O objetivo era manter a atração intra-regional, que já havia, e abrir a cidade para um fluxo migratório inter-regional e interestadual.

Em São José do Rio Preto os eixos do projeto eram: geração de emprego e renda, infraestrutura urbana/comunitária e modernização administrativa. A parte dos loteamentos populares, que depois viria causar certa polêmica, visava atender famílias com renda até 5 salários mínimos e residentes no município há mais de um ano. Próximo a eles seriam implantados mini distritos industriais, com o objetivo de garantir às famílias residentes na área, além da moradia, proximidade ao local de trabalho.

Até o início dos anos 80, as estatísticas demonstravam um déficit habitacional bastante acentuado, com perspectivas de agravamento a curto prazo. Isso era reforçado pelo crescente número de barracos, habitações congestionadas e cortiços

¹³ A Política Municipal de Desenvolvimento Habitacional foi emitida na forma de lei, em dezembro de 1988, podendo ser vista como uma etapa avançada de um processo que se inicia em 1979 com a criação da EMCOP - Empresa Municipal de Construções Populares que coordena, desde então, as ações que se sucederam na área de Habitação Popular no município.

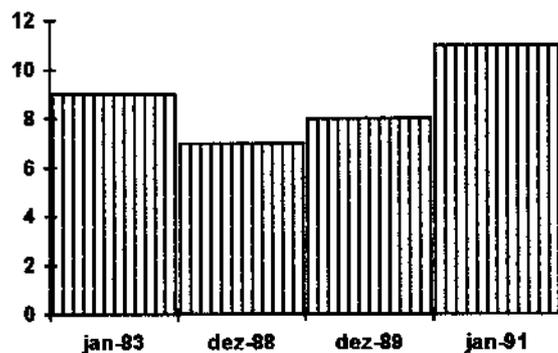
que se verificava na periferia pobre, resultando no agravamento da qualidade de vida dessas populações. Este quadro, revertido após 1986 com o programa de loteamentos populares da prefeitura e os recursos provenientes do Programa Cidade de Porte Médio, mudou completamente as relações entre os diversos agentes ligados à produção do espaço urbano.

"Outro aspecto que eu acho que tá ligado com o meio ambiente...Rio Preto, se você fizer um levantamento, ela tem um dos maiores índices em termos de número de pessoas por moradia. Houve um programa de desfavelamento (...) houve um programa de habitações populares quase que, assim desse tipo, quase que inédito em termos de Brasil, na outra gestão desse prefeito". (Entrevista com Secretário de Obras e Saneamento Básico - out./94)

Em 1983, havia cerca de 9 agrupamentos de famílias vivendo em barracos, contabilizando 404 pessoas. Este número caiu em 1988 para 7 agrupamentos com cerca de 87 pessoas. Até dezembro de 1988, estes números permaneceram quase os mesmos, sem profundas alterações. Elevaram-se, contudo, no início de 1991, para 11 agrupamentos totalizando 155 pessoas.

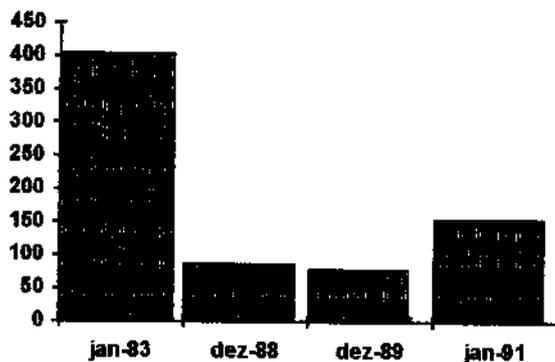
Em janeiro de 1991, havia perto de 11 agrupamentos no município, totalizando cerca de 155 pessoas vivendo em condições miseráveis. Atualmente, segundo dados recentes da Secretaria Municipal de Planejamento, existem no município quase 300 famílias morando em favelas, constituindo focos isolados de pobreza espalhados pela cidade¹⁴. Segundo o secretário, até o final do mandato do atual prefeito estas famílias estarão alojadas.

Gráfico 1
Número de Agrupamentos



¹⁴ O IBGE considera favela quando há agrupamentos de 50 moradias.

Gráfico 2
Número de Pessoas



Fonte: Secretaria Municipal de Bem Estar Social. Diagnóstico do Plano Diretor, 1991.

A partir desses dados percebe-se que, após um período de queda e relativa estabilidade, aumentou o número de focos de sub-habitação no município. Entretanto, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, ainda não se evidencia um processo de favelamento que seja irreversível.

De uma forma geral, os principais programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento na área de habitações populares, após o equacionamento de uma Política Habitacional para o município foram:

1. Programa Nossa Terra: oferecia moradia para a população com renda até 5 salários mínimos e que moravam na cidade há mais de um ano.
2. Programa de Desfavelamento: visava prevenir a formação de favelas e a erradicação das que viessem a surgir, também procurando amenizar a situação dos barracos já existentes.
3. Programa Caixa Econômica e COHAB: dirigidos à população com renda até 7 salários mínimos e que objetivava a ocupação racional dos vazios urbanos e a aproximação dos moradores ao seu local de trabalho.

De acordo com o *Perfil Sócio-Econômico do Município de São José do Rio Preto* (1981), a solução para o problema da habitação e infraestrutura deveria ser buscada de forma integrada e dirigida exclusivamente aos interesses da moradia, e não simplesmente alimentadora do processo especulador. Assim, a participação direta e efetiva da prefeitura na urbanização da cidade deveria ser precedida de instrumentos capazes de garantir os objetivos pretendidos.

Perillo (1992) e Vidal (1993) mencionam que a grande polêmica em torno dos loteamentos populares é se os mesmos, por si só, não seriam fator de atração de migrantes. Vale lembrar que um dos objetivos do Programa Cidade de Porte Médio era favorecer o processo migratório, e de acordo com as últimas análises de Perillo, ele tende a continuar.

O secretário de Planejamento rebate dizendo que a intervenção é necessária, em relação à política de loteamentos populares, a fim de garantir condições mínimas de moradia (acesso à terra) e reduzir o favelamento da cidade. Segundo ele, a migração para as cidades tem que ser administrada, já que o migrante cria demandas que a prefeitura precisaria atender.

“(...) essa pessoa vem e a gente tem que ter mecanismos de adaptar essa pessoa. E essa pessoa, ele perde todos os seus mecanismos de referencial do campo quando ele vem. Então, se ele não tiver um referencial prá habitação, do emprego, há uma tendência enorme dele ir prá marginalidade”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Enquanto alguns atores entrevistados defendem o programa habitacional, outros afirmam que os mesmos perdem em infraestrutura e neste sentido, a cidade não estaria preparada para recebê-los. Além de críticas à capacidade do poder público em suprir a infraestrutura e os serviços necessários, há dúvidas quanto à qualidade dos projetos urbanísticos.

“Vejo que a qualidade de vida em Rio Preto é uma qualidade de vida boa, apesar da migração ostensiva, grande, né? Mas o município teve um programa habitacional muito efetivo, muito paternalista até...bom, eu não vou discutir isso agora...mas atendeu a necessidade do município, ou seja, essas pessoas que talvez pudessem estar com uma qualidade de vida pior foram atendidas, ou pelo município, ou pelo governo do estado, por esse programa habitacional”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB ago./94)

“Claro né, que o crescimento urbano afeta [a qualidade de vida] porque a cidade não tá preparada prá tá recebendo [os migrantes]. (...) É, e assim, abre-se vários bairros, novos, aí, de periferia e não se investe nada. Solo Sagrado falta água. Toda a periferia sofre muito com a falta de água e tem bairros que só chega com caminhão pipa”. (Entrevista com socióloga da regional CETESB - ago./94)

Quando considera que o problema ambiental mais grave no município é a *sub-habitação*, o secretário de Planejamento explica a política de loteamentos populares a partir do que ele chama de *combate à pobreza*. Para ele, a pobreza constitui a maior agressão ao meio ambiente. Este é compreendido não apenas como o verde, mas como um conjunto integrado de aspectos, envolvendo o homem e o meio em que vive.

“O pessoal entende o meio ambiente como o verde, como a manutenção do Bosque Municipal, como a manutenção do Parque Ecológico aí, que foi alvo de lei (...). O verde, no sentido da árvore, ele tem uma importância enorme com relação à símbolo e com relação à formação das novas gerações. Mas o meio ambiente, ele é bem mais que isso”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

A pessoa pobre teria todos os incentivos negativos no sentido de degradar cada vez mais o ambiente em que vive. É preciso a formação de uma cultura de respeito ao meio ambiente a partir do resgate de certos valores do indivíduo, e o ponto de partida é habitação.

“A maior agressão ao meio ambiente é a pobreza. Então, a pessoa pobre ela está...ela tem todos os incentivos negativos no sentido de degradar cada vez mais o meio ambiente (...). A partir do momento em que você deixa uma família sem habitação digna - habitação, por exemplo, é um problema sério da questão - sem habitação digna, essa família vai tender cada vez mais a adquirir hábitos, começando de higiene, de saúde (...). Porque a pessoa perde o principal referencial dela, que é o referencial da casa onde mora”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Se habitação é o início do processo de melhoria da qualidade de vida do indivíduo, o secretário acredita que fazer com que ele construa sua própria casa é *culturalmente* importante por duas razões: primeiro, é difícil que ele a repasse. Ele se fixa e cria um vínculo afetivo com a casa. Segundo, a partir do momento em que são levantados os recursos para a construção das casas, estas são feitas em esquema de mutirão, e com isso você consegue atender mais famílias¹⁵.

¹⁵Uma das características do Programa de Loteamentos Populares é a construção de moradias através de mutirões, onde a prefeitura fornece o material para as casas. Trata-se de um assunto um tanto controverso, conforme alguns dados coletados na imprensa, em relação à demora na entrega do material.

“(...) ele perde, inclusive esse...essa ambição tão decantada pelo liberalismo econômico aí, esse...essa vontade de crescer que o pessoal fala tanto do individualismo das pessoas, porque ele vai aceitando as coisas. Então, por exemplo, ele começa, ele vai lá, faz o barraco, ele passa de 16 m², 20 m², sem o mínimo de higiene. Aí se acostuma todo dia levantar, ir lá na biquinha e tal...então ele reduz muito seus objetivos. (...) vai reduzindo a aspiração da vida”. (Entrevista com Secretário Municipal de Planejamento - ago./94)

O raciocínio do secretário é de que, o indivíduo desprovido de tudo torna-se *indolente*, no sentido de não ter mais *aspirações*, reduzindo assim, seus objetivos. Se ele tem casa, passa a requerer asfalto para sua rua; energia elétrica; água encanada, rede de esgoto; centro de saúde para o bairro e escola para os filhos¹⁶.

“(...) vou dar um exemplo bem típico: uma pessoa que tem emprego, tem renda, tem casa pra morar, essa pessoa não vai por exemplo numa... numa reserva florestal, por exemplo, não corta lá pra usar de lenha; essa pessoa não depreda. Eu acho assim, a pobreza, que eu vejo como um problema essencialmente ambiental (...)”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Para o secretário, o meio ambiente relaciona-se com habitação, geração de emprego, saneamento básico, saúde e educação. O secretário acredita que o modelo de desenvolvimento atual não vai ser rompido tão rapidamente. Pode-se, entretanto, aperfeiçoá-lo através de um conjunto de políticas que melhorem a qualidade de vida da população, processo que ele denomina de *transferência de renda*.

“Então, por exemplo, o jeito de ver aí, o jeito que a gente tenta administrar. (...) através das políticas públicas aí, você transferir... a partir do momento que você coloca o posto de saúde perto da casa das pessoas; a partir do momento em que você facilita, por exemplo, cê dá uma escola, uma pré-escola (...) então você tá transferindo. Então, o nosso conceito de meio ambiente é tudo isso aí”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Esta idéia, entretanto, confunde-se com a proposta de crescimento para os países subdesenvolvidos, que ainda não tem as necessidades básicas da maior parte da população atendidas. Mas é importante esclarecer duas questões. A primeira, conforme alerta Martine (1993), é que o aumento do consumo nos países subdesenvolvidos, dados os atuais padrões de desenvolvimento, representaria uma melhoria nas condições de vida da população. Entretanto, o modelo que procuram seguir é *essencialmente consumista e degradador*.

¹⁶ Um detalhe que a Secretaria de Planejamento acredita ser importante é o de não urbanizar favelas. As pessoas geralmente acabam se fixando próximas a mananciais e áreas verdes, lugares onde as construções são ilegais. Se a prefeitura vai lá e urbaniza estará contribuindo com o descaso em relação à área. Mas existem críticas no sentido de que a prefeitura apenas *muda* as favelas de lugar.

Este aumento do consumo, nos moldes do desenvolvimento atual, é incompatível com o desenvolvimento sustentável. Embora se reconheça que o crescimento econômico e social dos países do Terceiro Mundo seja, talvez, mais urgente do que a problemática ambiental (MARTINE, 1993), é preciso mudar as estruturas do padrão de desenvolvimento a ser seguido. Assim, o desenvolvimento, nos países subdesenvolvidos, não pode ser visto apenas como crescimento econômico.

A segunda questão é de que a pressão no ambiente exercida pela pobreza, deve ser vista dentro de um contexto mais amplo. Segundo Herrera (1990), formular uma estratégia de desenvolvimento que possa eliminar a pobreza global requer uma melhor compreensão da evolução da relação sociedade-meio ambiente, em diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

"(...) não é possível erradicar a pobreza simplesmente redistribuindo a riqueza ou a renda, pois tem de haver uma redistribuição melhor do poder" (Nosso Futuro Comum, 1987: 33).

Esta redistribuição do poder supõe uma maior participação da população nas decisões que afetam seus interesses. Além disso, a eliminação da pobreza, nos moldes de um novo processo de desenvolvimento, deve se basear no tratamento integrado de diversas questões - habitação, geração de renda, saúde, saneamento e educação.

Dentro do Programa Cidade de Porte Médio para São José do Rio Preto, a questão habitacional estava vinculada a um projeto de geração de empregos. De acordo com o secretário de Planejamento, o primeiro passo na formação da cultura de respeito ao meio ambiente é moradia; segundo, geração de renda.

O poder público fornece habitação, mas como gera a renda?

A partir da década de 70, o município passou por uma nova fase de desenvolvimento econômico com a criação do Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODEI). Através dele, a prefeitura municipal apoiava empresas e

indústrias com a criação de distritos industriais e mini distritos, dando apoio preferencial às micro empresas.

Partiu-se da idéia, de acordo com depoimento da assessora da secretaria municipal de Planejamento e coordenadora do programa, de que o Estado possui uma grande carência de programas assistenciais. O melhor seria acabar com a tradicional política *assistencialista* brasileira e procurar *gerar* emprego e renda.

Ao lado da política habitacional, a questão da geração de emprego ocupa papel fundamental no desenvolvimento do município. A experiência do primeiro mini distrito, instalado em 1986, levou à continuidade do projeto, valorizando as pequenas e médias empresas¹⁷. É através da lei de Zoneamento e da lei de Uso e Ocupação do solo, que a prefeitura estabelece as condições para que estas micro empresas sejam instaladas.

“Na realidade nem é doação. Existe inclusive, essa preocupação em não ser paternalista. É um financiamento sem juros. Você entrega uma área urbanizada, com rede de água, esgoto, tudo; você vende pelo custo real. Só que você parcela em 50 meses, corrigidos pelo índice inflacionário. Então dá uma média de um a dois salários mínimos por mês, durante 50 meses. Então, esse é um custo que o pequeno pode obter”. (Entrevista com assessora da Secretaria Municipal de Planejamento - out./94)

O programa de mini distritos ocupa lugar de destaque dentro da Secretaria de Planejamento, primeiro porque emprega; segundo, diversifica a atividade econômica do município; e por fim, o retorno ao município em termos de arrecadação é quase imediato, pois acaba tirando muitas empresas da economia informal¹⁸.

Os objetivos do programa de geração de empregos, além de favorecer a pequena indústria e gerar renda, seriam a criação de perspectivas sólidas de crescimento a médio e longo prazo para as mesmas; descentralização das atividades econômicas da cidade e melhoria da qualidade de vida dos bairros e residências

¹⁷ De acordo com a assessora da secretaria de Planejamento, existe uma certa *facilidade* em se trabalhar com o pequeno empresário porque é ele quem necessita de um incentivo maior. O custo de uma área para empresas de grande porte é insignificante, o que não ocorre com as empresas menores.

¹⁸ É interessante observar também que nos últimos anos, em relação ao processo de terceirização da economia, os mini distritos vêm apresentando uma elevada oferta no setor de serviços.

através da transferência de empresas em seu interior, descentralização a médio e longo prazo da circulação de pessoas e veículos e ordenamento da atividade industrial visando a qualidade de vida.

Atualmente o município possui dois distritos industriais: D.I. Waldemar de Oliveira Verdi e o D.I. Dr. Carlos de Arnaldo e Silva, além de 11 mini distritos industriais espalhados pela cidade, totalizando a instalação de 461 empresas em menos de 10 anos¹.

Tabela 8
Programa de Distritos e Mini-Distritos Industriais - 1993

	Distrito Industrial I Waldemar de Oliveira Verdi	Distrito Industrial II Dr. Carlos de Arnaldo e Silva
área total (m ²)	2.588.689,80	888.633,68
ocupação (m ²)	2.045.639,49	23.625,00
área disponível (m ²)	-	495.466,17

Mini-Distritos Industriais e de Serviços	área (m²)	empresas beneficiadas
Tancredo Neves (canal 8)	144.826,85	133
José F. Antônio (Solo Sagrado)	66.732,35	68
Ernesto Garcia Lopes	9.932,58	23
Jd. João Paulo II (mini 1)	31.219,50	48
Jd. João Paulo II (mini 2)	10.044,67	18
Heitor J. Eiras Garcia I e II (Domingos Falavina)	9.360,00	10
Ary Attab	52.335,57	31
Edson Pupim e Anatol Konarski (Jd. das Oliveiras)	8.328,93	18
Centenário da Emancipação	179.039,50	112
Total	511.819,95	461

Fonte: Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 1994.

O Plano Diretor (1992), além de regulamentar algumas diretrizes do Programa de distritos e mini distritos industriais, prevê a implantação de um Pólo Tecnológico, utilizando parte da área do IPA. O objetivo é beneficiar indústrias que

¹ Em relação ao PRODEI, Perillo (1992) afirma que ele também teria contribuído para os expressivos deslocamentos populacionais em direção ao município de São José do Rio Preto.

utilizem e/ou venham a utilizar processos tecnológicos em seus sistemas produtivos².

O relatório Brundtland (1987) reconhece que a indústria é fundamental nas economias modernas e fator indispensável ao crescimento. A discussão proposta pelo desenvolvimento sustentável, em relação ao papel da indústria, é de que é preciso buscar novas tecnologias, menos intensivas no uso de recursos naturais.

O avanço da revolução industrial também levou ao surgimento de conceitos como o de escassez dos recursos naturais. Assim, novas fontes de energia foram desenvolvidas e a substituição de recursos caminha em direção aos custos mais baixos. Para Keyfitz (1991), os países subdesenvolvidos acabam ficando em desvantagem porque neles o desenvolvimento tecnológico é insuficiente.

Países como o Brasil sofreram o atraso de uma modernização incompleta, através da absorção de tecnologias e da utilização de produtos sem o domínio adequado da técnica e sem o controle social necessário³. Segundo Herrera (1990), países periféricos deveriam impor regulamentos para proteger o meio ambiente, mas é difícil para eles implementarem políticas e medidas de controle eficazes, principalmente devido ao poder político e econômico das multinacionais.

Entre outras consequências ecológicas da transferência de tecnologias modernas para o terceiro mundo, Herrera (1990) coloca a falta de adaptação, nos países subdesenvolvidos, das tecnologias importadas e a dificuldade em implementar políticas de controle para eliminar ou reduzir os impactos ecológicos negativos das tecnologias como nos países do primeiro mundo. As tecnologias dos países

² Outra proposta do Plano Diretor é a da criação de uma Secretaria de Indústria e Comércio, através de uma reestruturação do PRODEI, capacitando-a para gerir o Pólo de Alta Tecnologia e o programa de distritos e mini distritos industriais. Futuramente também está prevista, com aprovação do governo do Estado, a criação da região metropolitana de São José do Rio Preto.

³ Dentro da proposta de um ecodesenvolvimento, Galtung (1979) discute o papel da tecnologia, e coloca que, para cada tipo de tecnologia há um tipo de *estrutura*. Logo, existem tecnologias incompatíveis com certas *estruturas*. É neste sentido que reflete sobre a nociva transferência de tecnologia dos países do Primeiro Mundo para os países do Terceiro Mundo.

desenvolvidos nem sempre são adequadas às condições socioeconômicas e ambientais dos países subdesenvolvidos.

Gallopín (1992) ao falar sobre os impactos da revolução técnico-econômica sobre os ecossistemas latinoamericanos, coloca que um padrão mais sustentável de desenvolvimento é possível. Sua implementação, no entanto, irá requerer políticas ambientais mais efetivas e integradas em políticas sociais e econômicas, fortemente apoiadas em ciência e tecnologia. O desenvolvimento sustentável pressupõe a autosuficiência tecnológica.

Em relação ao programa de distritos e mini distritos industriais, duas questões merecem atenção. Primeiramente, São José do Rio Preto ainda é considerado um pólo comercial, pois não há nenhuma indústria de grande porte no município. A CETESB afirma realizar um trabalho de fiscalização industrial, mas que não abrange as micro empresas. Estas ficam sob a fiscalização do CONDEMA, que segundo seu presidente, não possui suporte técnico para isso.

“Seria tarefa da CETESB, mas parece que por um acordo recente a CETESB não fiscalizaria micro-empresas. Então, caberia à prefeitura. Como a prefeitura não tem técnico, não tem recursos humanos especializados, encaminhava, então, ao CONDEMA. E o CONDEMA ficou com mais este encargo que tomava bastante tempo”. (Entrevista com presidente do CONDEMA out./94)

O CONDEMA pode ser consultado sobre a instalação de empreendimentos de pequeno porte, o que ocorre nas reuniões quinzenais do Conselho de Desenvolvimento do Plano Diretor. Porém questionamos o fato de que, por que ele faria um trabalho de *fiscalização* nas micro empresas se o município possui um órgão com mais recursos físicos e humanos para isso, que é a CETESB?

“Se um estabelecimento queria se instalar em um determinado bairro, o conselho de meio ambiente era ouvido prá saber se essa...se essa firma, se esse estabelecimento poderia causar algum tipo de poluição, comprometer de alguma forma a região, incomodar os vizinhos”. (Entrevista com presidente do CONDEMA out./94)

O fato do CONDEMA ficar responsável pelas pequenas e médias empresas ocorre, segundo a assessora da Secretaria de Planejamento, porque estas empresas

são geralmente do ramo de confecções, marcenaria, alimentos, móveis e serviços e na opinião dela, não causam problemas ambientais.

“Normalmente essas empresas não requer tratamento mais complexo de efluentes, e tal. Normalmente são empresas que, quando acontece é...eventualmente vier a acontecer de alguma empresa que a gente autorizou a instalação no município, se ela começa a dar, criar problema ambiental, ela é removida. Temos até um caso, a gente tá estudando, o problema nem é propriamente de resíduo, é mais de ruído, que é uma marmoraria e que nós estamos transferindo ela de local prá preservar a qualidade de vida da população que mora ao lado, né?”(Entrevista com assessora da Secretaria Municipal de Planejamento - out./94) *

Os primeiros indícios do impacto negativo da atividade industrial sobre o meio ambiente foram problemas localizados de poluição do ar, da água e da terra. Logo aumentaram as preocupações do público e se promoveu um amplo debate sobre a conservação do meio ambiente e o crescimento econômico. Esse quadro crítico levou a diversas formas de controle da poluição, auxiliado pela tecnologia. Contudo, estes avanços ocorreram somente em alguns países industrializados.

A partir da década de 70, após a publicação do Relatório Meadows, os problemas de poluição, antes localizados, passam a ser vistos em escala regional ou mesmo global. Para Torres (1993), a industrialização é reconhecida como um fator primordial na degradação ambiental, pois nas relações entre indústria e meio ambiente destacam-se a depleção dos recursos naturais e as diferentes formas de poluição (ar, água, solo).

Franco (1993) pode nos apontar algumas características fundamentais da relação trabalho industrial, ambiente e saúde no Brasil. Destaca-se no país o caráter predatório do trabalho em relação à saúde, resultado da transferência parcial de estruturas tecnológicas que originaram processos ou postos de trabalho deficientes (se comparados às matrizes internacionais), constatados nas indústrias siderúrgica, têxtil e petroquímica.

Franco também observa uma defasagem no ritmo de transferência das inovações tecnológicas em relação ao ritmo de transferência de tecnologias mais eficazes em termos de segurança e controle ambiental. Isto é favorecido pela

ausência de exigências em relação à saúde e ao ambiente por parte do Estado brasileiro e dos movimentos sociais, quando da implantação dessas fábricas.⁴

Conforme Gonçalves (1990), a inexistência de uma tradição de liberdades democráticas fez com que a implantação do capital estrangeiro não encontrasse aqui os limites que a sociedade civil lhe impunha em seus países de origem.

A absorção dos processos produtivos com pesada tecnologia não tem sido acompanhada por mecanismos institucionais de proteção da vida intramuros e extramuros das práticas empresariais, que apenas têm se pautado nos interesses imediatos de lucro e de competição de mercado, em detrimento da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente.

Segundo Torres (1993), a adoção de tecnologias de preservação ambiental no setor privado ocorre em duas situações: ou quando elas são capazes de reduzir os custos da produção ou quando as empresas sofrem pressão de consumidores, trabalhadores, movimentos comunitários, ambientalistas ou do próprio governo.

O maior problema de poluição industrial em São José do Rio Preto é verificado nas destilarias de cana-de-açúcar e álcool. Segundo o diretor do Sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas, do açúcar e do álcool, o ambiente de trabalho nas destilarias é ruim. É comum, segundo ele, que todo ano algumas destas empresas sejam autuadas por más *condições ambientais de trabalho*⁵, ocorrendo vários acidentes que afetam tanto os trabalhadores quanto o meio ambiente. As doenças respiratórias são as mais comuns, provocadas pelo chamado *bagacinho da cana*.

⁴ Outro fator que a autora observa, de caráter ideológico, é o de culpar o trabalhador individualmente pelo "ato falho/inseguro/humano". É uma forma de gerir a segurança industrial que, freqüentemente, ignora os reais problemas criados por regimes de trabalho e/ou condições materiais de produção inadequadas e precárias - deixando-os intactos (FRANCO, 1993).

⁵ O sindicato desenvolve um trabalho tanto junto à prefeitura quanto ao Ministério do Trabalho, no sentido de viabilizar em São José do Rio Preto uma Delegacia de Acidentes do Trabalho.

Quanto às indústrias químicas, por serem em sua maioria de pequeno porte, não têm apresentado grandes problemas relativos ao meio ambiente e à saúde de seus trabalhadores, embora existam alguns casos de insuficiência respiratória gerados por problemas de pós e solventes. Fora isso, os acidentes industriais mais comuns ficam por conta de vazamentos de gás amônia, geralmente em frigoríficos⁶, e vazamentos de cloro⁷.

Quanto à evidências de poluição atmosférica, não são detectadas pela CETESB, concorrendo para isso o próprio ordenamento das indústrias dentro do município, alocadas nos mini distritos industriais. E aqui já se inicia nossa segunda questão.

A diversificação de áreas para localização industrial existente em São José do Rio Preto, principalmente os mini distritos, faz parte da política municipal cujo objetivo é aproximar os trabalhadores de seus postos de trabalho, visando aumentar sua renda (diminuição do tempo gasto em transporte) e seu tempo de lazer.

A setorização industrial realmente evidenciada, concorre para a organização do município e o ordenamento de suas atividades. Esbarra, portanto, na qualidade de vida de uma população que pode ter sua renda e seu lazer aumentados pela proximidade do emprego, mas que convive ao lado dessas indústrias.

“Nós temos bairros aqui que o pessoal mora ao lado do trabalho, demora 5 minutos prá chegar ao trabalho. Então, imagina, e são pessoas de renda de 2 salários mínimos. Então pode falar que essa...e que tem o posto de saúde perto, a escola perto, é tudo perto. Agora, pode-se falar que essa pessoa mora num local subdesenvolvido? não. Ele mora, de renda de 2 salários mínimos só, mas ele mora num bairro extremamente desenvolvido. Então esse conceito só de medir por número é um outro conceito que nós economistas aí criamos e que já é totalmente furado”. Entrevista com secretário municipal de Planejamento ago./94)

Para Hogan (1991b), é preciso desfazer o mito de que os problemas ambientais estão acima dos interesses das classes sociais e dos conflitos gerados por

⁶ Este gás serve para refrigeração.

⁷ Na forma pressurizada, a baixas temperaturas, torna-se um gás. É utilizado em estações de tratamento de água.

eles, pois a poluição acaba atingindo a população de forma diferenciada, e os exemplos sugerem que fatores como ar, água, verde têm seu acesso condicionado pela estrutura de classes vigente. Assim, é justo dizer que as classes desfavorecidas economicamente estão mais expostas à poluição. Olhar estas questões de modo técnico apenas mascara seu conteúdo político.

“É a mesma estrutura de classes sociais que determina a distribuição da riqueza, das oportunidades de ascensão social, dos canais de acesso aos centros decisórios, que determina também a distribuição da poluição na sociedade”. (HOGAN, 1992b: 4)

No caso específico do desenvolvimento industrial de São José do Rio Preto, procuramos questionar até que ponto a aproximação da população mais carente a seu local de trabalho (a indústria) representa fator positivo em termos da manutenção de sua qualidade de vida.

Em São José do Rio Preto, há um consenso entre os atores entrevistados de que *todos* são afetados pelas carências urbanas, a diferença está na forma e na possibilidade de enfrentá-las. Os mais ricos têm condições de se sobrepor a uma série de dificuldades pelas razões econômicas que detêm. Os mais pobres cada vez mais vão sendo afastados para as periferias. São lugares onde a infraestrutura urbana é precária e onde está a população que mais sente os problemas ambientais, porque é a mais próxima da falta de saneamento básico e a que tem acesso à água de menor qualidade.

“Evidente que o indivíduo que tem uma condição econômica melhor, normalmente também tem um acesso maior às informações; faz uma análise desse poço. Se houver necessidade, corrige a qualidade dessa água, né? Bebe água mineral”. (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno ago./94)

Neste caso, nosso questionamento caminha no sentido de que, as políticas habitacional e de geração de empregos ocorrem de forma efetiva, são positivas quanto à ordenação do processo de desenvolvimento do município. Porém, falham quando reafirmam o *aperfeiçoamento* do modelo de desenvolvimento vigente e no fortalecimento destes dois programas, em detrimento de outras políticas públicas

essenciais. Falta, principalmente, a percepção de que as políticas públicas e a política ambiental estão interligadas.

O crescimento em áreas urbanas estabelece uma intrínseca relação entre qualidade de vida e política ambiental. Segundo Ferreira (1991), deve-se reconhecer a importância da relação entre política ambiental, política populacional e política de saúde quando se visa uma política ambiental realmente efetiva.

Caldwell (1985) considera que qualquer política populacional deve levar em conta o meio ambiente. Contudo, essa relação tem sido e/ou ignorada e/ou tratada de forma indevida pelos pesquisadores⁸. É preciso desfazer mitos como a crença generalizada de que a sustentabilidade do ambiente é ameaçada pela pressão do aumento da população sobre ele⁹.

As condições de saúde do município são satisfatórias?

Em geral, quando se trata de condições de saúde, a principal causa de morte em Rio Preto são as chamadas *causas violentas de morte*, aqui incluídos acidentes na infância, acidentes com veículos motorizados¹⁰ e homicídios. Como segunda causa, as *doenças endócrino-metabólicas e imunitárias*¹¹. Na faixa etária de 50 anos ou mais, aparece como primeira causa de morte as doenças do aparelho circulatório¹².

⁸ Sobre população e meio ambiente ver HOGAN, D.J. (1992a). *Crecimiento e distribucion de la poblacion: su relacion con el desarrollo y el medio ambiente*. Santiago, Nações Unidas; (1989). "Crescimento demográfico e meio ambiente". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, 8 (1-2); e SAWYER, D.R. (1993a). *População, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Semonário políticas públicas, agente sociais e desenvolvimento sustentável.

⁹ Não cabe neste trabalho estender-se pela análise da relação população e meio ambiente e da forma como tem sido tratada. Queremos apenas demonstrar como ainda predomina um total desligamento entre esta questão, a qualidade de vida e a política ambiental.

¹⁰ Algumas ações têm sido tomadas tais como diminuição do uso de drogas e o atendimento a saúde mental.

¹¹ No caso das *doenças endócrino-metabólicas e imunitárias* acredita-se que sejam em decorrência da AIDS, embora não existam dados suficientes para comprovar tal afirmação. A saúde pública enfrenta atualmente no município um grave problema que é a AIDS.

¹² Secretaria Municipal de Saúde, 1993.

Atualmente, nas 19 Unidades Básicas de Saúde são oferecidos serviços de atendimento básico, que envolvem programas ligados à saúde da Criança, da Mulher, do Adulto e à Saúde Bucal. Segundo algumas propostas do Plano Diretor (1992), dentro do projeto de municipalização da saúde, o objetivo é melhorar a resolutividade do sistema, tornando-o mais eficiente.

Os principais problemas que interferem no bom funcionamento das Unidades Básicas de Saúde são a falta de leitos e recursos materiais; falta de funcionários administrativos e técnicos; instalações físicas reduzidas ou inadequadas, falta de manutenção nos prédios, viaturas e equipamentos. O fornecimento de medicamentos é, porém, satisfatório.

A Lei Orgânica da Saúde, além do objetivo de garantir o direito ao acesso e qualidade da prestação de serviços a toda a população, estabelece em seu artigo 35º, que as ações de saúde devem ser planejadas e organizadas a partir das características sócio-econômicas, epidemiológicas e das condições de vida e saúde dos diversos segmentos populacionais.

Neste sentido, considerando que as regiões da cidade possuem condições de infraestrutura urbana diferenciadas e abrangem contingentes de habitantes com características diversas, optou-se metodologicamente, dividir a cidade em 07 regiões, levando-se também em conta barreiras físicas, acesso e fluxos da população aos recursos de saúde. Esse levantamento tem por objetivo ações articuladas das Unidades Básicas de Saúde, levando-se em conta características específicas dos diferentes segmentos populacionais que compõem essas áreas, visando melhor adequar os serviços de saúde às demandas diferenciadas de atendimento.

DIVISÃO DOS BAIRROS SEGUNDO AS ÁREAS ADMINISTRATIVAS

ÁREAS	BAIRROS	ÁREAS	BAIRROS
I	Jardim Alice, Jardim Ana Célia, Jardim Aniele, Jardim Antunes, Parque Rosid, Atlântica, Jardim Belo Horizonte, Jardim Braga, Bairro Cecap, Chácara Tranquilidade, Conj. Habitacional Costa do Sol, Distrito de Ipiranga, Parque do Sol, Dom Lafayette Libano, Eldorado, Eldorado (2 ^a , 3 ^a , 4 ^a parte), Jardim Henriqueta, Jardim Ielar, Jardim Japerna, Parque Res. João da Silva, Jardim Laranjeiras, Jardim Los Angeles, Loteamento Porto Seguro, Res. Macedo Telles I, Res. Macedo Telles II, Manoel Del'Arco, Jardim Marajó, Jardim Maria Lúcia, Vila Mayor, Vila Miguelezinho, Jardim Mugnani, Vila Nossa Senhora da Penha, Jardim Nonaka, Jardim das Oliveiras, Jardim Paraiso, Jardim Planalto, Lot. Renata Tarraf, Res. Ana Angélica, Res. Ana Céliatl, Res. Laurindo Tebar, Vila Romana, Vila São Jorge, Jardim Simões, Solo Sagrado, Solo Sagrado I, Jardim Santa Bárbara, Jardim Santa Lúcia, Vila União, Vale do Sol, Jardim Votorasso e ainda o Jardim Zé Menino.	IV	Bairros Jardim Estrela, Vila Sta Tereza, Bairro Roseiral, Parque Celeste, Jardim Ana Alice, Vila Dória, Vila Elvira, Vila Cristina, Lot. Vila Nova, Parque Res. Com. Mansour Daud, Vila Ercília, Vila Diniz, Vila Sta Cruz, Vila Bom Jesus, Vila Aurora, Vila Floreze, Vila São Antonio, Jardim Europa, Jardim Sta Maria, Jardim Sta Luzia, Jardim Sta Catarina, Vila São Joaquim, Vila Simbaldi, Jardim Novo Mundo, Jardim Urano, Parque Quinta das Palmeiras, Bom Jardim, Jardim Ouro Verde, Vila Nosso Senhor do Bonfim, Parque Estoril, Jardim Tangará, Cidade Nova, Bairro Higienópolis, Jardim Waldquiria, Bairro Redentor, Jardim Brasília, Bairro São Francisco, Jardim Vienna, Jardim Res. Alba.
II	Distrito Industrial Dr. Carlos Amaldo e Silva, Jardim Alto Alegre, Jd. América, Jd. Americano, Vila Anchieta, Angélica, Angelicall, Jd. Anice, Bela Vista, Bordon, Castelinho, Vila Clementina, Vila Cruzzeiro, Vila Dias, Jardim do Bosque, Jardim do Lago, Jardim dos Seixas, Vila Elmaz, Estância São João, Bosque da Felicidade, Jardim Flor do Bairro, Jardim Fuscaldi, Vila Gasbarro, Jardim Giuliane, Vila Goyos, Vila Ideal, Vila Jpitanga, Parque Jaguaré, Jardim Jandira, João Paulotti, Vila Lisboa, Loteamento Caparoz, Loteamento São Luiz, Lot. Jaime Rosari, Vila Maceno, Vila Mangini, Vila Militar, Vila Mona, Vila Mosseró, Jardim Municipal, Jardim Nazareth, Vila Novas, Vila Nossa Senhora do Carmo, Jd. Paulista, Parque Res. Castelinho, Jardim Primavera, Vila Progresso, Residencial Jardim Nabuco, Jd. Regina Maura, Pq. Residencial Dantha, Residencial Jardins, Residencial Três Marias, Jardim Roseli, São José do Rio Preto I, Vila S.L. Gonzaga, São Deocleciano, Jardim São Paulo, Jardim São Vicente, Jardim Seyon, Jardim Sonia, Vila Sta Izabel, Jardim Susana, Jardim Urupês, Jardim Vieira, Jd. Yolanda e ainda o Distrito de Talhado, 5 ^a região possui também contingentes populacionais com assentamentos recentes pois em 1980 não existia o bairro de São Deocleciano, o Conj. Hab. de São José do Rio Preto I, o João Paulo II e o Bosque da Felicidade.	V	Jardim Maravanzã, Condomínio Recanto Real, Jardim Tarraf, Jardim Tarraf II, Jardim Acimação, Village Sta Helena, Condomínio Débora Cristina, Condomínio Bourganylle, Jardim Moyses Miguel Hardad, Jardim das Vivendas, Jardim Vivendas, Bairro Universitário, Jardim Michel Jacob, Jardim Morumbi, Jardim Francisco Fernandes, Chácara Municipal, Nova Redentora, Vila São José, Vila São Pedro, Jardim Bosque da Saúde, Jardim do Sul, Jardim do Centro, Jardim do Norte, Prolongamento da Vila Redentora, Vila Sta Cândida, Jardim Panoramia, Vila São Manoel, Vila São João e Jardim Pinheiros.
III	Parque Industrial Campo Verde, Cidade Jardim, Conjunto Habitacional Caic, Parque Industrial Tancredo Neves, Conjunto Habitacional Cristo Rei, Jardim dos Gomes, Vila Hipódromo, Parque Residencial Romano Calif, Vila São Judas Tadeu, Jardim São Marco, Jardim Soraya, Jardim Vitória Régia, Jardim Zaira, Bairro Vila Toninho, a Estância e a Chácara Joquei Clube e o Distrito de Engenheiro Schmidt.	VI	Jardim Conceição, Vila Boa Esperança, Vila Falcovina, Vila Moreira, Vila Esplanada, Vila Curti, Loteamento João Gonçalves da Silva, Vila Zilda, Boa Vista, Vila Tonelo, Vila Capitão Luiz Pinto, Parque Industrial Jardim Canaã, Jardim Congonhas, Jardim Roseana, Vila Maria, Vila Aeroporto, Vila Nossa Senhora Aparecida, Jardim Alvorada, Vila Nossa Senhora da Paz, Bairro Santos Dumont, Jardim Novo Aeroporto, Jardim Herculeano, Vila Itália, Jardim Alto Rio Preto, Jardim Maria Cândida, Distrito Industrial, Gonzaga de Campos e o São José Operário.
VII	Área Central, Bairro Redentora, Vila Imperial, Vila dos Bancários, Vila Nossa Senhora de Fátima		

Apesar da municipalização do setor, os recursos tanto do governo estadual quanto federal continuam indispensáveis, afirma a secretária municipal de Saúde. Para atender as propostas do Plano Diretor (1992) o poder público tem gasto cerca de 85% dos investimentos totais na área de saúde, enquanto que apenas 15% constitui repasse do governo federal.¹³

“Como eu te falei do que nós gastamos hoje, 85% é verba do município, 15% é repasse do nível federal, quando deveria ser praticamente...a maior parte deveria estar sendo coberta...basicamente são prestações de serviço, né? Que o sistema precisaria estar cobrindo esse custo a nível de município”. (Entrevista com secretária municipal de Saúde out./94)

Outra alternativa que está sendo procurada para a melhoria do sistema de saúde está nas parcerias com setores da comunidade. Ainda a nível de planejamento existe um projeto junto à Faculdade de Medicina que prevê a implantação de consultórios e ambulatorios em alguns bairros da cidade. A idéia é *descentralizar* o atendimento, mudando o atual modelo *hospitalocêntrico*, onde tudo converge para o hospital¹⁴. Para a secretária municipal de Saúde, o nível de atendimento primário é resolutivo em 80% dos casos.

“O funcionamento desses 6 serviços que a gente vai tá implantando, garantindo que o modelo de saúde, esse modelo assistencial que funciona já há mais de 20 anos, que ele tem a estrutura do hospital que a gente chama de modelo hospitalocêntrico, ele acaba convergindo sempre prá rede hospitalar. (...) O paciente ia prá um atendimento hospitalar sem ter passado por um atendimento primário, e esse atendimento primário ele acaba sendo resolutivo em 80% dos casos. (...) garantir que o atendimento seja resolvido no bairro, na localidade onde as pessoas residem”. (Entrevista com secretária municipal de Saúde - out./94)

“(...) a assistência à saúde. Quando ela tá restrita ao atendimento básico ela é bastante satisfatória. Hoje nós fazemos 30.000 atendimentos mensais. É um número que garante o atendimento a mais de 50% da população do município”. (Entrevista com secretária municipal de Saúde - out./94)

Barbosa (1993), ao tratar da problemática sócio-ambiental e as implicações decorrentes das transformações urbano-industriais durante a década de 70, insere a questão da saúde dentro de um contexto mais amplo que é a qualidade de vida da população. Esta passa a existir a partir das reais condições da população ao acesso

¹³ Frente a isso, algumas áreas de atuação precisam ser priorizadas. Entre elas estão o fornecimento de medicamentos e o atendimento na área de saúde bucal, em virtude do alto preço do material odontológico.

¹⁴ A parceria com a Faculdade de Medicina tem ainda o objetivo de fazer com que o profissional atue fora da rede hospitalar e em bairros carentes da periferia, ajudando na própria formação dos profissionais de saúde.

de bens e serviços aos quais possuem direitos, ou seja, através do exercício da cidadania.

A integração de conceitos como saúde e ambiente permanece limitada dentro do modelo atual de desenvolvimento, pois a deterioração ambiental, as condições de saúde e o desenvolvimento são vistos separadamente. O relatório *Nossa Própria Agenda* (1990) estabelece que dentro do quadro brasileiro e latinoamericano como um todo, além de serviços de saúde adequados, é preciso a integração dos conceitos de saúde com os de ambiente, como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, se considerarmos as últimas três décadas, embora tenha havido uma redução das taxas de mortalidade por doenças infecciosas em crianças menores de 1 ano¹⁵, voltam à cena doenças que já haviam sido extintas no país, como a dengue¹⁶ e a febre amarela. Estes processos endêmicos/epidêmicos não são simples resultados de situações de pobreza, e sim consequência direta da degradação ambiental e do próprio estilo de desenvolvimento vigente no país.¹⁷

A questão da saúde no Brasil passa, sobretudo, pela solução de impasses institucionais, uma vez que atualmente, o atendimento à população está comprometido por conflitos de interesse que ultrapassam o setor. O relatório CIMA (1991) reafirma a importância da redistribuição da renda nacional e a extensão da infra-estrutura de serviços urbanos, em especial o saneamento básico, como alternativa segura para a elevação dos níveis de saúde da população e a conversão dos desequilíbrios ambientais.

¹⁵ Isto é resultado de campanhas intensivas de vacinação, da melhoria das condições sanitárias e da expansão do uso dos serviços urbanos por parte da população (CIMA, 1991)

¹⁶ Se considerarmos a pesquisa realizada nos jornais da região, o maior número de referências fica por conta do problema da dengue, seguido da questão do abastecimento de água.

¹⁷ Segundo Leal et alli (1992), a ausência de investimentos em saneamento básico e o aumento da pobreza urbana coincidem com a suspensão dos programas de prevenção e controle, aumentando assim, as taxas de incidência de endemias e doenças que antes estavam controladas, tais como tuberculose, malária, dengue, febre amarela e cólera.

Até meados de 1980, São José do Rio Preto constituía, dentro da Região Administrativa, grande centro prestador de serviços no âmbito da saúde¹⁸. Os equipamentos de saúde podiam ser considerados satisfatórios, não fosse a abrangência da área atendida, que extrapolava os limites do município.

Em 1981, para São José do Rio Preto, foram analisados dados de mortalidade e morbidade referentes à década anterior¹⁹ demonstrando-se que os níveis de saúde da população para a década de 70 eram insatisfatórios. Da mesma forma, para índices de mortalidade infantil, verificou-se que, embora tivesse havido uma sensível queda em seu coeficiente a partir de 1974, este índice estava longe de ser considerado ideal.

Nesta época, havia uma situação paradoxal no ramo da saúde em São José do Rio Preto. Enquanto a rede hospitalar, as clínicas e consultórios apresentavam elevado grau de especialização e diversificada oferta de serviços, a população de menor renda apresentava baixos níveis de saúde que poderiam ser amenizados através de uma atuação adequada no campo da educação sanitária, atividade que, até meados dos anos 80, praticamente inexistia na cidade.

Na década de 70, os óbitos por enterite e outras doenças diarreicas lideravam as causas de mortalidade infantil, mostrando dessa forma que a incidência de doenças infecciosas relacionadas às condições ambientais, tinham fundamental importância. A partir da década de 80, as gastroenterites passam para o 3º lugar como causa de óbito, sendo que em 1987 configuravam o 5º lugar.²⁰

¹⁸ A área de influência da cidade de São José do Rio Preto continua sendo de grande amplitude. A deterioração dos serviços públicos de saúde, de maneira geral para todo o país e o conjunto do Estado, impôs às parcelas da população com melhor poder aquisitivo, a busca pelos serviços particulares, especialmente convênios médicos com entidades privadas. A cidade é atualmente considerada importante centro médico, destacando-se as áreas de cardiologia (destaque para o IMC - Instituto de Moléstias Cardiovasculares, além da IMC-Biomédica que fabrica e exporta equipamentos utilizados em cirurgia cardíaca), oftalmologia, neurologia, nefrologia e oncologia.

¹⁹ *Perfil Sócio-Econômico do Município de São José do Rio Preto* (1981).

²⁰ *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991).

Persistindo essa situação de carência, ausência da medicina preventiva, educação sanitária e serviços de saneamento, a tendência dos níveis de saúde seria de agravamento progressivo. Essa tendência consolidar-se-ia ainda mais com o contínuo crescimento demográfico que vinha ocorrendo na cidade, concentrando em São José do Rio Preto fluxos migratórios originários do campo e de outras regiões menos desenvolvidas.

Para a década de 80, o saneamento básico teve papel relevante na queda do coeficiente de mortalidade infantil, e no município chegou a atingir 90,0% da população da área urbana servida por água tratada e 80,0% por rede de esgotos.²¹ Podem ser citados também, a melhoria das condições de habitação, com o programa de desfavelamento; a melhoria do atendimento médico com a regionalização dos serviços de saúde, atendendo a população dos bairros periféricos, influenciando em um melhor conhecimento da população em relação às ações de promoção à saúde, tais como: higiene, alimentação e vacinação.

"Isso a gente encontra um retorno em termos de indicadores de saúde, com relação à mortalidade infantil, da década de 70 pra década de 90 teve uma redução acentuada e foi graças a essa priorização do saneamento básico, né? A gente tinha uma mortalidade em torno de 75/1.000, hoje tá em torno de 19/1.000 no ano de 92. Em termos de qualidade ambiental, a condição de saneamento básico do município é satisfatória, existe uma priorização por parte da administração e a gente acompanha através do setor saúde essa priorização prá tá garantindo esse benefício à população". (Entrevista com secretária municipal de Saúde - out./94)

As condições de saneamento básico para o município são adequadas?

O saneamento básico é visto como uma ação preventiva e fundamental na saúde de uma população. Considerando que os países do terceiro mundo possuem um sistema de saneamento precário e/ou inexistente, a implicação imediata é o comprometimento da qualidade de vida, acentuando o estado de pobreza e elevando

²¹ Diagnóstico do Plano Diretor (1991).

o índice de mortalidade infantil. As doenças ditas da pobreza são reflexo de um ambiente insalubre²².

Para São José do Rio Preto, em termos de saneamento básico, grande parte da população é servida por rede de água e esgoto e o tratamento do lixo é feito de forma conveniente por uma empresa privada, a Construfert. Entretanto, há três problemas graves que se interligam: a má qualidade da água, os problemas de seu abastecimento e o não tratamento dos esgotos.

Em 1980, a rede de esgoto atingia 82% dos domicílios e semelhante ao sistema de abastecimento de água, deixava de atingir boa parte da periferia mais pobre. Em relação ao abastecimento de água, neste mesmo período, a cidade apresentava três problemas principais: a necessidade de se ampliar a captação do líquido, a necessidade de extensão da rede e a adequação técnica da rede de distribuição existente²³.

De acordo com os gráficos acima, para 1993, foi o ano em que menos se investiu em rede de água e esgoto, estando os números bem abaixo da média dos anos anteriores²⁴. Fora isso, em relação ao abastecimento de água, os problemas citados para a década de 80 não foram resolvidos. Segundo depoimento recente do diretor do DAE, o município está trabalhando no limite da capacidade do sistema.

²² Ver **FÓRUM** de ONG's brasileiras (1992).op.cit.

²³ Para o atendimento da demanda do distrito industrial, na época ainda sem infraestrutura, a solução comumente adotada pelos industriais foi a perfuração de poços artesianos.

²⁴ Para uma população de cerca de 300 mil habitantes, havia, para 1993, em relação ao número de ligações de água e esgoto, 70.066 e 69.547, respectivamente. Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico, 1994.

Tabela 9

Rede de Esgoto (em metros) - 1983-1992

Ano	extensão da rede no ano	extensão da rede acumulada
1980	35.461	407.913
1981	14.402	422.315
1982	41786	464101
1983	21.536	485.637
1984	46.646	532.283
1985	38.778	571.061
1986	31.326	602.387
1987	29.314	631.702
1988	17.735	649.437
1989	13.238	666.672
1990	19.882	684.647
1991	6.832	691.479
1992	17.240	708.719
1993	1.496	710.215

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico, 1993.

Rede de Esgoto
(em metros)

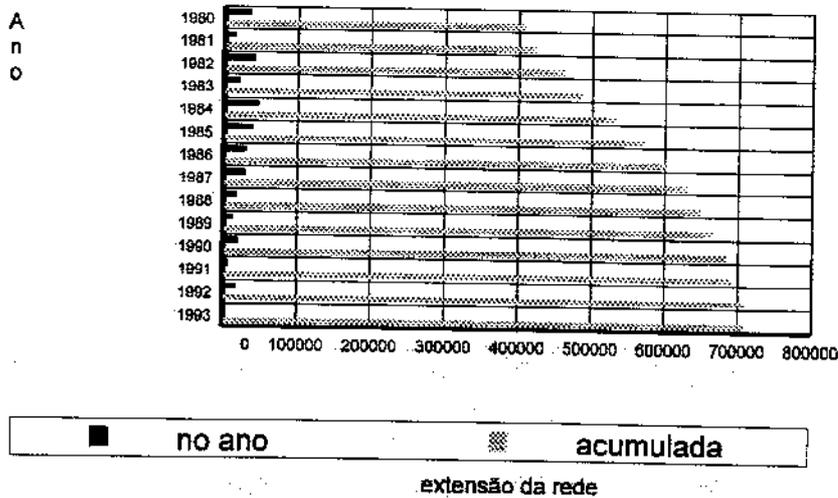
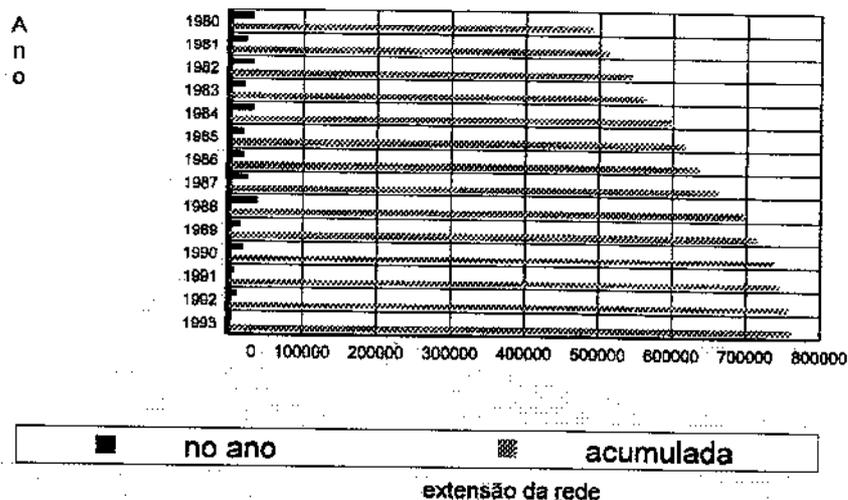


Tabela 10
Rede de Água (em metros) - 1983-1992

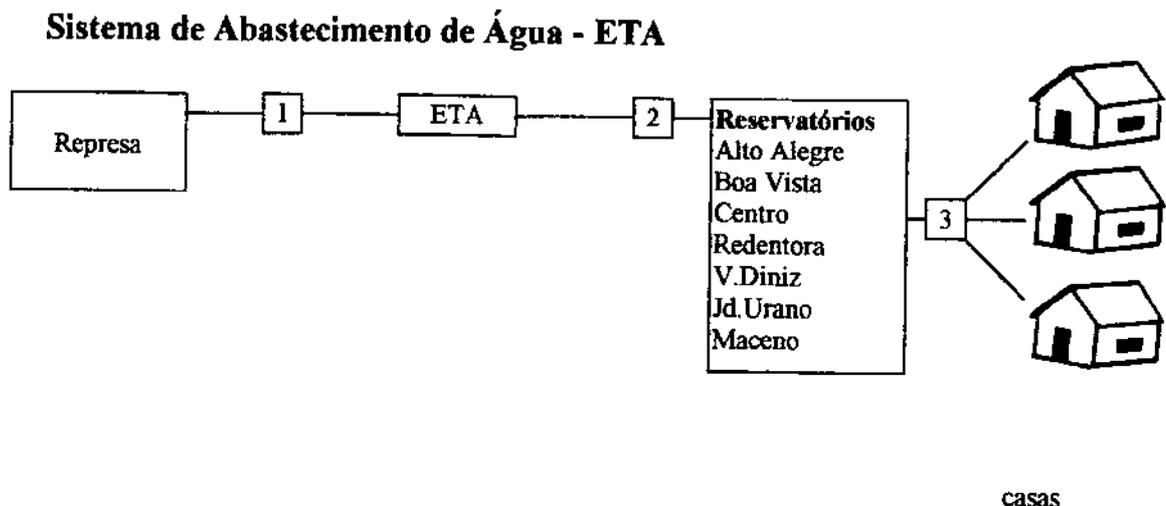
Ano	extensão da rede no ano	extensão da rede acumulada
1980	31.643	490.750
1981	22.657	513.407
1982	31.569	544.977
1983	19.848	564.825
1984	32.852	597.677
1985	19.610	617.287
1986	19.374	636.661
1987	25.220	661.882
1988	38.359	700.241
1989	15.484	715.725
1990	19.465	738.118
1991	8.231	746.349
1992	11.515	757.864
1993	4.662	762.526

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico, 1994.

Rede de Água
(em metros)



O córrego do Macaco e o rio Preto constituem os mananciais que abastecem a cidade, pois são os que justamente chegam à Represa municipal. São responsáveis por cerca de 45% do abastecimento de água do município, feito por captação superficial. Os outros 55% são feitos através de poços profundos e semi-profundos, atualmente em número de 120 poços²⁵.

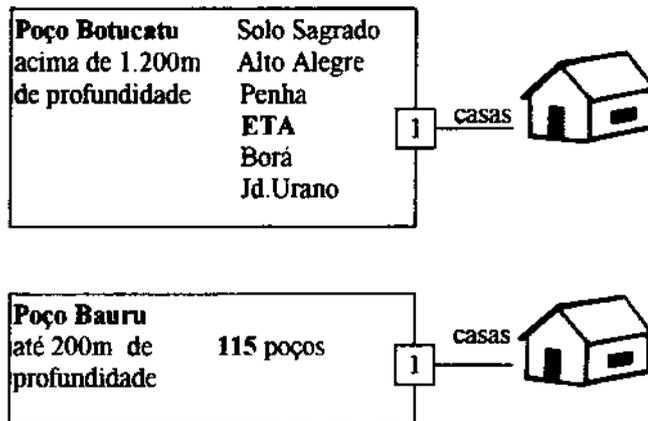


Neste sistema a água da Represa municipal é captada por três bombas (1), sendo tratada e armazenada em um reservatório central com capacidade para 6 milhões de litros. A água é levada por adutoras até sete reservatórios distribuídos pela cidade (2). Treze bombas empurram a água pelas adutoras. A água sai dos reservatório e vai para cerca de 800 mil metros de rede de abastecimento (3) que faz a ligação com as casas.

Os problemas deste tipo de abastecimento são: em épocas de chuva, os equipamentos da ETA podem ser danificados pelo transbordamento da Represa; 50% da água é desperdiçada por vazamento e quebras ocasionais de adutoras que levam água da ETA até a rede de abastecimento.

²⁵ Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico, 1994.

Sistema de Abastecimento de Água - Poços



A água é captada diretamente no subsolo através de poços e distribuída à rede de abastecimento da cidade (1), que faz a ligação com as casas. Os problemas deste sistema são: a água alcalina provoca a formação de blocos de carbonato de cálcio no interior das tubulações da rede, obstruindo o fluxo; desgaste do equipamento e encerramento da captação de água por poços Bauru (menos profundos) porque eles secam.

Lima Bueno aponta ainda um problema grave que envolve todo o sistema de abastecimento: a rede não é unificada. Desta maneira, isto impede que quando um poço quebre a população local seja socorrida pela rede da ETA²⁶.

O poder público possui uma preocupação neste sentido, mas as soluções apresentadas são a curto prazo. O Plano Diretor (1992) previa a captação de águas superficiais no rio Turvo, ao norte da cidade, na altura do km 27 da BR-153. Entretanto, a Promotoria de Meio Ambiente entrou com uma representação pública

²⁶ A Câmara municipal de São José do Rio Preto aprovou recentemente (mar./1995) a criação de uma Comissão Especial de Vereadores, presidida pelo vereador Lima Bueno para estudar o problema da falta de água na cidade.

contra o município, visando impedir a obra porque a concorrência pública, já realizada, não apresentava a feitura do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental)²⁷.

“Existem projetos prá ir buscar [água] no Barra Grande, no rio Turvo, mas são coisa assim...se investir aqui tem solução; não precisa gastar milhões de dólares prá captar água no rio Turvo”. (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

Em pesquisa realizada pelo Datafolha em 1º de agosto de 1993, a administração do prefeito Manoel Antunes é considerada ótima/boa para 37% do eleitorado de São José do Rio Preto. Para 33% dos entrevistados, Antunes faz um governo regular e 24% consideram sua gestão ruim ou péssima. Manoel Antunes é considerado o segundo melhor prefeito entre nove cidades pesquisadas pelo Datafolha, perdendo para o prefeito de Diadema que tem 42% de aprovação dos eleitores.

Entre os principais problemas da cidade, 20% dos entrevistados apontam o *saneamento básico*. Em segundo lugar, com 14%, está a conservação de vias públicas. Outros 12% reclamam da moradia e 9% criticam o setor saúde.

Pesquisa anterior realizada em 10 de junho de 1992, já apontava que o saneamento básico era o principal problema de São José do Rio Preto. O prefeito acredita que isso se deve ao fato de estar ocorrendo problemas no abastecimento de água, o que pretende resolver com a construção de mais poços.

Apesar da rede hídrica ser grande, o município tem problema de captação de água, concorrendo para isso a perfuração indiscriminada de poços, tanto por parte de particulares quanto da própria prefeitura. No período de estiagem que vai de junho a outubro, o município de São José do Rio Preto enfrenta graves problemas quanto ao abastecimento de água, sofrendo períodos difíceis de racionamento.

²⁷ O fato causou repercussão na cidade e a construtora acabou fazendo o RIMA. Mesmo assim, o projeto não teve continuidade porque não houve financiamento dos órgãos federais. Atualmente existe uma proposta de captação de água no ribeirão Barra Grande, localizado na divisa de Rio Preto com Mirassolândia.

"Rio Preto, sem dúvida é o problema da água. Nós temos um problema sério de abastecimento de água tanto é que as autoridades tão envolvidas, tão preocupadas em buscar água, seja no rio Turvo, seja no rio Grande, a 30, 40, 60 Km do município, ou então perfurar novos poços, sobrecarregando os lençóis subterrâneos (...). Naturalmente sente-se uma preocupação em resolver esse problema, mas são soluções a curto prazo". (Entrevista com presidente do CONDEMA - out./94)

Em relação às entrevistas realizadas, *quase* todos os atores envolvidos são unânimes em afirmar que o principal problema ambiental em São José do Rio Preto são seus recursos hídricos. E isto pelas três razões já apresentadas: a crise no abastecimento, a má qualidade da água e o não tratamento dos esgotos.

"Eu acho que grave em Rio Preto não tem problema ambiental. Existe uma proposta para direcionamento da questão do lixo. A gente tem uma proposta de saneamento básico clara, explícita e sendo colocada em prática. (...) a gente percebe várias propostas caminhando e a gente não caracteriza nenhum problema grave ambiental. Eu acho que nas políticas dos diversos setores, a gente tá contemplando uma coisa que vai proporcionar uma condição ambiental adequada". (Entrevista com secretária municipal de Saúde out./94)

"(...) às vezes tem problema de falta d'água, não de falta d'água, da quantidade de água não ser suficiente; mas de outro lado nós temos um desperdício estimado aí de... entre 40% do total de água produzida". (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Para Torres (1992), quando o espaço urbano é ocupado de forma desordenada, sem os requisitos mínimos de infraestrutura, o fornecimento de redes de água e esgoto não acompanha o ritmo de crescimento das cidades. E quando se constrói redes e emissários de esgoto, parece que não é importante tratá-los.

"Quando não se investe em coisas assim, primárias, né? Prá mim, a questão do tratamento de esgoto é primária. Como é que você não vai tratar esgoto? Como é que cê vai jogar no rio?". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

Existem várias formas de se quebrar o equilíbrio ecológico de um rio, tais como o lançamento de compostos industriais quase nunca biodegradáveis, excesso de efluentes e de esgotos domésticos. Um rio limpo está em equilíbrio em relação ao seu meio. É preciso obedecer ao limite imposto pela sua vazão e profundidade.

"Bom, aqui qualidade de vida em termos de rios, eu acho que poluindo ou não poluindo não vai alterar coisíssima nenhuma mais. Se você vê o rio Preto, a partir da Represa, tanto o córrego Canela quanto o Borá e o Piedade, são rios mortos. Mesmo que você tire toda a poluição industrial você não tira o esgoto. Mesmo porque as Prefeituras não têm dinheiro suficiente prá poder fazer um tratamento tão rápido de esgoto nas margens do rio Preto". (Entrevista com ex-gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto e atual diretor do Depto. de Trânsito - out./94)

Os recursos hídricos brasileiros, principalmente próximos a concentrações urbanas, vêm sofrendo um processo de degradação acelerada devido a várias formas de agressão, tais como despejos industriais e disposição inadequada de resíduos sólidos. A situação é agravada com o lançamento indevido de esgotos sanitários, o que representa a maior fonte de poluição dos rios, lagos, lagoas e mares, cuja responsabilidade direta é do poder público.

"O grande problema ambiental hoje, que eu acho assim grave a nível de região, e incluso o Brasil, é a questão do saneamento básico, a questão do esgoto doméstico. Eu acho que é o maior problema que o Brasil enfrenta hoje, e vai ser o problema não resolvido e o caos da década seguinte. Ou seja, recursos hídricos escassos para ser extintos, porque a gente tá acabando com nossos recursos hídricos". (Entrevista com gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto - ago./94)

"Felizmente a questão da poluição na comarca de Rio Preto não é muito intensa. (...) Na verdade, os grandes poluidores na comarca são os órgãos públicos, principalmente a própria Prefeitura que lança o esgoto *in natura* no rio Preto, e também existem muitos derramamentos de esgotos na Represa de água do município que abastece, de onde é tirada água que abastece a cidade. (Entrevista com Promotor de Meio Ambiente - ago./94)

A Promotoria Pública, além de citar o problema das destilarias que comprometem os recursos hídricos da região, tem denunciado a questão dos derramamentos de esgotos na Represa municipal que abastece de água a cidade²⁸. Sem contar que toda a área ao redor da mesma já se encontra completamente urbanizada.

"Em volta desta Represa já está tudo urbanizado. E existe uma série de hairros que estão na cabeceira dessas águas. Existem alguns emissários de esgoto que apresentam inúmeros vazamentos. (...) esses esgotos, as estações não funcionam há algum tempo e esses esgotos correm diretamente para a Represa (...). A própria Prefeitura tem conhecimento disso, fizemos o ano passado um grande encontro a respeito do problema da água de Rio Preto e isso foi mencionado, portanto não é novo o problema". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

A Política Estadual de Recursos Hídricos, implantada no Estado de São Paulo como exigência da Constituição Estadual de 1988, possui o objetivo de assegurar que a água, recurso natural indispensável, possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras,

²⁸ Segundo o diretor da Construfert, os poços também estariam sofrendo algum tipo de contaminação porque o lençol freático está contaminado. Isto teria ocorrido porque no passado, os dejetos geralmente eram dispostos em fossas negras, e muitas delas, com o passar dos anos, atingiram os lençóis freáticos através de infiltrações. Hoje, em qualquer lugar que se abra uma cisterna ou um poço comum, essa água deverá ter a presença de coliformes fecais.

em todo o Estado de São Paulo. Esta política já traz como uma de suas diretrizes, o tratamento de esgotos urbanos.

O Plano Diretor de São José do Rio Preto (1992), dentro de suas diretrizes básicas, prevê a criação de meios adequados de controle e preservação dos cursos d'água. Neste sentido, devem ser adotadas medidas de implantação e instalação de tecnologias de tratamento de efluentes, que permitam a recuperação, a médio e longo prazo, dos rios hoje poluídos. Entretanto, nada foi feito no sentido de tornar real qualquer proposta apresentada²⁹.

O rio Preto, logo abaixo da Represa, recebe todo o esgoto *in natura* do município; à jusante da Represa Municipal é um rio completamente morto porque a carga de poluição nele lançada é muito grande. À montante da Represa ele não é tão poluído, mas assim mesmo recebe derramamentos de esgotos de seus afluentes, contribuindo para prejudicar o abastecimento de água da cidade.

"O problema de poluição ambiental mais sério que nós temos é a poluição do rio Preto. E todo esgoto da cidade é jogado no rio Preto sem tratamento. (...) E a principal consequência dessa poluição da Represa é que a água servida à população de Rio Preto é uma água de má qualidade". (Entrevista com Promotor de Meio Ambiente - ago./94)

Além de comprometer o abastecimento, a poluição dos recursos hídricos do município afeta também a qualidade da água servida à população, que em São José do Rio Preto é de péssima qualidade, ocupando o lugar de segunda pior água consumida no Estado de São Paulo.

"(...) na classificação do Estado todo, Rio Preto parece que é a penúltima cidade em qualidade de água; uma água que tem uma péssima qualidade porque o tratamento que é feito não é suficiente para eliminar a poluição que existe na água". (Entrevista com Promotor de Meio Ambiente - ago./94)

"A água de rio preto é a segunda pior água do Estado, foi provado pela CETESB, esse aí é o principal problema (...). O problema do rio Preto, né? Que é outro problema, mas tá ligado, é uma poluição tremenda jogada no rio Preto, o rio Preto é morto (...). (Entrevista com ex-membro do Grupo Ambientalista Viva Vida IBILCE - ago./94)

⁶ A CETESB possui uma área que fornece assistência aos municípios em relação ao problema do tratamento de esgotos, procurando entrar em contato com as prefeituras e fornecer o projeto de tratamento, de emissários de esgoto e de rede de esgoto. Segundo o gerente da regional da CETESB de São José do Rio Preto, poderia ser uma área muito melhor equipada e efetiva se houvesse reciprocidade das prefeituras.

“A qualidade da água em Rio Preto não é boa. Assim, dentro dos padrões é aceitável. Ela tem a dosagem de cloro necessária, mas também sabe que ela tem metais pesados e que, assim, isso não é dito, não é discutido”. (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

Há, porém, outras opiniões a respeito da qualidade da água consumida em São José do Rio Preto, como a do secretário de Planejamento. A CETESB, por sua vez, realiza um monitoramento quinzenal e afirma que um dos fatores de contaminação da água está na própria rede de abastecimento, que é antiga.

“Bom, a gente tá conversando...eu não falei sobre qualidade. Eu falei na questão do atendimento com água tratada. Eu acho que a água de Rio Preto, ela tá em níveis aceitáveis, mas ela tem que melhorar muito a qualidade dela, né?”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB ago./94)

“O problema de contaminação não tá na ETA e sim na distribuição. A rede é antiga, a rede tem problemas, tem vazamentos, tem, por exemplo, tem problemas no fornecimento. (...) São problemas operacionais que podem levar a uma má qualidade da água. Mas hoje eu considero que melhorou muito. De três anos para cá, a água tem melhorado a qualidade em Rio Preto. (...) poderia ser melhor se houvesse uma estrutura melhor no departamento de água e esgoto. (Entrevista com gerente da regional da CETESB ago./94)

“Com relação à água, igual cê falou aí, o esgoto envolve, envolve...a água envolve risco, né? Que é o risco, por exemplo, de você...de ter uma...um acidente qualquer, por exemplo. E aí você tem que ter um controle, mas a água servida é de boa qualidade, é tranquilo”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Ocorre também um problema relativo ao córrego do Macaco, que deságua na Represa municipal. Há dificuldades em se disciplinar a ocupação da área próxima a ele, onde já existem diversas instalações comerciais e residenciais. Além disso, a Promotoria de Meio Ambiente tem recebido denúncias de que estaria ocorrendo despejo de lixo e material de entulho junto às margens do córrego. De acordo com ela, a prefeitura tem se omitido quanto a isso, alegando não ter recursos para realizar uma fiscalização.

“(...) esse córrego recebe esgotos, esse córrego não tem nenhuma proteção das autoridades públicas. Eu tenho um Executivo que ainda não tomou a consciência de que eu tenho que preservar esse córrego, não é porque é bonito preservar a natureza, é porque você tá bebendo daquela água”. (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

Através desta pequena análise sobre alguns aspectos do saneamento básico em São José do Rio Preto, podemos dizer que a sociedade moderna está desenvolvida, mas não sabe lidar com efluentes líquidos domésticos (esgoto) e

resíduos sólidos domésticos (lixo) e industriais, que poluem solo e água. Neste sentido, são os esgotos domésticos os principais agentes poluidores dos recursos hídricos.

“Não é o desmatamento, não é a matança de animais em termos de ecologia, de fauna, mas eu acho que é o tratamento correto dos resíduos. Porque o desmatamento a gente consegue replantar e refazer a área; a matança de animais, no caso de proteção à fauna, há leis que podem coibir e penalizar severamente. Ao passo que gerenciamento dos resíduos, domésticos, industriais, resíduos perigosos, então isso é que tem que ser conscientizado”. (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94)

Em relação à questão do tratamento de lixo urbano, as soluções empregadas diferem, principalmente, em função dos hábitos das populações, da localização das comunidades e da densidade populacional. As soluções empregadas para o interior diferem das da capital, pois no interior, onde as áreas agrícolas são vizinhas às cidades, o emprego de processos de compostagem apresenta vantagens sobre os demais.

De acordo com o diretor da CETESB, a questão do lixo, que antes era um problema em São José do Rio Preto, hoje se encontra solucionada pela presença da Construfert. A empresa é responsável por uma usina de reciclagem e compostagem, pela coleta domiciliar, a coleta diferenciada do lixo hospitalar e ambulatorial, a varrição de vias públicas, a limpeza de feiras livres e a operação do aterro sanitário.

“(...) a gente tem um padrão de primeiro mundo em Rio Preto. Que que tá se fazendo? Tá se reciclando, tá se produzindo adubo. Hoje aqui, tá sendo, aqui no aterro controlado por drenagem, tratamento dos percolados, e tá se recuperando aquela área que foi degradada”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB - ago./94)

Anteriormente, este tipo de serviço era feito pela prefeitura. O problema mais grave do setor, além de pessoal e veículos para coleta em número insuficiente, estava no destino diário de aproximadamente 80 toneladas de resíduos coletados. O lixo hospitalar, por sua vez, não recebia o destino adequado, aguardando negociações com o SUS - SP.

A proposta do aterro sanitário, colocada pela CETESB, neste período, ainda não havia sido efetivada. A solução para os resíduos acabava sendo a disposição destes em fendas no solo, nos locais onde a prefeitura servia-se de terra para os seus aterros. Estes se localizavam em área do Distrito Industrial, no Km 52 da BR-153, onde hoje se localiza a Construfert.

A empresa investiu no tratamento do lixo de forma industrial porque o concebe como tal. Ela recebe o lixo como matéria-prima e, ao beneficiar este lixo, extrai as sucatas que se transformarão em novos produtos¹. Já a matéria orgânica presente no lixo ela transforma em um composto orgânico que volta à agricultura, à jardinagem e à hortigranjas. Segundo seu diretor comercial, trata-se de um produto cuja finalidade é recondicionar os solos desgastados.

"(...) esse tratamento, que é a razão fundamental de qualquer processo de beneficiamento de lixo que se faça. Porque não adianta você extrair apenas a sucata e produzir um composto orgânico, porque você está extraíndo alguma coisa que tem algum comércio, mas e o resíduo de seu processo industrial? O que se faz com ele? É necessário que seja tratado". (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94)

Todo este trabalho envolve, por parte da empresa, um investimento bastante alto. Ela gera cerca de 400 empregos diretos e atende cerca de 100% do município, abrangendo a área urbana e os distritos de Ipiguá, Talhado e Engenheiro Schmidt. A média de lixo coletado fica em torno de 200 a 225 toneladas de lixo por dia². O lixo hospitalar é coletado de forma totalmente seletiva, com caminhão apropriado, sem contato manual³.

O volume de rejeitos varia de 28 a 35% do volume do lixo coletado. Tratam-se de rejeitos inertes, pois não possuem mais a matéria orgânica que já foi extraída.

¹ Todo o lixo tem sua separação feita por processo manual. Este material, uma vez separado, é destinado às indústrias de recuperação. O vidro, por não ter um bom preço no mercado, segundo o diretor comercial da Construfert, é doado a instituições de caridade; os plásticos estão sendo recuperados pela própria empresa que os transforma em tubos de polietileno e sacos para lixo. Quanto ao papelão, a empresa possui alguns estudos para seu reaproveitamento, pois também é um produto de difícil recolocação no mercado.

² Varia de acordo com o tempo, mais seco ou mais úmido e chuvoso, quando o lixo pesa mais. Varia também conforme os dias da semana, atingindo picos altos às segundas feiras e caindo mais no meio da semana.

³ Na coleta hospitalar estão incluídos os resíduos da cadeia pública do município, mas não se trata do IPA (Instituto Penal Agrícola) que possui destinação própria para seus resíduos.

Segundo o diretor comercial da empresa, em termos de aterro sanitário, tais rejeitos não significariam muito problema, mas admite que, embora o aterro tenha sido construído de forma tecnicamente correta, com sistemas de drenagem e compactação da base do terreno, isto não impede que o chorume possa percolar em função da incidência de chuvas sobre a área. Isso pode ocorrer em algum tipo de material orgânico ainda presente nestes resíduos inertes.

Todos os efluentes líquidos resultantes do processo industrial do beneficiamento do lixo são tratados, quer seja a água utilizada na lavagem dos caminhões coletores e equipamentos industriais, quer seja o próprio esgotamento sanitário da empresa. As águas e o chorume são conduzidos a um processo de tratamento através de lagoas de estabilização, considerado pela empresa, como a peça fundamental no tratamento dos resíduos.

"Quando as Prefeituras coletam o lixo e simplesmente dispõem em lixões, ou mesmo que façam aterro sanitário, quando o aterro é bem feito eles fazem alguns poços de captação do chorume, mas não tratam desse chorume. É um exemplo o aterro de Sorocaba que é muito bem feito. Você chega lá, é bonito, é um verdadeiro campo de futebol, limpinho. Só que existem poços de concentração do chorume que ficam ali, borbulhando de gás metano saindo sem parar, e aquele líquido é um volume muito grande. Mas não é tratado. Então, se houver um vazamento, aquilo vai *in natura* para o corpo d'água (...)" (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94)

A fiscalização do trabalho da empresa e o acompanhamento periódico do tratamento dos efluentes é feito pela CETESB e pelo IBILCE⁴. O tratamento dos efluentes líquidos é feito mediante a aplicação de alguns produtos químicos para permitir a precipitação dos particulados orgânicos presentes nos efluentes, além de possibilitar o desenvolvimento da flora bacteriana - bactérias anaeróbias em lagoas anaeróbias; bactérias facultativas em lagoas facultativas e bactérias aeróbias. Também existe uma colônia de algas instalada nas lagoas facultativa e de polimento⁵.

⁴ Segundo o diretor comercial da empresa, o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) já realizou várias visitas à empresa, em épocas diferentes, numa forma de reconhecimento ao trabalho que vem sendo feito.

⁵ Sobre lagoas de estabilização ver **GHERARDI-GOLDSTEIN**, et alii. (1993). "Dispersão de efluentes e os padrões ambientais". In: *Ambiente, Revista CETESB de Tecnologia*, São Paulo, vol.7 (1), Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

“(...) o IPT está elaborando uma cartilha de gerenciamento integrado de lixo e entre todas as visitas que esta equipe fez, elegeu o modelo de Rio Preto como sendo o modelo número um de tratamento integrado feito pela iniciativa privada, quer dizer, um gerenciamento terceirizado. Elegeu o tratamento através de uma usina de Adamantina que é administrada, muito bem administrada pela Prefeitura. É o único caso que se tem conhecimento que a Prefeitura administra corretamente uma usina de compostagem, porque a maioria das que existem não está funcionando. (...) Mas o que nos gratificou muito foi nós termos sido eleitos como padrão, como modelo para os próprios técnicos do governo, os próprios técnicos do IPT que vêm, então, acompanhando esse trabalho nosso já de perto (...)”. (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94)

O problema da limpeza urbana e do destino final do lixo em São José do Rio Preto parece estar solucionado. Entretanto, vamos nos permitir dois questionamentos. Primeiro, *qual o critério de sustentabilidade deste ator, o mercado?*

“A opção neoliberal, de abertura da economia e aumento da produtividade, aconselhou reservar ao mercado o papel que antes havia assumido o Estado”. (LEAL et alli, 1992: 9)

Para Viola & Leis (1992), a dinâmica da ordem mundial na década de 80 foi marcada por duas tendências estruturais. Enquanto uma enfatizava o aumento dos problemas ambientais globais, a outra afirmava o enfraquecimento dos Estados nacionais por parte do mercado mundial, onde as ideologias e forças políticas estatistas perdiam força diante das liberais.

“O mercado triunfou sobre o Estado no debate histórico sobre a alocação eficiente de recursos produtivos, embora precise da complementação do Estado e das organizações da sociedade civil para que possa levar em conta valores de justiça social e proteção ambiental”. (VIOLA, 1992: 74)

Rattner (1992) defende que o mercado não deve ser visto apenas como uma instituição meramente econômica quanto à alocação mais racional de recursos, por definição sempre escassos, mas também como uma instituição política e cultural. Deve-se combinar a orientação da administração pública (Estado) com espaços crescentes para a livre iniciativa, a criatividade e a autonomia dos cidadãos, conscientes e organizados coletivamente.

Visto desta maneira, o enfoque do mercado parece priorizar a eficiência alocativa em detrimento da equidade social. Para Carvalho (1992), o mercado é a instância reguladora do campo social, e como a dimensão da ética não concerne ao

mercado, não há registro para questões como liberdade, alteridade, diversidade, solidariedade e autonomia. Assim, pensar o crescimento econômico através da *contabilidade* ambiental e dos mecanismos de mercado reforça a idéia de sustentabilidade vinculada à lógica predatória e utilitária do *custo-benefício*.

A segunda questão está vinculada a uma estratégia de educação ambiental. Se a população fosse *educada* no sentido de realizar a coleta seletiva de lixo, a partir de sua própria casa, a Construfert não precisaria ter o trabalho de separá-lo. Em relação ao papel, por exemplo, o contato com o material orgânico e as chuvas acaba por inutilizar seu reaproveitamento.

Como se educa ambientalmente em São José do Rio Preto?

Ocorre também aqui, uma tendência que parece abranger todos os atores sociais envolvidos na dinâmica do processo de desenvolvimento do município em relação à questão ambiental. *As ações ligadas à qualquer ordem de preocupação com o meio ambiente, na área de educação ambiental mais especificamente, estão dissociadas.*

A educação ambiental começa a repensar as relações entre homens e mulheres e destes com a natureza. Falar hoje em educação ambiental implica considerar uma abordagem transdisciplinar do processo educativo, visando ligar a aprendizagem à realidade concreta de cada um. Entretanto no Brasil, a realidade educacional constitui uma questão problemática.⁶

A Construfert procura realizar um trabalho de educação ambiental com crianças, onde durante três dias por semana, a empresa recebe escolas da cidade e da região que vão conhecer de perto o tratamento do lixo.

“(...) tentar mudar o hábito do adulto em fazer uma reciclagem doméstica do lixo, separar o lixo seco do lixo orgânico ou lixo úmido, lixo molhado, isso é praticamente impossível. O adulto não muda de hábito com facilidade. Só se for incentivado, remunerado ou levar alguma vantagem”. (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94)

⁶ Ver FÓRUM de ONG's brasileiras (1992). op.cit.

A própria socióloga da CETESB procura coordenar dois projetos que, ou não são do conhecimento da prefeitura, ou são conhecidos mas considerados irrelevantes. Um deles é o *Projeto Criança*, que acontece também em São Paulo. O outro é o *Projeto Colibri*, idealizado por ela e com o apoio da Indústria Cargill, de Uchoa, município a 30 Km de Rio Preto.

"São estes dois projetos que eu tenho trabalhado. É muito difícil você promover educação ambiental, você não tem espaço, mesmo no ensino público. Você tem que dar formação aos professores, mas você nunca tem espaço prá tá fazendo, dando esses cursos, né? Ou promovendo algum tipo de encontro. A gente conseguiu fazer alguns, há dois anos. (...) Falta verba, mas sobretudo disponibilidade, e eu acho que interesse, né? As pessoas não encararam a questão do meio ambiente como uma coisa vital, uma parte integrante da vida". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

O *Projeto Criança*⁷ procura trabalhar com a realidade cotidiana da criança, e a partir dessa realidade tenta fazer um estudo do meio. Isso pode ser feito em uma mata ou dentro do espaço urbano. O projeto trabalha com os contrastes entre o urbano e o verde da mata, procurando mostrar que a criança, a cidade e o verde são um todo. Num primeiro momento, utiliza atividades corporais que tentam sensibilizar as crianças. Em seguida, numa outra etapa, realiza oficinas com a confecção de livros. Há também experiências através da dramatização.

"Como é que é a qualidade de água da tua casa, né? Cê já dosou, já fez o teste prá ver se tem cloro, as pessoas...a criança não sabe, né? Ela não sabe como é que chega a água na casa dela, da onde que vem essa água, prá onde que vai o cocô dela. Ela não sabe disso, né? Então, assim é muito difícil você trabalhar com questões tão primárias e que não tá incutido nas pessoas assim". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

Dentro dos projetos apresentados, discute-se muito a questão da cidadania em conjunto com a ecologia. A socióloga da CETESB também acredita que *não se muda nada enquanto as pessoas não exercerem seu direito de cidadão*. Falta conscientização por parte das pessoas. E quando isso ocorre, ela é dissociada de seu cotidiano. Por exemplo, no primeiro grau das escolas, as crianças estabelecem com o meio ambiente uma relação muito pobre, fora de sua realidade. Ela ouve falar do

⁷ A estrutura do Projeto Criança em São Paulo é muito mais ampla. Foi a Gessy Lever quem começou a bancar o projeto, onde uma equipe do mesmo vai até a empresa e promove essas oficinas com funcionários e filhos destes. A empresa fornece filmadoras, xerox, material pedagógico, máquina fotográfica, entre outros materiais.

mico-leão dourado que está em extinção, da Amazônia, mas nunca de seu cotidiano, do meio ambiente em que ela vive e de sua qualidade de vida.

O *Projeto Colibri*, de iniciativa mais recente, é realizado em parceria da CETESB com a Cargill e o Departamento de Educação da UNESP⁸. O projeto começou quando uma editora da cidade procurou a CETESB com a proposta de trabalhar a questão ambiental através de livros. A CETESB, por sua vez, procurou a UNESP e a Cargill. A escolha desta empresa não foi aleatória. Ela tem o melhor sistema de controle da poluição, dentro das indústrias da região. A Cargill possui também um projeto que se chama *Semear*. Trata-se de um projeto de educação ambiental que acontece em uma escola do município de Uchoa.

A primeira etapa do *Projeto Colibri* abrange a confecção de *cartilhas* que são levadas às escolas. Cada cartilha trata de um tema: lixo, preservação de áreas verdes; tudo voltado ao cotidiano das crianças. O primeiro tema que está sendo desenvolvido é sobre o problema do lixo. Num segundo momento, pretende-se tratar o tema da água em Rio Preto.

Pode-se observar que iniciativas importantes na área de educação ambiental estão sendo coordenadas pela regional da CETESB no município. Alguns organismos começam a fazer parte desse trabalho, como a indústria (no caso da Cargill) e o ensino superior (no caso da UNESP). É evidente que uma participação do poder público municipal, em nome de sua Secretaria de Educação, seria mais do que fundamental, até mesmo para ultrapassar os limites dos órgãos municipais na concepção de trabalho integrado, proposta pela Secretaria de Planejamento.

“(...) é aquela pessoa que trabalha na ponta da indústria, ou seja, é o cara que cuida do sistema de tratamento, é o cara que trabalha com o caminhão que vai jogar o resíduo fora. Então, esse daí realmente, ele tem que ter uma conscientização porque o grande cê vai, conversa, explica com o dono, mas o peão mesmo, ele tem que saber o que é que tá fazendo, (...) o que é meio ambiente. Esse pessoal não sabe, não tem nem idéia do que que é”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB - ago./94).

⁸ No início, a Secretaria Municipal de Educação teria participado, mas agora não colabora mais.

Recentemente a temática ambiental começou a ser contemplada pela Secretaria Municipal de Educação. O trabalho realizado em relação ao meio ambiente tem abrangido a construção e manutenção de hortas escolares junto às crianças; a ênfase por parte dos professores na questão da preservação de recursos, também junto às crianças desde a pré-escola; plantio e conservação de árvores pelos alunos e noções sobre a poluição dos rios. Estes aspectos demonstram que a temática ambiental não está especificamente presente nos currículos escolares, demonstrando apenas um tratamento mais atual no ensino de ciências.

"(...) [a temática ambiental] é um tema muito debatido hoje; está presente inclusive aqui dentro da Secretaria. Nós fazemos um trabalho ambiental na Secretaria em termos de escola. (...) Assim, um currículo não muito explícito, mas que nós trabalhamos no dia-a-dia. Agora, a tendência é incluir". (Entrevista com secretária municipal de Educação - out./94)

"(...) eu acho que o problema é falta de conscientização da população. Eu acredito que daqui há uns anos com o trabalho que já se faz e que já está se fazendo, está se pretendendo fazer dentro das escolas, porque eu acho que as escolas que é o ponto básico, é de onde nós temos que começar (...)". (Entrevista com secretária municipal de Educação out./94)

No período de 05 a 12 de junho de 1994, no prédio da Swift em São José do Rio Preto, foi realizada a segunda semana do meio ambiente. O tema era *Ecologia: plante essa idéia*. O objetivo do evento era sensibilizar e desenvolver programas e projetos ligados ao tema: *Ecologia e Educação Ambiental*, a partir das necessidades e do potencial de São José do Rio Preto e região.

Formou-se uma Comissão Institucional em prol do Meio Ambiente, responsável pela implementação do evento. A Comissão englobou órgãos a nível estadual, municipal; grupos ambientalistas e diversos outros setores da sociedade civil, tais como rádios, o SESC (Serviço Social do Comércio), estúdios e editoras. A participação da Secretaria Municipal de Educação se deu com trabalhos realizados nas escolas e uma exposição sobre meio ambiente dentro das dependências do evento.

Não querendo revelar-se como uma participação apenas formal, os órgãos do poder público, na opinião da socióloga da CETESB e coordenadora do evento, teriam contribuído pouco para a realização do mesmo.

"A semana do meio ambiente que aconteceu esse ano eu fiz praticamente sozinha. Eu tive...eu compus com todos os órgãos. Eram mais de trinta entidades e instituições participantes. A gente tinha uma proposta que é de tá lançando alguns projetos, prá que assim a Semana só fosse um acontecimento que saísse desses projetos. Eu não acredito que só comemorar a Semana do Meio Ambiente possa reverter alguma coisa. (...) Na Semana do Meio Ambiente a gente teve uma participação dos alunos, mas nós não conseguimos aplicar o projeto por falta de infraestrutura, que a Prefeitura não nos deu nada (...)". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

"Não tem nenhum outro órgão aqui na região que se proponha a isso, que venha buscar, assim, compor com outras pessoas porque eu sou sozinha e prá tá atuando é muito difícil. A UNESP tá começando a se propor, mas também é uma coisa assim, uma pessoa prá tá a fim de tá fazendo esse trabalho". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

Segundo a socióloga da CETESB, é muito difícil promover educação ambiental, mesmo no ensino público, pois o problema começa na formação dos professores. Para programas de reciclagem e aperfeiçoamento profissional, além da falta de verbas, há também a ausência de interesse.

"As pessoas ainda não encararam a questão do meio ambiente como uma coisa vital, uma parte integrante da vida, da própria vida. Parece que é muito dissociada essa idéia de meio ambiente e ser humano; parece que cê tá falando de coisas opostas". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

Outras propostas de educação ambiental foram discutidas pelo DPRN e pela Polícia Florestal. Ambos procuram dar conta do universo do trabalhador rural que desconhece e/ou não entende a legislação ambiental. O DPRN em suas ações, procura mais orientar do que multar, porque a maioria dos proprietários agrícolas desconhece a legislação ambiental. Segundo o engenheiro florestal do DPRN, apesar do departamento possuir um núcleo que trabalha a educação ambiental, as informações geralmente não chegam até o produtor rural pois não dão conta da linguagem deles. Teria que haver um trabalho regional, na linguagem própria do agricultor. A proposta é de um trabalho diário de informação em programas de rádio.

A Polícia Florestal também emitiu a mesma proposta, pois muitas vezes o pequeno produtor rural desconhece a legislação ambiental e acaba infringindo a lei

sem saber. As informações não dão conta da linguagem própria e regionalizada de cada agricultor.

"Falando em educação ambiental, eu acharia interessante que o governo incentivasse um programa de rádio, pelo menos meia hora, porque o rádio a pessoa ouve, uma FM, uma AM, então, divulgando os problemas ambientais, inclusive também divulgando a lei, porque muitas vezes a pessoa não...a lei é editada, é colocada num edital, ela é feita, promulgada, colocada num edital e ninguém passa a ter conhecimento porque não há interesse. Então seria interessante um trabalho de rádio; até de televisão, no caso eu acho interessante". (Entrevista com Tenente Comandante da Polícia Florestal ago./94)

Eu acho que a população em si ela não tem interesse, porque a forma...nós realizamos um trabalho também de divulgação, ou seja, através de palestras nas escolas, com as crianças, na Câmara Municipal...a gente trabalha com esse tipo de trabalho também". (Entrevista com Tenente Comandante da Polícia Florestal - ago./94)

O relatório CIMA (1991) coloca que a educação ambiental consta na Constituição como tarefa do poder público, juntamente com a promoção da conscientização social para a defesa do meio ambiente. A efetividade de tais dispositivos esbarra, porém, nos problemas estruturais e na carência da educação formal no país.

"(...) Então, assim, não tem uma política mesmo, a nível de município, e não tem uma vontade, né? Falta vontade política, falta consciência. Os nossos projetos que assim, acho que na área de educação ambiental tá sendo muito discutido é a questão da cidadania em conjunto com a ecologia. A gente não vai conseguir mudar nada enquanto que as pessoas não caírem em si e serem cidadãos". (...) Assim, acho que a gente tem que tá fazendo alguma coisa urgente prá tá disseminando uma cultura, uma nova postura. Que eu acho que é uma questão cultural; a não preservação do meio ambiente acho que é cultural. (...) infelizmente eu acho que a gente tem uma realidade super dura. Rio Preto tem uma consciência muito pequena a nível de atuação nessa área (...)" (Entrevista com socióloga da regional de CETESB - ago./94)

Política ambiental em São José do Rio Preto

Dentro do período compreendido pela pesquisa, dois fatores importantes merecem ser destacados. Um deles diz respeito ao poder político, dentro do período em que esta se situou. Até 1984, a prefeitura esteve em mãos do PDS, representado por Adail Vetorazzo e, a partir de então, passa para o PMDB, na figura do Prof. Manoel Antunes. Na eleição seguinte, seu vice, Antônio Figueiredo de Oliveira, assume a Prefeitura, em eleições diretas, dando, de certa forma, continuidade ao trabalho anterior.

Nas últimas eleições para prefeito, o Prof. Manoel Antunes retornou ao cargo em seu segundo mandato. O fator de destaque neste jogo político foi a consolidação da Secretaria Municipal de Planejamento como órgão executor das ações do poder público. É ela quem tem conduzido a formulação e implementação de políticas direcionadoras do processo de desenvolvimento do município, muitas vezes extrapolando sua ação para outras áreas, como no caso do Programa de Loteamentos Populares.

O *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991) aponta alguns entraves decorrentes de algumas atividades da Secretaria de Planejamento. Ao restringir sua atuação quase que exclusivamente à administração de loteamentos populares, por exemplo, a secretaria estaria longe de seu eixo principal: planejar.

No entanto, ao mesmo tempo em que coloca tais ressalvas quanto ao papel da Secretaria de Planejamento, o Plano Diretor (1992) reconhece explicitamente a importância técnica, política e estratégica da mesma, instituindo essa secretaria como sua executora e principal base de sustentação quanto à implementação das propostas nele contidas.

O segundo fator a ser destacado é o de que, frente a esta continuidade política, os profissionais atuantes nos quadros da prefeitura continuaram os mesmos. Aqueles, por exemplo, que participaram da elaboração do Plano Diretor, hoje são os mesmos que tentam promover a sua implementação.

Esta aparente troca de prefeitos, sem maiores mudanças no jogo político da administração pública, refletiu-se, de certa forma, de modo positivo no processo de desenvolvimento de São José do Rio Preto. Num espaço de dez anos, de 1985 a 1995, foi possível consolidar as vias de expansão do município e as principais diretrizes políticas a serem seguidas. Apesar do ideário desenvolvimentista disfarçado, as deficiências urbanas típicas de grandes cidades em acelerado processo de crescimento foram amenizadas.

Não é objetivo deste trabalho focar os aspectos políticos da atuação do imaginário peemedebista nos últimos anos da administração pública no município. Destaca-se, contudo, o traço, diríamos, *conservador* de fazer política, no sentido de conduzir o desenvolvimento do município baseado no desenvolvimentismo acima citado e na busca do *progresso*. As iniciativas municipais na área ambiental, quando ocorrem, acabam então, servindo de embelezamento a uma paisagem ordenada por outras políticas, que não necessariamente solucionam as carências ambientais mais graves do município.

Para Diegues (1992), o conceito de progresso foi herdado do positivismo, a partir de enfoques tradicionais do desenvolvimento existentes no mundo moderno. A idéia é de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez

mais elevados de riqueza material. O conceito tem como base a crença na razão e no conhecimento técnico-científico como instrumentos essenciais para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem. O caminho é aberto pela industrialização.

O papel do desenvolvimento deve ser o de melhorar a vida do homem na terra através de bens e serviços essenciais. A idéia de progresso aí inerente defende que o aumento da produção de bens e serviços tem sido procurado por meio da combinação de trabalho, matérias-primas, capital e tecnologia (Iglesias, 1972). Na proposta de um novo processo de desenvolvimento, isto só fará sentido se for permitido um crescimento auto sustentável, acompanhado de uma melhor distribuição de renda, eliminação das dificuldades de acesso ao progresso técnico e científico e a existência de instrumentos que garantam a participação da comunidade em decisões políticas.

Pode-se ter uma idéia de como o ideário de progresso *poderia* ser conduzido nas palavras de Espinosa (1993):

“O verdadeiro progresso deveria ser irreversível a longo prazo, isto é, sustentável no tempo. Isto implica cuidar da base de recursos que constitui a fonte principal de matéria e energia para os processos econômicos e, em definitivo, para o sustento da vida no planeta”. (Espinosa, 1993: 41)

No Brasil, a partir de 1950, predominou a ideologia nacional desenvolvimentista. As indústrias de bens de consumo duráveis, sob controle das transnacionais, necessitavam de uma infraestrutura de transportes, energia e comunicações. Este é o ponto central dos grandes projetos que causarão fortes impactos ambientais ao país, sendo que o regime autoritário, direcionador do processo, foi fundamental.

O modelo de desenvolvimento brasileiro permitiu um *sustentado* processo de crescimento econômico por mais de três décadas, adquirindo a característica de *milagre*. Sem dúvida, este processo de desenvolvimento permitiu o acesso de espaços territoriais limitados a uma modernidade próxima aos perfis do mundo desenvolvido; melhorou os níveis de alfabetização e saúde (aumentando a

expectativa de vida); propôs o crescimento e a diversificação do parque industrial brasileiro e a modernização da agricultura.

Por outro lado, resultou no agravamento das condições e da qualidade de vida da população e no aumento absoluto da pobreza. Esse traço de desigualdade, comum a todos os países latinoamericanos, gerou profundas distâncias entre a expansão das forças produtivas e a progressiva melhoria das condições de educação, saúde e trabalho da maior parte da população.

A crise atual do Estado brasileiro reflete a falência deste modelo de desenvolvimento financiado pelo capital internacional e grande concentrador de renda. O aprofundamento da crise deu-se na década de 70 com as restrições ao financiamento externo e conseqüente elevação das taxas de juros e dívida externa. Isso fez com que a economia brasileira se voltasse para a geração de superávits comerciais a fim de obter divisas para o pagamento dos encargos¹.

A longa tradição de governos autoritários, insensíveis às mudanças sociais, constitui uma das principais causas da pobreza e das desigualdades socioeconômicas da América Latina. Segundo Hogan (1991b), o desenvolvimento sustentável necessita de uma cultura política democrática, onde possam surgir várias idéias sobre a melhor maneira de se enfrentar os problemas quanto à questão dos recursos naturais. Essa cultura política desenvolver-se-á, na medida em que as pessoas participarem das decisões que afetam suas vidas.

Em última instância, a participação política da população é condição indispensável para implementação de um projeto de mudança do modelo de desenvolvimento atual. Para Herrera (1990), há duas condições essenciais para a constituição de uma nova sociedade. Primeiramente, os recursos naturais serão um dos elementos determinantes para a opção de um desenvolvimento *viável* nas

¹Em relação ao problema da dívida externa, o relatório Brundtland (1987) coloca que os países subdesenvolvidos utilizam indiscriminadamente sua base de recursos a fim de pagar obrigações financeiras contraídas junto aos credores estrangeiros.

próximas décadas. Assim, deve ser colocado um limite à crescente pressão sobre eles e o meio ambiente.

Em segundo lugar, e não menos importante, está a necessidade de *participação*, que se traduz no direito de todos os membros da sociedade participarem das decisões sociais e em todos os níveis. Uma mudança nos padrões de consumo e nos hábitos culturais não pode ser imposta de cima; *apenas pode ser eficiente se for assumida por todo o corpo social* (HERRERA, 1990:195).

De um modo geral, todo processo de redemocratização deve comportar uma reforma do aparelho estatal e uma modificação na relação Estado-sociedade, fazendo com que aquele se torne um intérprete das necessidades desta. A sociedade, por sua vez, deve ter poderes suficientes para controlar a ação do Estado. Este deve ser constituído por uma estrutura legal e administrativa que responda eficientemente às múltiplas demandas da comunidade.

Jacobi (1989) nos fornece uma idéia de como funciona a dinâmica do Estado frente às demandas da sociedade civil. Em uma análise do Estado capitalista no Brasil pós-64, defende a idéia de que a dominação estatal é contraditória, pois se de um lado o Estado exclui as classes dominadas, em certos momentos, frente às necessidades geradas dentro do contexto da acumulação, as demandas da sociedade são introduzidas dentro do processo decisório da intervenção estatal².

No Brasil pós-64, os interesses econômicos prevaleciam sobre os interesses sociais. O resultado disso é que as políticas governamentais nas áreas de bem-estar coletivo (saúde pública, saneamento, educação, habitação e nutrição) tinham pequeno destaque na agenda governamental, não se alterando o perfil de desigualdade social dominante.

² A intervenção estatal nas áreas de saneamento básico e saúde na Grande São Paulo, na década de 70, configura-se num movimento de resposta do Estado à crescente deterioração nas condições de vida da população.

Em certos momentos, este Estado vê-se obrigado a ampliar suas intervenções frente as demandas que se multiplicam em virtude da pauperização de crescentes parcelas da população. O Estado se mostra sensível às demandas, só que através de sua estrutura seletiva³, vai adiando as exigências e utilizando os mais diversos expedientes para poder ganhar tempo e implantar o sistema que considera tecnicamente mais adequado. Estes atrasos provocam uma situação de permanente tensão entre Estado e movimento social, politizando as reivindicações e permitindo às vezes a sua inserção no elenco de lutas mais amplas que se desenrolam na sociedade.

De acordo com o relatório *Nossa Própria Agenda* (1990), a participação democrática se dá na proliferação de organizações que servem como mediadoras entre o Estado e a sociedade. São instituições compostas por cidadãos que possuem interesses comuns em certos aspectos. Para Jacobi (1989), o papel dos atores vinculados aos movimentos sociais estudados, aqui qualificados de agentes externos, assessores ou mediadores (agentes pastorais, médicos sanitaristas, militantes de diretórios de partidos políticos e organizações de esquerda), tem grande importância na articulação e desenvolvimento das lutas.

No Brasil, com o aumento desordenado dos grandes centros urbanos, são destruídos os elementos essenciais à vida humana (ar, água, vegetação, solo), ameaçando a própria sobrevivência dos habitantes e apontando para uma contradição entre a intervenção dos agentes individuais, que seguem sua própria lógica, e a necessidade de ordenação do espaço urbano em função dos interesses coletivos (BRANT, 1989).

³ As contradições assimiladas são denominadas por Offe (1984) como mecanismos seletivos que regem a lógica das políticas públicas. Eles constituem um conjunto amplo de mecanismo institucionais dentro do aparelho estatal. São eles: seleção negativa, onde os mecanismos seletivos excluem sistematicamente da atividade estatal os interesses anti-capitalistas; seleção positiva, onde a partir do conjunto de alternativas restantes, o Estado seleciona as políticas que favorecem os interesses do capital, em detrimento de grupos locais; mascaramento, onde as instituições públicas buscam manter as aparências de neutralidade de classe ao mesmo tempo em que marginalizam efetivamente as alternativas anticapitalistas. Ver: OFFE, C. (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Os movimentos sociais em São Paulo tem suas origens nas contradições sociais que afetam a população trabalhadora, polarizados ao redor de reivindicações locais por serviços urbanos. À medida que obtêm vitórias, começam a perceber que em seu terreno próprio de luta não é possível alcançar as transformações estruturais almejadas. Elas só poderão ser almejadas no plano político, na luta direta pela influência sobre o aparelho de Estado e por maior participação (SINGER, 1980).

A emergência dos movimentos populares em São Paulo, na década de 70, deu-se de forma fragmentada, pois a cena política autoritária não permitia a emergência dos interesses populares. Para Brant (1989), os bloqueios dos canais institucionais de representação popular (partidos políticos, câmaras legislativas, sindicatos e associações de massa) acabou estimulando os laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população⁴.

Muitos desses movimentos são chamados *novos movimentos sociais* quanto à formação de uma identidade sociocultural, configurando a formação de uma nova cultura política. A maior parte dos estudos sobre movimentos sociais têm considerado o caráter específico das funções do Estado e suas transformações.⁵

A partir dos anos 70 aumentaram os estudos sobre os movimentos urbanos, configurando-se um cenário de grande reflexão intelectual. Para Jacobi (1989), a questão dos movimentos coletivos e seus impactos possui dois aspectos: por um lado, a dinâmica da ação estatal, e por outro, as bases e os fatores propulsores da ação coletiva numa determinada conjuntura. A base social é a população proletarizada, tendo estes movimentos um conjunto de ações ligadas à melhoria das condições de vida.

⁴ Segundo Brant (1980), foram movimentos que, dentro do contexto político em que surgiram, só poderiam atuar abertamente ao lado de uma instituição social reconhecida - Igreja, instituições civis de direitos humanos, MDB, movimento estudantil, todos e forma diferenciada - e com um apoio considerável da opinião pública.

⁵ Estas análises privilegiam o caráter autoritário e coercitivo do Estado, e a partir daí estabelece-se uma ligação entre regime autoritário - modelo econômico excludente - contradições urbanas - movimentos urbanos. Ver: CARDOSO, Ruth (1983). "Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico". In: ALMEIDA, M.H. & SORG, B. (orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

"Na grande maioria, os movimentos sociais urbanos estão relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas". (Jacobi, 1989: 13)

Para Nunes (1989), o atendimento da carência é tido como legítimo e uma contrapartida da obrigação política. Segundo este autor, a incapacidade do Estado em suprir estas carências (gerir serviços públicos essenciais nas cidades) levou ao surgimento de movimentos de reivindicação de serviços sociais urbanos, que se traduzem em um aumento da demanda por serviços de infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto, serviços de saúde, entre outros).

Entretanto, Jacobi (1989) deixa claro que não se deve restringir a análise dos movimentos sociais apenas àqueles que apresentam uma base nitidamente popular urbana, pois os problemas decorrentes das transformações no modo de vida afetam não só a população mais pauperizada, mas também outros grupos sociais, gerando por exemplo o movimento ecologista, o movimento homossexual, o movimento negro, o movimento feminista, entre outros⁶.

"Na conjuntura da crise do autoritarismo, a ascensão do movimento popular e das organizações políticas de oposição vai configurando a consolidação de espaços de articulação de diferentes formas de organização de moradores na luta pelo direito à cidadania (...)". (Jacobi, 1989: 139)

Rodrigues (1993) sugere duas maneiras para se analisar os movimentos sociais. Se são reivindicativos, quando buscam melhorias na oferta de serviços públicos, ou libertários, onde buscam a transformação das idéias. O interlocutor privilegiado é o Estado, ao mesmo tempo *provedor* (no atendimento das necessidades materiais) e *inimigo*, pois é ele quem regulamenta as formas de apropriação de uso do solo.

Tendo a cidade como lugar privilegiado, Rodrigues (1993) afirma que os movimentos sociais são manifestações dos conflitos de classe que contestam a ordem estabelecida na distribuição da riqueza e da pobreza. Mas ressalta que a consciência da pobreza não é a mesma para todos os participantes dos movimentos e

⁶ Ver também: SINGER, Paul (1980). "Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas". In: BRANT, V.C. (org). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes.

também não basta a existência desta para explicá-los. É necessário um processo de *conscientização da pobreza*.

“(...) a forma como a condição objetiva de classe é subjetivamente vivida. (Rodrigues, 1993: 22)

Nos países capitalistas avançados, como os EUA, estes movimentos se configuram como práticas multidimensionais que, na articulação dos diferentes níveis sociais, caracterizam-se como agentes de mudanças. No contexto brasileiro, poucos são os movimentos que mobilizaram ou mobilizam conjuntamente setores populares e médios.

Nos EUA, a ascensão do movimento ambientalista nos anos 70 e seu fortalecimento através dos anos 80, constitui uma das maiores alterações no quadro da política americana. Ingram & Mann (1990) discutem como o movimento se tornou uma das maiores forças dentro do sistema político, capaz de alterar a agenda política e obter vitórias significativas contra os grandes interesses industriais e comerciais.

Estes autores sugerem que o sucesso do movimento ambientalista norte americano tem sido descrito em termos de uma *institucionalização do interesse ambientalista*. As evidências podem ser encontradas na legislação, na profissionalização de programas educacionais nas áreas de engenharia, economia e políticas ambientais; na criação de numerosas agências públicas voltadas à proteção do ambiente e no fortalecimento de grupos de interesse ambientalista.

Neste caso, quando a questão ambiental é colocada de forma que o Estado somente responde a pressões de grupos de interesse ou da sociedade civil, ou mesmo de grupos ambientalistas, podemos tentar compreender como certos grupos de interesse possuem papel de destaque no fortalecimento destes *lobbies*.⁷

⁷ A expressão *lobby* foi criada nos EUA para caracterizar a situação na qual um determinado grupo é formado com a finalidade de influenciar pessoas que detêm poder de decisão e de convencimento, como congressistas e jornalistas. A função é institucionalizada nos EUA. No Brasil, ainda não está regulamentada. Na maioria dos casos, pouco se diferencia do aliciamento para finalidades específicas.

Alguns grupos ambientalistas constituem organizações que se engajam no padrão das práticas políticas americanas de *lobby* realizando campanhas de informação pública, eleições, litígios e construção de coalizões. Na verdade, as estratégias dos grupos ambientalistas devem ser vistas mais como tentativas de ganhar acesso às decisões governamentais.

No Brasil, Viola (1987) faz uma análise do caminho trilhado pelo movimento ecológico que, até o fim do regime militar, não teve nenhuma influência no debate político global sobre o futuro da sociedade brasileira. A partir de 1974, destaca-se uma primeira preocupação com os recursos naturais não renováveis, devido a crise do petróleo de 1973⁸.

Nesta fase que Viola (1987) denomina de *ambientalista*, o movimento ecológico brasileiro se constituiu por dois movimentos paralelos e independentes entre si: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas rurais. Em 1982, inicia-se uma fase de transição do movimento ecológico, onde o movimento de pura denúncia é substituído pela formulação de estratégias que levavam em conta a eficácia pontual da luta. Essa mudança acarretou transformações qualitativas na opinião pública: a maioria da população razoavelmente informada começava a ver com seriedade a crise ecológica.

Do ponto de vista da mobilização da comunidade frente à questão ambiental, destacamos para São José do Rio Preto a ênfase dos atores entrevistados na falta de consciência da população em relação à temática. A partir do debate proposto, veremos como ela se insere dentro das possibilidades de formação de uma nova cultura, onde a *participação* possui caráter fundamental.

⁸ Segundo Viola (1987), era a única ligação entre o movimento ecológico e setores da tecnoburocracia estatal. Porém, as três alternativas da tecnoburocracia foram predatórias: energia nuclear; energia da biomassa (álcool da cana-de-açúcar) e usinas hidroelétricas de grande porte.

Como a comunidade se mobiliza frente à questão ambiental?

"Rio Preto precisa ser... eu vou utilizar um termo que o Secretário de Meio Ambiente já utilizou uma vez... precisa ser politizada ambientalmente. Por incrível que pareça, nós temos um município com 500 mil habitantes, com 6 faculdades, 1 universidade e não temos um grupo ecológico organizado. Ou seja, prá se politizar ambientalmente aqueles que coordenam o município há que se ter cobranças (...). Então eu vejo o problema principal, tá na nossa população. (Entrevista com gerente da regional da CETESB - ago./94)

Em relação a movimento ecológico organizado, a história de São José do Rio Preto não conhece nenhuma participação realmente efetiva. Existiam associações como a Sociedade Regional de Ecologia e o Movimento Ecológico Livre, este com um poder maior de manifestação. Entretanto, não pudemos obter maiores dados quanto a continuidade destes movimentos.

Para esta pesquisa, conseguimos entrevistar o integrante de um recente movimento ecológico no município, Eros Roman, militante do Grupo Ecológico 5 de Junho da cidade de Catanduva, e também participante do já extinto Grupo Viva Vida IBILCE de São José do Rio Preto.

"(...) tem que ter grupos...o único que tem na região é o Eros, é o 5 de junho e...ele é sozinho também". (Entrevista com socióloga da regional da CETESB - ago./94)

O difícil retorno da sociedade e do poder público em relação a qualquer projeto na área ambiental e, principalmente, a ausência de interesse dos membros participantes (talvez porque fossem estudantes em período passageiro pela universidade), são algumas das razões apontadas por Eros que fizeram com que o grupo do IBILCE se dissolvesse.

"(...) sempre vem um ou outro, mas nunca ninguém que fica, ninguém tem interesse em participar disso. Isso é uma ilusão que todo mundo devia tirar da cabeça, não tem ninguém preocupado com isso, nem as pessoas. Ninguém tá preocupado. Assim, eu te falo a nível de experiência (...)" (Entrevista com Eros, ex-membro do Grupo Ambientalista Viva Vida IBILCE - ago./94)

"Como é uma faculdade que vive biologia, que é o lugar onde realmente teria que crescer, eu não senti mobilização, cê entende? Teria que...sabe, os professores, sabe, ninguém tava muito preocupado. (...) a maior parte eram cinco, seis no máximo e você tinha 200 alunos na biologia. Então, pô, cê pegava do universo da faculdade, 1.000 e tantos alunos, cê pode colocar 1.200, 1.300, você conseguir...suponha 10, (...) é muito pouco, cê entende?". (Entrevista com Eros, ex-membro do Grupo Ambientalista Viva Vida IBILCE - ago./94)

As possibilidades de uma conscientização ambiental para São José do Rio Preto, apontadas pelo vereador Lima Bueno, caminham no sentido de que a comunidade está começando a se preocupar, embora sejam movimentos tímidos e ainda uma *liderança de elite*⁹, como ele chama, pois são pessoas mais intelectualizadas, lojas maçônicas, clubes de serviço, sociedade dos engenheiros, entre outras.

"(...) a comunidade tá começando a se preocupar. Lideranças expressivas na cidade realizaram no ano passado um seminário sobre o assunto. E infelizmente isso, aparentemente, não deu em nada, mas é lógico que isso é um movimento de conscientização e esses movimentos eles não são a curto prazo, mas significa que têm uma semente. (...) Uma liderança de lojas maçônicas, clubes de serviço, Sociedade dos Engenheiros, ainda uma liderança de elite, mas uma consciência". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

Um exemplo disso é a recente formação de um Conselho de Meio Ambiente, liderado por ele, contando com a participação de pessoas provenientes de diversos setores da sociedade. São representantes da unidade da UNESP em Rio Preto, do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN), da CETESB, da Sociedade dos Engenheiros, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, membros do CONDEMA e da Polícia Florestal.

"(...) no lugar de fazermos uma comissão constituída apenas de vereadores, a maior parte dos membros dessa comissão são pessoas da comunidade que têm interesse em um conhecimento sobre o assunto". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

A proposta deste Conselho é trabalhar em três frentes: elaborar uma legislação a nível municipal que proteja o meio ambiente; procurar fazer com que o Executivo venha a ter um órgão deliberativo e consultivo que cuide das questões do meio ambiente e motivar a comunidade frente à questão ambiental.

O objetivo deste Conselho é trabalhar as questões ambientais mais urgentes do município, quer sejam aquelas mais elementares, como a questão da água, quer sejam as de caráter político-institucional. Futuramente, pretendem chegar a uma

⁹ Através de pesquisas realizadas nos jornais da cidade, pode-se dizer que a Sociedade Regional de Ecologia e o Movimento Ecológico Livre também eram formados por essa *liderança de elite* afirmada por Lima Bueno.

legislação simplificada que cuide de questões fundamentais, tais como o abastecimento de água e a proteção das bacias hidrográficas da região.

“Ele tá sendo bem elaborado, apesar das discussões de certos itens, ele é bem elaborado porque vai abranger todos os aspectos ligados à área de meio ambiente, inclusive poluição...poluição, área verde, parte hídrica. Vai envolver também o aspecto visual, a poluição visual, essas coisas no próprio município”. (Entrevista com engenheiro florestal do DPRN - ago./94)

Primeiramente, discutiremos o papel da legislação. A elaboração de uma legislação ambiental, específica para São José do Rio Preto é sugerida pelo vereador pois, enquanto crítico do Plano Diretor (1992) do município, afirma que a questão ambiental não foi devidamente contemplada.

O diretor do CONDEMA também partilha desta opinião. Acrescenta que não dá para se falar em uma legislação a nível nacional, pois cada Estado ou localidade deve ter seu código específico. Para ele, a gravidade dos problemas ambientais varia de acordo com as regiões, até mesmo de acordo com os diferentes espaços existentes dentro do espaço urbano.

"A questão ambiental não está devidamente contemplada no Plano Diretor, haveria necessidade de se fazer uma revisão, uma nova adequação". (Entrevista com presidente do CONDEMA - out./94)

A partir da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a contar com diversos mecanismos institucionais e legais para que o poder local pudesse enfrentar processos de degradação ambiental (Ferreira, 1994). Este processo estabelece certos instrumentos legais para os municípios, como a Lei Orgânica dos Municípios em 1990 e o Plano Diretor em 1991.

O Plano Diretor de São José do Rio Preto (1992) constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Para São José do Rio Preto, o Plano Diretor estabelece um conjunto de diretrizes nas seguintes áreas: social, saneamento básico, físico-territorial, econômico-financeira e administrativa.

“O Plano Diretor tem como objetivo assegurar a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo e desenvolvendo os aspectos econômicos, financeiros, urbanísticos, educacionais, habitacionais, esportivos, recreativos, de lazer, de saneamento, de transportes, de promoção social e culturais”. (Plano Diretor, 1992: 2)

Na área ambiental, os objetivos propostos pelo Plano Diretor referem-se apenas à preservação dos recursos naturais, à criação e manutenção de áreas verdes, ao combate à poluição e à proteção dos mananciais hídricos, apresentando um caráter eminentemente *conservacionista*.

“Manter e recuperar as melhores condições do meio ambiente, dando ênfase à preservação dos recursos naturais e paisagísticos, à criação e manutenção de áreas verdes, ao combate à poluição e à proteção dos mananciais hídricos, superficiais e subterrâneos”. (Plano Diretor, 1992: 6)

Por outro lado, a assessora da Secretaria de Planejamento afirma que a temática ambiental foi contemplada de maneira satisfatória, devendo ser aprofundada pela administração. Este aprofundamento recai em uma atuação mais efetiva do CONDEMA.

“Eu acho que...nós tivemos essa preocupação ambiental aí na discussão, na elaboração do plano, mas talvez em virtude da cidade ter até uma característica...essa questão, eu vejo do ponto de vista das grandes massas populares, ela não tá assim tão latente, porque se nós vivêssemos numa cidade onde tivesse uma qualidade de vida com favelas...com certeza estaria mais latente”. (Entrevista com assessora da Secretaria Municipal de Planejamento - out./94)

Ferreira (1992b) coloca que a legislação federal sugere a criação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMAS - com a função de fornecer apoio executivo de acordo com as circunstâncias locais. Podem auxiliar a administração local na análise e fiscalização de empreendimentos de pequeno porte e no fortalecimento da participação comunitária através de campanhas educativas.

O CONDEMA em São José do Rio Preto tem enfrentado diversos obstáculos quanto a sua atuação no município. O principal deles, segundo seu diretor, é a falta de reciprocidade da prefeitura aos projetos do conselho.

“O serviço do Conselho é considerado relevantes serviços prestados à comunidade, quer dizer, é um trabalho não remunerado onde cada um dos seus membros tem que dedicar uma parte do seu tempo, do seu trabalho, da sua função, que ele exerce, da sua profissão ou então do seu lazer. Se nem assim o órgão que deveria receber o Conselho não valoriza esse trabalho, então nada mais resta ao grupo a não ser se retirar e revisar o trabalho em prol do meio ambiente na sua repartição de origem, que é o que nós fazemos hoje”. (Entrevista com o presidente do CONDEMA - out./94)

"Os prefeitos que passaram pela cidade praticamente pouco se preocuparam com a questão ambiental. A ponto dos conselhos municipais do meio ambiente nunca terem funcionado. Na gestão passada, este conselho inclusive foi dissolvido; todos os membros pediram demissão e atualmente existe uma nova composição do conselho mas que eu tenho visto também tá encontrando problemas, porque a Prefeitura não dá meios para os conselheiros trabalharem". (Entrevista com Promotor de Meio Ambiente - ago./94)

A questão fundamental neste conflito, segundo o diretor do CONDEMA, encontra-se na própria capacidade de atuação do conselho, que não avança seu caráter consultivo. Para tanto, na administração anterior já havia sido proposta a criação de um órgão deliberativo, uma secretaria ou departamento ligados ao meio ambiente.

O Plano Diretor (1992) apenas menciona a criação de um departamento de parques e jardins, para atuar na implementação e conservação das áreas verdes do município. Se levarmos em conta a questão da política ambiental em si, o que pudemos apreender no Plano Diretor foi a existência de uma política ambiental que não ultrapassa a conservação de áreas verdes.

"Uma secretaria, um departamento, que exista alguém dentro da prefeitura que tenha o interesse específico de cuidar do meio ambiente". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

A organização de uma secretaria de meio ambiente para São José do Rio Preto é uma das propostas do conselho formado pelo vereador Lima Bueno. O trabalho do CONDEMA, enquanto órgão consultor da prefeitura, ficou restrito à fiscalização das pequenas e médias empresas instaladas no município dentro do Programa de Geração de Empregos da secretaria municipal de Planejamento¹⁰.

"(...) mas como nós continuamos a não merecer a devida atenção, quer dizer, o grupo se reunia sem estrutura nenhuma, sem recursos, sem uma sala sequer prá discutir os assuntos, fazia as proposições e não tinha retorno. Apresentava algumas propostas e estudos, demorávamos prá ser recebidos. E isso foi levando o grupo novamente a perder a motivação, perder o entusiasmo". (Entrevista com o presidente do CONDEMA - out./94)

A criação de uma secretaria de meio ambiente parece dividir a opinião dos atores entrevistados. Os atores mais ligados ao poder público, consideram que a

¹⁰O CONDEMA realizou estudos sobre o abastecimento de água e a arborização do município, com propostas e soluções. Contudo, segundo seu diretor, não encontraram respaldo junto ao Executivo.

criação desta secretaria não é o mais importante. Importa a vontade política das pessoas.

"(...) olha, eu não sei muito bem qual foi a questão existente aí com o CONDEMA, porque a diretoria parece que se dissolveu, eu não sei muito bem o caso que aconteceu com o CONDEMA. Mas não era muito atuante, não era muito atuante. Eu acho que... eu acredito muito mais num trabalho feito de publicidade com a população e num trabalho que conscientize a população e num trabalho dentro das escolas (...). Eu acredito mais nisso e não na criação de grupos e conselhos específicos aí que às vezes ficariam interessados apenas no dinheiro que pudessem receber. Eu acho que, apesar de que esse não recebia, tinha uma pessoa muito bacana nesse conselho, mas só... duas pessoas, só as duas que eu conhecia, o resto eu não sei nem quem são". (Entrevista com secretária municipal de Educação - out./94)

Outros atores afirmam que a secretaria de meio ambiente é importante se não for apenas mais uma figura decorativa, como muitos vêem o CONDEMA. É preciso uma estrutura para uma atuação realmente efetiva, seja secretaria ou departamento. O gerente da regional da CETESB defende a criação de uma secretaria de meio ambiente para que atue nas áreas de controle preventivo, referindo-se à poluição causada pelas indústrias, e de educação ambiental, desenvolvendo projetos para conscientização da população.

Se por um lado as críticas do CONDEMA vão no sentido de que enquanto conselho eram limitados em seu campo de atuação, por outro lado, a Secretaria municipal de Planejamento afirma que os conselhos devem agir enquanto tal, não ultrapassando seu caráter consultivo. As decisões ficam por conta do Executivo, que é o seu papel.

"Nós temos um conselho de meio ambiente, que nesse momento, nesse dia de hoje, por exemplo, esse conselho não está...está tendo divergências com relação à operacionalização do conselho. (...) os conselhos, às vezes, eles têm uma dificuldade e passa...e acham que vai substituir, por exemplo o próprio legislativo e passa a ter poder de fiscalizar. Enquanto que eu entendo que os conselhos, eles teriam que fixar políticas maiores". (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

"(...) e o político, ele não vai ser substituído nunca porque ele é aquela pessoa que vai lá nessa ação...nessa ação política, até eleitoral mesmo, porque ele é a pessoa que vai ao bairro, vai freqüentar, então, não competem entre si. Esse é um desafio que nós temos aqui (...)"(Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Outra crítica do secretário de Planejamento é dirigida ao papel da câmara de vereadores, o Legislativo. Segundo ele, ela ainda possui uma cultura própria do

Brasil, que ele denomina de *despachante*, isto é, intermediadora da vontades dos bairros. Este papel do Legislativo ele até reconhece como legítimo, mas esta cultura teria que ser rompida, pois a câmara deve fazer leis, ou seja, *legislar*.

“Dai então, a gente sente, às vezes, que certos rumos...uma certa restrição do poder legislativo no sentido de achar que, quando você traz uma sociedade de bairro, você está tirando a ação do vereador, por exemplo. Na realidade, a ação do vereador é bem maior que isso, que é através da legislação, fazer...é criar políticas públicas em que, com visão de longo prazo e que a gente possa seguir”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Kraft (1990) realiza uma análise sobre alguns estudos acerca do papel do Congresso norte americano e a atuação deste frente às políticas ambientais nos EUA, a partir da década de 70. Segundo Kraft, o Congresso tem sido um foco de interesse para os cientistas políticos desde que tomou a defesa da política ambiental contra os ataques da administração Reagan na década de 80. Kraft sugere um questionamento no sentido de *como uma instituição política representativa, como o Congresso, dentro de um governo democrático, responde aos desafios colocados pelos problemas ambientais?*

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece dois grandes princípios ligados ao meio ambiente, que são: 1 - todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 2 - o Poder Público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente.

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e à coletividade o papel de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988: 123)

A nível estadual, seguiu-se a elaboração das Constituições Estaduais, pautando-se pelos mesmos princípios dispostos na Constituição Federal em relação ao meio ambiente. A nível municipal, as ações deveriam ser guiadas por instrumentos legais de implantação da política municipal de meio ambiente, próprios de cada município. A política municipal de meio ambiente deve ser institucionalizada e estruturada através de uma lei que considere as características locais e regionais do município, e que constitui a Lei Orgânica.

O capítulo relativo ao meio ambiente presente na Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, inicia-se pelos dois princípios fundamentais observados na Constituição de 1988, assim descritos:

Art. 194 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações, através de medidas legislativas e de outras ações apropriadas. (Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, 1990: 59)

Comprova-se que apesar da legislação ambiental brasileira ser comparativamente avançada e o discurso de alguns atores sociais privilegiar uma consciência ambiental, os próprios comportamentos individuais não correspondem a essa consciência. Para Viola & Leis (1992), dentro do contexto nacional há uma defasagem entre os níveis do discurso, dos comportamentos individuais e institucionais e das políticas públicas. No nível do discurso, a questão ambiental está bem colocada, apenas entre os formadores de opinião e o conjunto da população que se considera informada.

"(...) sendo muito poucas as pessoas (...) que pautam conscientemente seu cotidiano pelos critérios de eficiência energética, reciclagem de materiais, redução do consumo, (...). As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizado e um comportamento individual-social bastante predatório (...)". (Viola & Leis, 1992: 93-4)

Lima Bueno acrescenta um aspecto fundamental a esse conflito. Para ele, a legislação ambientalista brasileira é uma das melhores do mundo, mas falta uma cultura tanto de respeito ao meio ambiente quanto de acesso às leis. Quando indagado sobre a visão da câmara de vereadores de São José do Rio Preto em relação a questão ambiental, respondeu-nos que ela é tomada de uma forma marginal e *jocosa, coisa de pessoas que estão fora da realidade*.

"Eu participei de um Congresso uma vez (...) e os latinoamericanos queriam que ele se encerrasse com um documento. E os anglo-saxões tavam brincando com isso. E houve uma revolta tal, e se redigiu o documento. Daí, quando os membros participantes, um inglês famoso na nossa área de arquitetura, ele disse o seguinte: então nós vamos ter... aquele congresso iria se encerrar com um documento, porque os latinoamericanos fazem muita questão de documento e eu venho de uma cultura em que a gente não tem muitos documentos; nossa Constituição mesmo, ela é muito mais verbal (...) mas vocês gostam de escrever tudo, de leis. Provavelmente, até quem sabe, vocês um dia, com essas leis, vocês melhorem o relacionamento entre vocês". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

"(...) essa questão do meio ambiente ela às vezes é tomada de uma forma marginal, jocosa, de pessoas que parece que estão bem por fora da realidade. E eu acho que isso daí abre brecha prá você apresentar uma legislação dessa, às vezes eles não dão muita importância até aprovar". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

Entretanto, de acordo com o engenheiro florestal do DPRN, ocorre aí um enfrentamento, onde não seria assim tão fácil a aprovação de uma política de meio ambiente. O nível legislativo apontaria um entrave à formulação e implementação de uma política ambiental, porque uma política como esta precisaria de maioria na câmara e os interesses nem sempre estão a favor das mesmas.

"O entrave maior que eu vejo é obter a maioria da câmara prá aprovar isso [política ambiental] (...). Então, uma política dessa não vai...apesar de ser necessária, não vai agradar muito a todos. Inclusive tem um vereador (...) ele tá tendo vários problemas lá dentro da Câmara Municipal prá aprovação disso, porque tem alguns que são contrários, tem outros que não são, porque o grande mal dos políticos é esse, eles não conhecem a área ambiental, eles não sabem dos problemas (...), eles estão pensando em si próprios e não na coletividade como um todo". (Entrevista com engenheiro florestal do DPRN - ago./94)

É aí que entra, segundo ele, um forte trabalho de *lobby* para aprovação de projetos na área ambiental. Um trabalho como este requer uma maior conscientização da população, pois há inúmeros outros grupos de interesse não necessariamente preocupados com o meio ambiente, e até mesmo contrários a ele.

Caufield (1990) afirma que nos EUA, já na década de 70, muitos grupos ambientalistas que realizavam este trabalho de *lobby* junto ao Congresso por novas leis que controlassem a poluição e conservassem os recursos naturais, acreditavam que era preciso também controlar a aplicabilidade dessas leis. Neste sentido, estes ativistas direcionavam suas demandas às Cortes Federais¹¹. Ainda hoje, esta é a única arena governamental na qual os ambientalistas norte americanos continuam a ser geralmente vencedores.

Ingram & Mann (1990) também acreditam que a estratégia litigiosa tem sido um instrumento favorável à ação do movimento ambientalista, o que é evidente na

¹¹ De acordo com Caufield (1990), o Judiciário (Cortes Federais) tem sido considerado como o terceiro ramo do governo, porque sua natureza não eleitoral relega-o a uma posição subordinada, abaixo do Legislativo e do Executivo.

década de 70. Os grupos ambientalistas podiam obter vitórias junto às Cortes Federais tanto quanto os grupos de interesses econômicos porém, quando eram as agências governamentais a tomarem a iniciativa, saíam mais vitoriosos.

A Promotoria Pública em São José do Rio Preto procura atuar, principalmente, no embargo de obras que agridem a Lei de Zoneamento, embora também ocorram processos contra indústrias poluidoras instaladas em locais inadequados¹². Outra área em que a Promotoria tem atuado é em relação aos órgãos públicos, no caso do não tratamento dos esgotos, pois segundo ela, a prefeitura em São José do Rio Preto constitui uma das maiores degradadoras do meio ambiente¹³. Entretanto, a comunidade tem se mobilizado pouco frente às questões ambientais.

Em São José do Rio Preto, além da ausência de uma cultura de valorização ao meio ambiente, alguns atores entrevistados salientam que as leis muitas vezes, terminam por seguir a lógica de outros interesses que não necessariamente coincidem com os da coletividade. O Tenente do Corpo de Bombeiros, por exemplo, cita o caso das usinas e destilarias de açúcar e álcool que não são devidamente fiscalizadas.

“O Executivo quando aplica a lei, eu acho que ele deve ter um bom senso também, né? Então, as vezes, a gente vê aí nos noticiários aí que o indivíduo matou um passarinho aí e vai preso em flagrante, né? Crime inafiançável. A gente vê outros tantos absurdos aí, que não se toma...com relação ao meio ambiente que não se toma providência alguma”. (Entrevista com Tenente Comandante do Corpo de Bombeiros ago./94)

Outro aspecto desse conflito de interesses encontra-se na Lei de Zoneamento. No primeiro capítulo deste trabalho, foi visto que as constantes alterações na lei seguiram muitas vezes a força do processo imobiliário especulativo. Em alguns

¹² O promotor cita o fato de uma condenação de vulto feita contra uma destilaria de açúcar e álcool que fazia aspersão do vinhoto na lavoura. Houve um acidente que atingiu um córrego, causando uma mortandade de peixes. O alto valor pago pela empresa foi recolhido ao fundo de reparação dos interesses de fundos lesados.

¹³ Um dos exemplos citados pela Promotoria estaria nas reclamações recebidas por parte da população em relação a problemas de despejo de entulho e lixo próximo a margens dos córregos, tais como o córrego do Macaco que abastece de água o município. Outros dizem respeito ao derramamento de esgotos na Represa Municipal, que fornece água à população.

casos, conforme dados colhidos na imprensa, as alterações na Lei de Zoneamento provocavam polêmicas sobre quais interesses estavam sendo atendidos¹⁴.

“(...) estas leis são mutiladas, são alteradas, são revogadas, a mercê da vontade dos construtores, dos investidores do ramo imobiliário. Não existe uma lei feita para durar (...). Mesmo com esta luta que a gente às vezes realiza para defender a lei de zoneamento, as normas estabelecidas na lei de zoneamento, é uma luta meio inglória porque a Câmara Municipal acaba sempre alterando essa lei, essas normas, sempre no interesse de investidores, das empresas do ramo imobiliário”. (Entrevista com Promotor de Meio Ambiente - ago./94)

A Lei de Zoneamento também acaba falhando quando se trata de fiscalizar as construções próximas a mananciais, conforme relatos do engenheiro florestal do DPRN e da Promotoria Pública.

"Normalmente, todas as prefeituras não têm nada que discipline. Elas falam que...mandam uma declaração dizendo que aquela atividade não tem nada que contrarie a Lei Orgânica do Município, porque eles não têm uma lei orgânica municipal que fala sobre o meio ambiente. Porque a partir da Constituição de 88, eles foram obrigados a botar no papel, a fazer uma lei orgânica, eles fizeram, veio uma cartilha do Governo do Estado pros municípios seguirem mais ou menos como é que era pra fazer uma elaboração de uma Lei Orgânica do município. Então, praticamente todos os municípios eles copiaram o que a secretaria mandou, mas aquilo era só um modelo pra eles fazerem a própria lei. Eles pegaram e copiaram. Se você pegar a lei, tem várias leis nos municípios aqui, se você abrir no capítulo de meio ambiente todos falam a mesma coisa. É igual, é a mesma coisa, inclusive vírgula, são as mesmas palavras". (Entrevista com engenheiro florestal do DPRN - ago./94)

A Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto têm sofrido críticas tanto em relação a sua efetividade, quanto em relação ao seu processo de elaboração. A implementação não estaria ocorrendo de forma adequada devido ao fato de que, a partir do momento em que teria sido feita apenas para cumprir uma obrigação formal, a Lei Orgânica desconhece a própria realidade do município.

Outra crítica dirigida ao Plano Diretor (1992) também afirma a necessidade formal dos municípios quanto à feitura do mesmo, a partir das Constituições Federal e Estadual. Mesmo o *Diagnóstico do Plano Diretor* (1991) estaria longe de abranger a total realidade do município de São José do Rio Preto.

¹⁴ A mais recente, liberou a construção de prédios no centro da cidade. Trata-se de uma área que já sofreu um processo de verticalização bastante acentuado, e onde a proibição de novas construções havia contido, até então, um processo de ocupação desordenada (FOLHA DE SÃO PAULO - SP Norte, 22/set./1994).

"A crítica que a gente fez (...) é que faltou ao Plano Diretor uma conversa maior com a comunidade. Ele foi, dentro da Prefeitura, subdividido em alguns grupos de trabalho e especificamente interno à Prefeitura Municipal. Nós entendemos que um Plano Diretor, que vai dar todas as diretrizes de crescimento da cidade e isso em cima de uma análise crítica dessa realidade, ela deva ser feita com as pessoas que pensam dentro dessa comunidade, que vivam essa realidade e que vão poder, no dia de amanhã, até dar sustentação para essas diretrizes. (...) Então, além disso não ter sido feito, ele foi elaborado de uma forma estanque. Cada equipe fazendo o seu trabalho e com pouca conversa entre eles e com prazo determinado pra chegar no fim. (...) Você não tem uma proposta efetiva pra se cuidar das questões do meio ambiente do município. (...) Ele não teve uma coordenação que amarrasse, que alinhasse e como também e por falta dessa coordenação, ele não tem uma ideologia, ele não tem um objetivo maior. Se eu vou propor um plano é lógico que por traz desse plano tem uma ideologia e é lógico que eu também reconheço, esse plano teve uma ideologia - a ideologia de fazer isso pra cumprir uma obrigação". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

Frente a todas estas colocações, permanece nosso questionamento sobre qual o papel desempenhado pela comunidade¹⁵ em relação à questão ambiental. Em São José do Rio Preto, todos os atores são unânimes em dizer que o maior problema ambiental do país é a falta de conscientização sobre o tema. Neste sentido, é importante colocar que a existência de uma legislação ambiental, por mais bem elaborada que seja, não tem garantido por si só o tratamento devido da questão.

"Eu creio que é essa falta de conscientização, falta de zelo para com o meio ambiente. Então, eu acho que esse é um grande problema no país que com o tempo as gerações futuras não vão ter condições de viver nesse país não". (Entrevista com Tenente Comandante da Polícia Florestal - ago./94)

"Todo mundo fala em questão ambiental (...) só que a maioria das pessoas ainda não estão envolvidas, não sentiram na pele as conseqüências da não proteção ao meio ambiente. Então, eu acredito que essa consciência, o brasileiro, ele não costuma ter muita consciência". (Entrevista com Tenente Comandante do Corpo de Bombeiros - ago./94)

"(...) mas falta a consciência do homem, cê entende? Nesse nível. E eu falo a maioria, a grande maioria, 99% da população, 95 a 99%, cê pode ter certeza". (Entrevista com ex-membro do Grupo Ambientalista Viva Vida IBILCE - ago./94)

Esta seria a terceira proposta de trabalho a ser desenvolvida pelo conselho presidido pelo vereador Lima Bueno: a formação de uma cultura que valorize o entendimento de que a vida do homem é inseparável do meio em que vive, pois isso ainda não há. Para uma real política de meio ambiente, o poder público deve responder à pressões da comunidade, uma comunidade *informada*.

¹⁵ Deixaremos claro que estas considerações foram tomadas a partir da visão que os atores entrevistados nesta pesquisa possuem acerca da população em geral, incluindo a si próprios.

"Eu vejo a possibilidade, não a curtíssimo prazo, porque isso é uma questão cultural. Eu não acredito, como determinadas pessoas colocam, que isso depende da vontade do prefeito, não. Depende da vontade da comunidade, porque o Poder Público sempre responde a uma pressão geral, ele vai atrás disso". (Entrevista com arquiteto e vereador Lima Bueno - ago./94)

"Eu acho que primeiro há uma necessidade de se implantar uma conscientização na população. Um trabalho de conscientização, um trabalho de informação e os poderes públicos direcionarem a questão prá isso. Agora, não adianta também ficar esperando o Poder Público sozinho, a comunidade tem que inserir nesse trabalho, sem a comunidade eu não vejo perspectivas". (Entrevista com secretário municipal de Obras e Saneamento Básico - out./94)

Quando Herrera (1990) coloca que um dos requisitos fundamentais ao desenvolvimento sustentável é a *participação*, onde todos os membros da sociedade participam das decisões que os afetam, isto só é possível através de uma *informação* adequada.

Além de significar um compromisso irrestrito com a democracia, uma nova perspectiva de desenvolvimento precisa garantir o acesso do indivíduo à informação e assegurar o direito à diversidade em relação aos processos econômicos, culturais e ambientais (LEAL et alli, 1992).

Segundo Jacobi (1991), ao fazer uma análise da gestão do PT na prefeitura de São Paulo, coloca que entre outros problemas enfrentados quanto à atuação dos setores populares na gestão, um deles está presente nos condicionantes da participação destes setores no Brasil, sua cultura política e fragilidade, do ponto de vista organizacional e institucional. A partir daí, a administração observou que a consolidação de instâncias de participação decorre de um longo e complexo processo de fortalecimento de uma lógica de intervenção pela maioria da população.

Fica sobretudo a dúvida: quem começa a se preocupar com o ambiente é quem possui maiores possibilidades e acesso à informação. Se o Poder Público responde a pressões da comunidade no trato das questões ambientais, e a falta de políticas neste sentido é o resultado da não conscientização das pessoas, então *quem deve promover a formação dessa cultura de valorização do meio ambiente?*

No Brasil, conforme Ferreira (1992b), é difícil a construção da cidadania, pois anos de autoritarismo levaram a um fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil. Neste sentido, as políticas ambientais teriam sido formuladas e implementadas através da ação de técnico-burocratas, e não como resposta a um processo interativo entre Estado e sociedade civil.

Isto nos leva a compreender melhor o que Jacobi (1991) definiu acima como a *fragilidade da cultura política de participação dos setores populares* no Brasil. Quando tratamos da legislação, apesar dos significativos avanços nesta área, as conquistas do direito ambiental não vem se efetivando, na prática, devido à incapacidade da sociedade civil em pressionar o Judiciário, ao mesmo tempo em que o Estado também não consegue enfrentar os novos desafios colocados pela problemática ambiental.

Em países como o Brasil, Ferreira & Ferreira (1992) colocam que as representações de carências relativas à pobreza ocupam o espaço preferencial de constituição da cidadania, presentes na retórica oficial e na agenda de movimentos reivindicatórios.¹

"(...) a saturação ecossistêmica que caracteriza o território nacional recoloca sob outras bases a noção de direitos socialmente construída, redefinindo as possibilidades e dificuldades da constituição de atores sociais e políticos do Brasil". (FERREIRA & FERREIRA, 1992: 14)

Neste sentido, se é o exercício da cidadania que serve de estímulo às ações do Poder Público, o despertar da mesma na maior parte da população precisa levar em conta o meio ambiente. Quando tomamos como exemplo a questão do abastecimento de água em São José do Rio Preto, a população que faz as reivindicações não o faz porque o péssimo tratamento dispensado aos recursos hídricos constitui um precedente ambiental grave. É porque ela não tem água em sua casa.

¹ Entretanto as autoras citam que existem autores que afirmam que nem toda carência transforma-se mecanicamente em reivindicação, pois nem toda representação sobre necessidade diluída ou mesmo expressa junto ao tecido social é reconhecida institucionalmente como demanda, seja pelo Estado seja pelos organismos políticos tradicionais. (FERREIRA & FERREIRA, 1992: 17)

"(...) o grande entrave é esse cultural, que a pessoa não entende... ele coloca, por exemplo, o interesse pessoal, individual (...). Então é cultural no sentido de colocar, por exemplo, a cidade em primeiro lugar; depois o interesse pessoal. Que há perfeitamente possibilidade de convergir o interesse pessoal, individual, mesmo corporativo, sem ferir o interesse da comunidade como um todo. Esse seria mais ou menos o que a sua geração tá falando tanto, que é cidadania. (...)". (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Segundo Pádua (1989a), a política ambiental necessita redescobrir o sentido da *razão pública* e do *espaço público*. É preciso recuperar a idéia de um poder público² voltado para a garantia da sobrevivência e para a promoção de uma sociedade viável. Na sociedade moderna há uma série de instâncias para expressar as aspirações públicas: ONG's, fóruns de debate, meios de comunicação, entre outras.

"(...) uma política de meio ambiente ideal, portanto, seria aquela voltada para o conjunto da sociedade, em defesa da sobrevivência e qualidade de vida". (Pádua, 1989a: 4)

Neste sentido, Pádua (1989) está defendendo que a crise ecológica requer a formação de uma vontade política geral, concretizada em mecanismos de poder público. Essa vontade deve iniciar uma ação coletiva direcionada ao fortalecimento da qualidade ambiental a curto prazo, e a longo prazo, garantir a sobrevivência ecológica.

De acordo com Espinosa (1993), o desenvolvimento sustentável, em cada país ou região, deve ser o resultado da interação entre os diferentes atores sociais envolvidos. As formas concretas para se atingir este ideal são próprias de cada comunidade, no espaço e no tempo, sendo que o instrumento *participativo* é fundamental para a solução de conflitos.

A formação de uma cultura de democratização da informação e participação popular, defendida pelo secretário municipal de Planejamento, compreende três momentos. Primeiramente, a difusão da informação dentro de cada secretaria; em seguida, inter-secretarias e a partir daí, prefeitura-comunidade.

²O autor coloca que poder público aqui não deve ser confundido com governo ou Estado.

"(...) a Secretaria da Educação tem soluções, tem políticas que interferem nas outras secretarias - na Secretaria de Obras, na Secretaria de Saúde, na Secretaria própria de Planejamento, e assim sucessivamente. Então, a Secretaria de Planejamento faz esse relacionamento inter-secretarias, relacionamento comunidade e relacionamento interno com o objetivo de formar uma cultura de... uma cultura da qual eu te falei, essencialmente de democratização da informação". (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Tentamos assim, observar, através das entrevistas realizadas, como se dá, na prática, este processo. Quanto ao trabalho interno de cada secretaria, a partir da proposta da Secretaria Municipal de Planejamento, pretende-se a extinção da figura do secretário, e sua substituição por um quadro colegiado de cinco a seis pessoas, para atuar na formulação e implementação de políticas³.

"(...) nós estamos trabalhando de forma que os.... por exemplo, o secretário, ele deixou de ter a função piramidal, quer dizer.... então é um processo básico que a gente sonha, de holística, que as pessoas tenham importância igual e responsabilidades de acordo com seu conhecimento". (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Em relação ao trabalho inter-secretarias, não há um consenso de que ele efetivamente ocorra. Alguns atores entrevistados confirmam esta proposta, enquanto outros se queixam da não reciprocidade no trabalho de algumas secretarias. Um exemplo da real existência da proposta de trabalho conjunto, defendida pela secretaria de Planejamento, está na fala das secretárias municipais de Saúde e Educação e do secretário de Obras e Saneamento Básico.

"Através da Secretaria de Planejamento essa integração...ela procura ser garantida envolvendo setores que são afins. Hoje a gente tem isso claro. Frente à priorização do orçamento de 95, nós discutimos junto com as outras secretarias e isso aí é um trabalho de integração que precisa ser aprendido, a secretaria precisa tá trabalhando junto prá conseguir trabalhar bem junto. E através do perfil do Secretário do Planejamento, ele procura garantir essa ação integrada. (...) a gente pode afirmar que há uma tendência de trabalho conjunto na atual administração (...)". (Entrevista com secretária municipal de Saúde - out./94)

"Nós fazemos em termos de...em termos de parceria mesmo, né? Então, por exemplo, quando é uma atividade esportiva a Secretaria de Esportes solicita à Secretaria de Educação o que ela vai necessitar. (...) mas são muitos os projetos e sempre nós trabalhamos aqui nessa prefeitura integradamente. Porque uma das principais coisas que o Prof. Manoel Antunes, que é o prefeito, solicitou, logo que nós entramos, numa reunião com todos os secretários e todos os chefes de departamento, é que nós trabalhássemos em conjunto, e que o sucesso de um seria o sucesso de todos, e a dificuldade de um seria a dificuldade de todos, e o insucesso de um repercutiria sobre todos". (Entrevista com secretária municipal de Educação - out./94)

³ Neste sentido, o Plano Diretor (1992) propõe reformas administrativas com a emancipação do departamento de Transportes em direção a uma secretaria; a autonomia do DAE, que hoje é apenas um departamento da secretaria municipal de Obras e Saneamento Básico e a criação da Secretaria de Comércio e Indústria.

"(...) existe, não tem como fugir disso. Existe a Secretaria do Planejamento que a gente procura trabalhar mais de perto. E existe também as outras secretarias que a gente acaba, a gente acaba assim, tendo que trabalhar junto". (Entrevista com secretário de Obras e Saneamento Básico - out./94)

Por outro lado, o departamento de Trânsito possui algumas dificuldades para a realização deste trabalho, segundo seu diretor, devido à falta de condições físicas e de recursos humanos, bem como da própria ausência de colaboração por parte de outras secretarias ou departamentos da prefeitura.

"Dentro da Prefeitura as coisas são mais ou menos isoladas. Nós, de vez em quando, pedimos apoio a outras secretarias para fazer algumas coisas que nós precisamos, mas não existe aí um entrosamento, assim". (Entrevista com ex-gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto e atual diretor do Depto. de Trânsito - out./94)

Quanto ao relacionamento prefeitura-comunidade, ocorrem duas instâncias de participação. Uma delas refere-se aos trabalhos que procuram ser desenvolvidos em termos de parceria com diversos setores da comunidade. A secretaria municipal de Saúde desenvolve trabalhos com a Faculdade de Medicina (FUNFARME), a DIRA e a secretaria municipal de Abastecimento; a secretaria de Educação recebe apoio de algumas faculdades particulares da cidade para a elaboração de um Plano Decenal de Educação para o município⁴.

A Secretaria de Planejamento vem procurando desenvolver convênios com a universidade como, por exemplo, projetos de parceria com o IBILCE na área de ciência e tecnologia para a futura implantação do Pólo Tecnológico. Também destacam-se trabalhos realizados em conjunto com a Faculdade de Economia e de Ciências Contábeis, esta contribuindo na fiscalização dos recursos públicos.

Ao mesmo tempo em que dirige algumas críticas à participação do empresariado e mesmo da universidade⁵, que poderiam ser muito maiores, o

⁴ A secretaria de Educação deixou dirigi uma queixa ao campus da Unesp em São José do Rio Preto. A faculdade em questão teria sido procurada a fim de que se estabelecesse um convênio entre esta e a secretaria para uma formação permanente dos professores da rede municipal. Sem possibilidades de pagamento, a Unesp não cederia seus docentes, mas de acordo com a secretária, a universidade possui verba do Estado para prestação de serviços à comunidade. Diante disso, o curso foi realizado pela FIRP - Faculdades Integradas Riopretense, que também possuiria uma verba a ser gasta com a comunidade.

⁵ Para o secretário de Planejamento, a mídia e a universidade possuem importante papel no sentido de educar ambientalmente a população.

secretário de Planejamento afirma que em relação à colaboração do governo estadual, há uma tendência cada vez mais irreversível da *municipalização*⁶.

Lester & Davis (1990) ao realizarem uma análise da transferência de responsabilidades da administração federal em relação às questões ambientais, para as administrações estaduais nos EUA, sugerem que sistemas políticos descentralizados estão mais propensos a promover a participação do cidadão e o acesso às responsabilidades.

Para Paehlke (1989), o ambientalismo, dentro de um conjunto de instituições políticas, valoriza o desenvolvimento de uma administração inovadora e participativa, com ênfase na descentralização. As possibilidades de um futuro ambiental economicamente sustentável necessitam de considerável mobilização social para que sejam possíveis alguns *ajustes* nos hábitos cotidianos da população. Este tipo de mudança simplesmente não pode ser imposto de cima, pois requer uma participação pública *entusiástica* nos níveis de decisão ambiental e econômica.

Para uma completa democratização do Estado brasileiro, é preciso fortalecer sua capacidade política de disciplinar as relações entre as organizações da sociedade civil e as instituições políticas; sua capacidade técnico-administrativa, constituindo elemento importante desse processo a *descentralização da tomada de decisões*; e sua capacidade de planejamento. A estratégia de desenvolvimento democrático e ambientalmente sustentável se pauta exatamente na promoção de mudanças estruturais na sociedade, o que pressupõe a emergência de interesses divergentes.

A segunda instância na qual se dá o relacionamento prefeitura-comunidade é através das reuniões com as sociedades de bairro. Segundo o secretário de Planejamento, a participação da comunidade é importante porque não há uma cultura que permita à maior parte da população cobrar o efetivo cumprimento das leis.

⁶Dentro do município de São José do Rio Preto, este processo pode ser confirmado em algumas secretarias. O município tem sua própria política educacional e de geração de empregos; na área de saúde, em cada cem reais gastos, 85 reais são provenientes da Prefeitura.

Para o secretário de Planejamento, a formação desta cultura se inicia com o combate a *pobreza*. Conforme visto, na opinião do secretário, a pobreza é a maior agressão ao meio ambiente porque é a pessoa pobre quem possui todos os incentivos negativos no sentido de degradá-lo cada vez mais. Justamente porque suas necessidades elementares não foram sequer atendidas.

“Se cada um fizer a parte dele, por exemplo, tem um exemplo típico: a limpeza pública, ela quase inexistiria se todo mundo varresse a sua calçada, em frente da sua calçada. Esse é um exemplo típico. Quem é que normalmente topa isso? A pessoa geralmente pensa sempre no outro. Diria que seria um entrave de ordem cultural”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

À primeira vista, a proposta de *participação* colocada pelo secretário, abrangendo todos os órgãos municipais, e a partir destes a sociedade, parece que tenta construir um sentido maior para o *coletivo*, e neste o exercício da cidadania. Poderíamos nos encantar e crer que possibilidades para uma política ambiental estejam despontando já nesta proposta. Entretanto, permanecem alguns equívocos que precisariam ser esclarecidos.

Uma outra crítica feita ao Plano Diretor (1992) é a de que, durante seu processo de elaboração, o debate com a comunidade não teria ocorrido de forma efetiva. Neste sentido, enquanto alguns atores entrevistados, apesar de serem citados nas comissões e sub-comissões do Plano Diretor, negam que tenha havido uma participação dos órgãos que representam, outros demonstram desconhecer completamente sua existência.

“O Plano Diretor... são leis muito prolixas, tensas demais, confusas e me parece que não houve a participação da comunidade nessas leis, (...) porque são leis completamente fora da realidade”. (Entrevista com Promotor de Meio Ambiente - ago./94).

“Nós da casa da agricultura não participamos. Eu não sei se não fomos convidados ou se que que houve. São José do Rio Preto como possui diversos órgãos da secretaria, nós somos menor, aquele de assistência técnica ao agricultor. Nós temos aqueles administrativos, delegacia agrícola, divisão regional agrícola; provavelmente estes demais devem ter sido convidados, porque existem pessoas de nível, talvez maior que nós prá falar das questões administrativas”. (Entrevista com secretário municipal de Agricultura - ago./94)

“(...) isso aí já é coisa da administração passada, nós não tivemos participação nenhuma”. (Entrevista com ex-gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto e atual diretor do Depto. de Trânsito - out./94)

Outro problema apontado estaria na falta de diálogo entre as diferentes comissões e sub-comissões, compartimentalizando as áreas de atuação do Plano Diretor. Por outro lado, isto não é confirmado pela Secretaria de Planejamento.

"Periodicamente a gente reunia o conjunto do grupo. Por exemplo, hoje nós vamos discutir a saúde. Então, todos aqueles dados, levantamentos feitos pela sub-comissão de saúde eram discutidos na plenária, prá que nós não podíamos ter um plano diretor de saúde, um plano diretor de educação, um plano diretor...né? Tinha que entender que isso tava interligado, que era um todo. (...) A gente queria que fosse um plano de consenso entre o pessoal técnico aqui da Prefeitura e a sociedade que tava representada". (Entrevista com assessora da Secretaria de Planejamento - out./94)

Estas contradições iniciam uma discussão que visa um maior aprofundamento da realidade de São José do Rio Preto frente à questão ambiental. O processo de elaboração do Plano Diretor nos aponta algumas diretrizes. Primeiro, *quais as possibilidades de uma política ambiental para São José do Rio Preto?*

As análises de Ferreira (1992b) procuram dar conta do papel do Estado em relação à questão ambiental, dentro do processo de evolução das políticas públicas. Até o final da década de 60, não havia uma formulação oficial sobre qualquer responsabilidade pública do Estado sobre a temática⁷.

Para Viola (1987), dentro do processo de desenvolvimento das últimas décadas, o Brasil constitui um dos países de maior degradação ambiental. O crescimento econômico acelerado fazia parte de um consenso entre as elites brasileiras desde que o presidente Juscelino Kubitschek o inaugurou como a ideologia dominante, através de seu projeto *avançar 50 anos em 5*.

Durante as duas décadas de regime autoritário-militar, governo e oposição coincidiam na necessidade do crescimento econômico acelerado. (VIOLA, 1987). Mesmo com a criação da SEMA em 1973⁸, o Brasil não se desfaz de sua posição

⁷ Lester (1989) coloca que os EUA inauguraram esta tradição com a adoção do NEPA (1969), onde o Estado passa a ter um compromisso formal com a aprovação de leis ambientais.

⁸ A Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA - foi criada pelo presidente Geisel com o único propósito de cumprir exigências de organismos internacionais que pediam a existência formal deste tipo de órgão junto com relatórios de impacto ambiental, para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas.

sobre a questão ambiental, onde a problemática ambiental é vista como controle de poluição e preservação de algumas amostras de ecossistemas naturais.⁹

Os antecedentes preservacionistas do ambientalismo brasileiro¹⁰, até a década de 80, apontam a existência de um movimento bissetorial, formado por associações ambientalistas e agências estatais de meio ambiente, numa relação complementar e contraditória (Viola & Leis, 1992).

A Constituição de 1988 incluiu preceitos ambientais avançados em termos internacionais. Este desenvolvimento institucional oficial foi acompanhado, e em parte estimulado, pelo crescimento, difusão e profissionalização de organizações não governamentais ambientalistas e socioambientalistas (Viola & Leis, 1992).

Viola & Leis (1992) apontam, para os anos 90, a transformação do movimento bissetorial para um multissetorialismo, que corta setores público e privado e forma novas alianças, favorece o diálogo e implica numa relação menos conflitiva entre governo e não governo.

A preocupação pública em relação a problemas de degradação ambiental já havia se iniciado nos EUA, na década de 60, a partir do surgimento de alguns movimentos ambientalistas. Como resultado disso surgem: organizações não governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental; agências estatais (de nível federal, estadual e municipal) encarregadas de proteger o ambiente; grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais; um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos; um mercado consumidor verde; agências e tratados internacionais

⁹ Segundo Viola & Leis (1992), o Brasil, dentro do contexto latinoamericano, foi quem mais espaço deu às questões ambientais.

¹⁰ O caráter preservacionista do ambientalismo brasileiro é evidenciado em 1958 com a *Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Em 1971 é criada a AGAPAN, em Porto Alegre, sob a influência do movimento ambientalista norte-americano e europeu. Entre seus programas, porém, não figuravam questões como o crescimento populacional e um uso mais racional dos recursos naturais.

encarregados de equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Atualmente, as iniciativas e políticas ambientais podem ser analisadas sob o impacto da atuação de diversos atores sociais e estatais. Na análise da política ambiental no Estado de São Paulo, Ferreira (1992b) parte do pressuposto de que o processo de formação das políticas públicas não pode ser reduzido a explicações de corte meramente estrutural e funcional. É preciso apreender as possibilidades de interação entre atores coletivos e individuais.

Ferreira considera que o Estado, nas análises sobre políticas ambientais, possui um papel fundamental. É o ator principal na formulação e implementação destas políticas. Em São José do Rio Preto, o Executivo municipal representa, frente à comunidade, o papel de provável indutor das políticas de meio ambiente.

Embora o discurso da *participação coletiva*, da *falta de conscientização* da população e da *ausência de recursos* sejam recorrentes, a *vontade política* dos governantes é sempre citada como essencial à realização de uma efetiva política de meio ambiente para o município.

"Possibilidade existe desde que haja uma vontade política acima de tudo. Há uma carência de recursos por parte do Poder Público para investir nessa área". (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94)

"(...) o grande problema é que o brasileiro, ele não tem consciência do meio ambiente. (...) meio ambiente não se resolve com conversa, se resolve com dinheiro. Então, as coisas ficam só na conversa, na vontade de fazer. Eu dirigi a CETESB muito tempo e deu muito bem prá eu notar isso". (Entrevista com ex-gerente da regional da CETESB em São José do Rio Preto e atual diretor do Depto. de Trânsito - out./94)

Essa *vontade política* geralmente acaba sendo confundida com uma questão de *prioridades* do órgão municipal. Quando se refere ao não tratamento de esgotos por parte da prefeitura, o gerente da regional da CETESB questiona esta questão de prioridades.

“A Constituição do Estado elaborada pela Assembléia Legislativa obriga os municípios a fazerem o tratamento de esgoto num prazo mínimo de dois anos a partir da promulgação dela, quer dizer, já venceu, tá? (...) e o que aconteceu? não tem, ninguém mexeu. Um município como Rio Preto com 500 mil habitantes não tem uma lagoa de tratamento de esgoto. Quer dizer, joga toneladas de esgoto no rio e...tudo bem, tem prefeito que quer fazer, mas e aí, e o dinheiro? Onde tá? Qual é a prioridade do município? É educação? É saúde? não sei. É esgoto? não sei, quer dizer, nunca é o esgoto, a gente percebe”. (Entrevista com gerente da regional da CETESB - ago./94)

Quando o secretário de Planejamento fala em prioridades da administração, ele coloca que o modelo de desenvolvimento atual é *caro* e é preciso estabelecer prioridades. Segundo ele, a cidade tem 90% de rede de esgoto, mas 0% de esgoto tratado. Para completar *somente* os emissários de esgoto necessários à cidade, seria preciso um volume de recursos que o município não possui.

“Essas prioridades, então passa assim. Se a pessoa está debaixo da ponte, se ela estiver numa favela, ela está melhor. Se ela estiver na favela com o terreno separadinho e com a biquinha d’água, ela está melhor do que quem não tem, se ela tem energia elétrica... e assim sucessivamente”. (Entrevista com secretário municipal de Planejamento - ago./94)

Entretanto, com o multissetorialismo colocado por Viola & Leis (1992), assistimos ao surgimento de diversas outras instâncias preocupadas com a questão ambiental. As análises sobre políticas ambientais devem avançar o discurso do simples conflito Estado-sociedade para uma provável articulação entre entidades e organismos diversos que assumiram a problemática ambiental.

Nesta pesquisa, procuramos o diálogo com diferentes atores que representam ainda, para São José do Rio Preto, apenas o início de uma *possibilidade*. Encontramos propostas excelentes, tanto a nível do discurso (Secretaria de Planejamento, vereador Lima Bueno) quanto a nível de atuação (Mônica Siqueira, Construfert). As possibilidades de uma política ambiental existem. *Então, qual a dificuldade em efetivá-la?*

Ferreira (1992a) coloca que apesar dos avanços em termos da problemática ambiental no país, as questões centrais ainda não são tratadas, recaindo a ênfase no *conservacionismo*. Fora isso, as políticas ambientais encontram-se *desvinculadas* das demais políticas públicas.

Quando nos referimos ao fato do Plano Diretor (1992) ter sofrido críticas no sentido de não ter realizado um debate maior com a sociedade, e mesmo a algumas contradições da proposta de trabalho integrado da Secretaria de Planejamento, queríamos introduzir aqui qual o principal entrave de uma política ambiental para São José do Rio Preto.

O *conservacionismo* ainda é evidente, conforme analisamos no Plano Diretor (1992) quando este se refere a uma política ambiental para o município (conservação de parques e jardins) e no papel *figurativo* do CONDEMA. Contudo, encontramos nossa resposta nas próprias palavras da secretária municipal de Saúde:

"O entrave maior que eu vejo seria a dificuldade dessa ação inter-setorial, porque hoje, como a gente já colocou, existem várias coisas favoráveis. O que precisa é que essas coisas caminhem junto (...). E esse entrave, eu acredito que com o atual Secretário de Planejamento, a proposta de atuação dele, esse entrave não existe, porque a gente acha que as perspectivas pro município elas são muito boas". (Entrevista com secretária municipal de Saúde out./94)

Sem entrarmos na defesa que a secretária de Saúde presta à política do secretário de Planejamento, o que realmente comprovamos em São José do Rio Preto, é que as diversas ações desenvolvidas em relação à problemática ambiental no município, encontram-se desvinculadas umas das outras. Assim, qualquer ação mais contundente na área ambiental revela-se pontual e dispersa. Atores diferentes realizam trabalhos diferentes, conforme o grau de engajamento e apoio obtido.

Por outro lado, as políticas públicas a serem desenvolvidas não se encontram relacionadas à política ambiental. Segundo Ferreira (1992a), as políticas ambiental, populacional, de ciência e tecnologia e políticas sociais voltadas à qualidade de vida, encontram-se totalmente desconectadas das estratégias governamentais para o desenvolvimento.

Meio ambiente e desenvolvimento não constituem processos separados. É preciso incorporar a dimensão ambiental nas políticas de governo, inserida em todas as políticas setoriais e atividades humanas. O modelo de desenvolvimento atual foi mestre na deterioração ambiental, a partir do uso intensivo de recursos naturais e a

crescente utilização de tecnologias modernas, em muitos casos danosas ao meio ambiente. Nas palavras de Vieira (1989):

“O dilema do desenvolvimento não está em crescer ou não crescer, mas sim em como crescer, o que implica uma mudança qualitativa das estruturas produtivas, sociais e culturais da sociedade”. (Vieira, 1989: 11)

Trilhar este caminho, contudo, não parece tarefa fácil. As medidas corretivas ainda predominam sobre o caráter preventivo das ações na área ambiental. A fragilidade política e cultural brasileira impede um avanço maior da problemática em direção a mudanças mais radicais do processo de desenvolvimento e elaboração de políticas públicas. Inclui-se um capítulo de meio ambiente no Plano Diretor e na Lei Orgânica do Município, como determina a modernidade e nos sentimos prontos para enfrentar o desafio.

"Eu vejo mais entraves, porque qualquer política, qualquer medida preventiva, qualquer medida, na realidade, mas uma medida preventiva ela custa dinheiro e hoje em dia os municípios, em virtude da legislação tributária que figura hoje no Brasil, os municípios eles estão vivendo à míngua. (...) mesmo porque a mentalidade não é *prevencionista*, não tão voltados ainda prá questão do meio ambiente". (Entrevista com secretário de Obras e Saneamento Básico - out./94)

CONCLUSÃO

“(...) o saneamento básico que pega o esgoto, tira daqui e eu vou jogar lá na frente. Só que o lá na frente um dia não vai mais ser o lá na frente, já vai ter gente morando. O vizinho da frente vai precisar daquela água que você tá poluindo aqui, e aí vai começar a faltar água”. (Entrevista com gerente da regional da Cetesb - ago./94)

“(...) quem não tratar dos resíduos, dos rejeitos, de todas as atividades industriais, comerciais e residenciais, é o mesmo que varrer e jogar embaixo do tapete. Um dia alguém vai achar”. (Entrevista com diretor comercial da Construfert - ago./94).

O conceito de desenvolvimento sustentável inaugurou um novo olhar sobre a relação homem-natureza, ao propor que desenvolvimento e meio ambiente estivessem completamente interligados.

Este trabalho destacou dois aspectos do conceito de desenvolvimento sustentável que consideramos fundamentais. Primeiro, falar em qualidade de vida para a maioria da população dos países subdesenvolvidos significa ainda, atender suas necessidades básicas. O desafio é como fazê-lo sem repetir o modelo atual de desenvolvimento.

Segundo, qualquer mudança de valores e padrões de consumo precisa resgatar o coletivo da ação social, que se traduz no direito de todos os membros da sociedade participarem das decisões que os afetam. Como sugere Herrera (1990) esta mudança, *não pode ser imposta de cima; apenas pode ser eficiente se for assumida por todo o corpo social.*

Neste sentido, a proposta do desenvolvimento sustentável parece distante da realidade brasileira. Em São José do Rio Preto observamos que a questão ambiental em si, de acordo com as entrevistas realizadas, traduz-se na falta de conscientização das pessoas. E mesmo quando ela existe, agarra-se a um imaginário de tipo *conservacionista*, localizando os problemas mais graves do país na questão amazônica.

Este tipo de pensamento reflete-se nas próprias ações do Estado, no privilégio da *correção*, em detrimento daquilo que deveria ser *preventivo* (... *só que o lá na frente um dia não vai mais ser o lá na frente, já vai ter gente morando*). Conforme nos questionamos, a qualidade de vida em São José do Rio Preto constrói uma imagem de cidade *organizada* e de *pólo dinâmico* do interior paulista. Porém, um ideário que não reflete sua imagem futura.

Não reflete por duas razões. Dentro do debate atual sobre a problemática de meio ambiente e as conseqüências decorrentes deste processo, que se traduziram em instrumentos direcionadores de qualquer estratégia de crescimento local - Plano Diretor, Lei Orgânica, Lei de Zoneamento, Conselhos de Meio Ambiente - a visão do Executivo municipal não lhe permite ultrapassar o caráter formal e corretivo de suas ações.

Este caráter formal pode ser visto nas críticas feitas ao Plano Diretor, à Lei Orgânica do Município e ao papel do CONDEMA, como se só a existência destes instrumentos significasse que o município abraçou o discurso da modernidade. O aspecto corretivo encontramos principalmente no Plano Diretor: a proposta de uma política ambiental de *arborização do município e recuperação da mata ciliar*.

É inegável que fatores positivos mereçam ser destacados. A política habitacional controlou o favelamento no município e o programa de geração de empregos diversifica as atividades e gera renda. Contudo, os recursos do Programa

Cidade de Porte Médio tiveram papel fundamental nestas políticas, o que talvez explique parte do imaginário *ordenado* do espaço urbano riopretense.

No entanto, outras políticas foram deixadas em segundo plano, como o sistema de abastecimento de água que sempre privilegiou as soluções a curto prazo. Isto demonstra que as demais políticas do município encontram-se desvinculadas de uma estratégia geral de planejamento, que alie em um só conjunto políticas públicas e ambientais.

Por outro lado, destacam-se iniciativas condizentes com um ideal de mudança, tais como a descentralização da tomada de decisões, proposta pela Secretaria Municipal de Planejamento, embora esta secretaria seja a direcionadora do processo e estas mudanças sejam colocadas em forma de *ajustes* ao atual modelo de desenvolvimento.

A democratização da informação dentro do Executivo municipal e seu repasse à sociedade leva-nos a crer que é possível a participação da comunidade na tomada de decisões. Entretanto, as dificuldades de concretização deste ideal esbarram também em outra crítica feita ao Plano Diretor: a falta de diálogo entre as comissões participantes de seu processo de elaboração, e destas com a comunidade.

A proposta de trabalho integrado do secretário de Planejamento não corresponde às possibilidades de uma política ambiental para o município, na medida em que este trabalho não se efetiva. Aqui encontramos o segundo motivo através do qual o imaginário riopretense é desmistificado: todas as ações voltadas à questão ambiental, dentro do município, encontram-se dissociadas umas das outras.

O surgimento do multissetorialismo colocado por Viola (1992), expresso na emergência de diversos atores sociais dentro do debate ambientalista atual, mostra que a relação Estado-sociedade civil tornou-se mais complexa e permeada por instâncias significativas, que não necessariamente se traduzem em conflito, como no

caso da terceirização da limpeza e tratamento do lixo urbano em São José do Rio Preto.

Assim, falar em política ambiental para São José do Rio Preto é objetivar a integração das diversas ações inter-setoriais existentes e direcioná-las a uma estratégia de planejamento a longo prazo. Pudemos observar as várias ações voltadas ao meio ambiente que vêm ocorrendo no município, principalmente aquelas relacionadas à educação ambiental.

Quando iniciamos este trabalho, a questão que nos provocava era de que o advento do ambientalismo, e as conseqüentes propostas de mudanças no modelo atual de desenvolvimento, inauguravam uma *oportunidade* de se pensar o futuro, pautando-se por critérios de sustentabilidade.

No caso brasileiro, pensar este futuro requer um amadurecimento das forças políticas e da dinâmica participativa da sociedade. As discussões precisam transcender o nível da simples preocupação unilateral pela preservação do ambiente e estratégias remediais de controle do excesso de poluição, para o nível do questionamento preventivo (*... varrer e jogar embaixo do tapete, um dia alguém vai achar*).

Cidades médias como São José do Rio Preto, que ainda não verificam os problemas sociambientais dos grandes centros urbanos, abraçarão a oportunidade e direcionarão suas políticas em torno da problemática ambiental, promovendo a integração de todos os atores envolvidos?

A resposta a esta questão implica em saber a procura de qual modernidade São José do Rio Preto se encontra: entre o desenvolvimentismo (in)consciente dos últimos quarenta anos ou as mudanças em direção a uma sensibilidade ecológica e cooperativa.

BIBLIOGRAFIA

- ABES** - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (1992). "A Caminho da Conferência do Rio: a visão da ABES". In: *BIO*, Comitê Permanente de Ecologia e Meio Ambiente da ABES, pp.15-17.
- ABRUNHOSA**, Abílio C. (org.). (1929). *Álbum ilustrado da comarca de Rio Preto - propaganda regional do Estado de São Paulo - zona Araraquarense*. São Paulo, Casa Editora Duprat-Mayença.
- ALONSO**, Lineu R. (1992). "Desenvolvimento, Controle da Poluição e Meio Ambiente". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), São Paulo, Fundação SEADE.
- ALTMANN**, Werner (1989). "Meio Ambiente: um ensaio em perspectiva histórica". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- BAENINGER**, Rosana (1992). *Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.
- BARBOSA**, Sônia R. da C.S.(1990). *Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulínia, SP: as representações de qualidade ambiental e saúde para médicos e paciente*. Campinas, dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.
- BARBOSA**, Sônia R.C.S. (1992). "Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais". In: **HOGAN**, Daniel J. & **VIEIRA**, Paulo F. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.
- BEGOSSI**, Alpina et alli. (1991). *Eco 92 - o Brasil na CNUMAD 92: comentários sobre os subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional*. Campinas, NEPAM-UNICAMP.
- BELINKY**, Aron & **MACDOWELL**, Sílvia (1989). "Desenvolvimento e preservação ambiental em São Paulo". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- BERMANN**, Célio (1992a). "Energia, meio ambiente e miséria: os paradigmas da nova ordem". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), São Paulo, Fundação SEADE.

- BERMANN, Célio** (1992b). "Limites e perspectivas para um desenvolvimento sustentável". In: *Tempo e Presença*, Meio Ambiente, CEDI, (261).
- BERQUÓ, Elza** (coord.) (1988). *Mortalidade: diferenciais e a política de saúde*. Campinas, relatório técnico, NEPO-UNICAMP.
- BOEIRA, Sérgio Luís** (1988). *Ecologia Política e Juventude Universitária: algumas considerações sobre o modo de vida com ênfase nas relações entre poder e saúde*. Águas de São Pedro, XII Encontro Anual da ANPOCS.
- BRANT, Vinícius C.** (org.) (1989). *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo, Brasiliense.
- SINGER, Paul** (1980). "Movimentos sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas". In: **BRANT, Vinícius C.** (org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes.
- BRANT, Vinícius C.**(1980). "Da resistência aos novos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo". In: **BRANT, Vinícius C.** (org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes.
- BUTTEL, Frederick H.** (1986). "Sociology and the Environment: the winding road toward human ecology". *International Social Science Journal*, 38(3), pp.337-356.
- CALDWELL, Lynton K.** (1985). *Population and Environment: inseparable policy issues*. Washington, D.C., The Environmental Fund.
- CALVERT, Jerry W.** (1990). "Party Politics and Environmental Policy". In: **LESTER, James P.** (org.). *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- CANO, Wilson & SEMEGHINI, Ulysses C.** "Diagnósticos setoriais - introdução". In: *São Paulo no limiar do século XXI*, São Paulo, Fundação SEADE, vol.II.
- CANO, Wilson** (1988). "Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo" in: *Coleção Economia Paulista*. São Paulo, Fundação SEADE, v.I.
- CANO, Wilson et al.** (1992) O processo de urbanização paulista no período 1970-1989 in: *São Paulo no limiar do século XXI*, São Paulo, Fundação SEADE, vol.V.

- CAPOBIANCO**, João Paulo (1989). "O Movimento Ecológico e o Exercício da Cidadania". In: São Paulo em Perspectiva, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- CAPRA**, Fritjof (1993). O Ponto de Mutação. São Paulo, Cultrix.
- CARVALHO**, Isabel (1991). *Desenvolvimento sustentável: da economia à política*. Rio de Janeiro, texto mimeo.
- CARVALHO**, Isabel (1992). "Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil". In: *Tempo e Presença*, Meio Ambiente, CEDI, (261).
- CAUFIELD**, Henry P. (1990). "The Conservation and the Environmental Movements: an historical analysis". In: **LESTER**, James P. (org.), *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- CAVALCANTI**, Nireu (1992). "A urbanização brasileira". In: *Tempo e Presença*, Meio Ambiente, CEDI, (261).
- CIMA** - Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Brasília.
- CMMAD** - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, FGV, 2a. ed.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**. *Legislação Básica sobre Recursos Hídricos*. São Paulo, Governo do Estado.
- CONTI**, Laura (1986). *Ecologia, Capital, Trabalho e Ambiente*. São Paulo, Editora Hucitec.
- CRESPO**, Samyra (1993). "O Brasil na era verde: a consciência ecológica no país segundo pesquisas de opinião". In: *Opinião Pública*, vol.I (2), Campinas, CESOP-UNICAMP.
- DALY**, Herman (1984). *A economia do século XXI*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, caps.I e III.
- DAVIS**, Charles E. & **LESTER**, James P. (1990). "Federalism and Environmental Policy". In: **LESTER**, James P. (org.). *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.

- DAVIS**, Kingsley. "Population and resources: fact and interpretation". In: **DAVIS**, Kingsley & **BERNSTAM**, Mikhail S. (eds.). *Resources, environment and population: present knowledge, future options*. New York, Oxford University Press.
- DIEGUES**, Antonio Carlos S. (1992). "Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), São Paulo, Fundação SEADE.
- DUNLAP**, Riley E. (1990). "Public Opinion and Environmental Policy". In: **LESTER**, James P. (org.). *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- DUPUY**, Jean P. (1980). *Introdução à Crítica de Ecologia Política*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- DWIVEDI**, O.P. (1986). "Political Science and the Environment". *International Social Science Journal*, 38(3), pp.377-390.
- ECKERSLEY**, Robyn (1990). "Habermas and Green Political Thought: two roads diverging". *Theory and Society*, (19), p.739-776.
- ECLAC** - Economic Commission for Latin America and the Caribbean (1991). *Sustainable Development: changing production patterns. Social Equity and the Environment*. Santiago, ECLAC.
- ECO**, Umberto (1988). *Como se Faz uma Tese*. São Paulo, Perspectiva.
- ESPINOSA**, Héctor R.M. (1993). "Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica". In: *Ambiente, Revista Cetesb de Tecnologia*, vol.7 (1), São Paulo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
- FARIA**, Vilmar E. (1983). "Desenvolvimento, urbanização e mudança na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos". In: **SORG**, B. & **ALMEIDA**, M.H.T. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- FELDMANN**, Fábio (1989). "Meio Ambiente no Brasil: situação, perspectivas e desafios". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- FELDMANN**, Fábio (1992). "Tendências e Equívocos do Movimento Ambientalista". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), São Paulo, Fundação SEADE.

- FERREIRA, Leila C. & FERREIRA, Lúcia C. (1992).** “Limites Ecosistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade”. In: **HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. (orgs.)** *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da C.(1992a).** “Os atores e as instituições na definição da política ambiental no estado de SP”. In: *Ambiente e Sociedade, possibilidades e perspectivas de pesquisas*. Campinas, UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da C.(1993a).** “A política ambiental no Brasil”. In: **MARTINE, George (org.)**. *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da Costa (1990).** "Estado e Ambiente". In: Texto IFCH (10), Campinas, IFCH/UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da Costa (1991).** *Ecologia, a Vida Urbana e a Política Ambiental*. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da Costa (1992b).** *Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios (a política ambiental no Estado de São Paulo)*. Campinas, tese de doutoramento, IFCH/UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da Costa (1993b).** "Desenvolvimento, Meio Ambiente e Políticas Públicas". In: *Opinião Pública*, Campinas, CESOP/UNICAMP, 1(2).
- FERREIRA, Leila da Costa (1994).** *A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local*. XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.
- FERREIRA, Lúcia da Costa (1992c).** *Os Fantasmas do Vale: representações e modos de ação social em Cubatão*. Campinas, Editora UNICAMP.
- FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFRJ (1992).** *Diálogo sobre Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FÓRUM DE ONG's Brasileiras (1992).** *Meio ambiente e desenvolvimento - uma visão das ONG's e dos movimentos sociais*. Documento preparatório para a Conferência da sociedade civil sobre meio ambiente e desenvolvimento, Rio-92, Brasil.
- FRANCO, Tânia (1993).** “Trabalho industrial e meio ambiente: a experiência do complexo industrial de Camaçari”. In: **MARTINE, George (org.)**. *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.

- FUNDAÇÃO SEADE.** *Perfil Municipal 1980-1991 - Região Administrativa de São José do Rio Preto.* São Paulo, Fundação SEADE, vol.VII.
- FURTADO, Celso** (1975). "Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento na teoria econômica e no planejamento". In: **ANDRADE, Manuel Correia de et alli.** *Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento.* São Paulo, Hucitec.
- GALLOPÍN, Gilberto** (1986). "Ecologia y Ambiente". In: **LEFF, Enrique & MONTES, Jose María** (org.). *Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo,* Mexico, Siglo Veintiuno Editores.
- GALLOPÍN, Gilberto** (1990). *The Environmental Sustainability of Development and Technological Change in Latin America and the Caribbean.* Santiago, United Nations/Economic Commission for Latin America and the Caribbean - ECLAC.
- GALLOPÍN, Gilberto** (1992). "Science, technology and the ecological future of Latin America". In: *World Development*, vol.XX (10), Pergamon Press, Great Britain, pp.1391-1400.
- GALTUNG, Johan** (1979). *Development, Environment and Technology: towards a technology for self-reliance.* New York, United Nations, United Nations Conference on Trade and Development.
- GALTUNG, Johan** (1984). "Los Azules y los Rojos, los Verdes y los Pardos: una eluación de movimientos políticos alternativos". In: *Boletim de Ciências Sociais* (34), Santa Catarina, FLP/UFSC.
- GARCIA, R.M.**(1992). "Contribuição à formulação de políticas públicas relativas ao meio ambiente". In: *Revista de Administração Pública* 26(3), pp.36-63, Rio de Janeiro.
- GHERARDI-GOLDSTEIN, Elenita et alli.** (1993). "Dispersão de efluentes e os padrões ambientais". In: *Ambiente, Revista CETESB de Tecnologia*, vol.7 (1), São Paulo, Secretaria Estadual do Meio Ambiente.
- GIRALDELLI, Bernadete W. & WONG, Laura Rodriguez** (1982). "Região de São José do Rio Preto, um exemplo da situação do Oeste Paulista". In: **Fundação SEADE,** *Análise Demográfica Regional* (9), São Paulo, Fundação SEADE.
- GOMES, Leonardo.** (1975). *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade - São José do Rio Preto.* São Paulo, Ed. Gráfica São José.

- GONÇALVES, Carlos W.P.**(1990). "Impacto ambiental e regime político". In: *Cadernos CEDI, Hidrelétricas, ecologia e progresso, contribuições para um debate*, Rio de Janeiro.
- GRAZIANO NETO, Francisco** (1982). *Questão agrária e ecologia. Crítica da moderna agricultura*. São Paulo, Brasiliense.
- GUICHARD, Denise G.** (1989). "À margem da cidade: a poluição dos rios". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- HARVEY, David** (1993). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- HERCULANO, Selene C.**(1992). "Como passar do insuportável ao sofrível". In: *Tempo e Presença, Meio Ambiente, CEDI*, (261).
- HERRERA, Amílcar O.**(1990). "Meio ambiente, tecnologia e empobrecimento global". In: *Seminários Universidade e Meio Ambiente (documentos básicos)*, Governo Federal/Secretaria de meio Ambiente, Brasília, pp.185-196.
- HOGAN, Daniel J.** (1989). *População e meio ambiente*. Campinas, Textos NEPO (16), NEPO-UNICAMP.
- HOGAN, Daniel J.** (1991a). "Crescimento demográfico e meio ambiente". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, 8(1-2).
- HOGAN, Daniel J.** (1992a). *Crecimiento y distribucion de la poblacion: su relacion con el desarrollo y el medio ambiente*. Santiago, Nações Unidas, Documento de Referência DDR/5.
- HOGAN, Daniel J.** (org.) (1987). *Dinâmica Demográfica e Poluição Ambiental*. Campinas, Textos NEPO (12), NEPO-UNICAMP.
- HOGAN, Daniel J. et alli.** (1978). *Cidades: usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense.
- HOGAN, Daniel J.**(1991b). *Pobreza, poluição e prioridades: considerações sobre meio ambiente e cidadania*. Textos Didáticos (3), Campinas, IFCH/UNICAMP.
- HOGAN, Daniel J.**(1992b). "Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras". In: **HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F.** (orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- HOGAN, Daniel J.**(1993). "População, pobreza e poluição em Cubatão, SP". In: **MARTINE, George** (org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.

- HUBER**, Joseph (1985). *Quem Deve Mudar Todas as Coisas - as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IGLESIAS**, Enrique (1972). "Development and the human environment". In: *United Nations Conference. Development and environment*. Founex, Switzerland, june 4-12, 1971, Mouton/Paris/The Hague, pp.47-66.
- ILLICH**, Ivan (1973). *La Convivialité*. Paris, Éditions du Seuil.
- ISER**. *Reflexões sobre a ONU e o processo de globalização das relações internacionais*. Texto ISER (2), Grupo de novas relações internacionais do Fórum de ONG's brasileiras preparatório para a Conferência da sociedade civil sobre meio ambiente e desenvolvimento - Rio 92.
- JACOBI**, Pedro (1989). *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo, Editora Cortez.
- JACOBI**, Pedro (1991). "Políticas públicas e alternativas de inovação da gestão municipal - o complexo caso da cidade de SP". In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, vol.5(2), pp.31-27.
- KEIFITZ**, Nathan (1991). "Toward a theory of population-development interaction". In: **DAVIS**, Kingsley & **BERNSTAM**, Mikhail S. (eds.). *Resources, environment and population: present knowledge, future options*. New York, Oxford University Press.
- KRAFT**, Michael (1990). "Congress and Environmental Policy". In: **LESTER**, James P. (org.), *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- KURZ**, Robert (1993). *O colapso da modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 2a. ed.
- LAGO**, Antônio & **PÁDUA**, José Augusto (1984). *O que é Ecologia*. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- LATIN American and Caribbean Commission on Development and environment** (1990). *Our Own Agenda*. Inter-American Development Bank/United Nations Development Programme.
- LEAL**, Maria do Carmo et. alli (orgs.) (1992). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Contribuição para um enfoque multidisciplinar apresentada à Conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

- LEFF, Enrique & MONTES, José María** (1986). "Perspectiva Ambiental". In: **LEFF, Enrique & MONTES, José María** (org.). *Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo*, Mexico, Siglo Veintiuno Editores.
- LESTER, James P. & DRYZEK, John S.** (1990). "Alternative Views of Environmental Problematic". In: **LESTER, James P.** (org.), *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- LESTER, James P.** (org.) (1990). Introduction In: *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- LIMA BUENO, José Carlos de.** (1979). *Estudos sobre a evolução da lei de zoneamento de São José do Rio Preto*. São Carlos, dissertação de mestrado, Departamento de Arquitetura e Planejamento/Escola de Engenharia de São Carlos-USP.
- RODRIGUES, Arlete M.** (org.). (1993). *Meio ambiente: ecos da Eco*. Textos Didáticos (8), Campinas, IFCH/UNICAMP.
- MAIMON, Dália** (1992). "Empresa e meio ambiente". In: *Tempo e Presença, Meio Ambiente*, CEDI, (261).
- MANN, Dean & INGRAM, Helen** (1990). "Interest Groups and Environmental Policy". In: **LESTER, James P.** (org.). *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- MARTINE, George** (1993). "A demografia na questão ecológica: falácias e dilemas reais". In: **MARTINE, George** (org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- MARTINE, George** (1993). "População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional". In: **MARTINE, George** (org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- NEDER, Ricardo T.** (1992). "Limites político-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil". In: **HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F.** (orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- NUNES, Edson** (1989). "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". In: *Lua Nova* (17), São Paulo.

- ODUM, E.** (1959). *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- OLIVEIRA, Rafael S. de** (1992). Ética e desenvolvimento sustentável in: Tempo e Presença, Meio Ambiente, CEDI,(261).
- OPHULS, William** (1977). *Ecology and the Politics of Scarcity*. São Francisco, W. H. Freeman and Company.
- PÁDUA, José Augusto** (1989a). "Espaço Público, Interesses Privados e Política Ambiental". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- PÁDUA, José Augusto** (1989b). *O Nascimento da Política Verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos*. Caxambu, XIII Encontro Anual da ANPOCS.
- PAEHLKE, Robert C.** (1989). *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. New Haven and London, Yale University Press.
- PARK, Robert Ezra** (1973). "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: **VELHO, Otávio Guilherme** (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PATARRA, Neide L. & FERREIRA, Carlos Eugênio C.** (1986). *Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise*. Textos NEPO (10), Campinas, UNICAMP/NEPO.
- PERILLO, Sonia R.** (1992). *Nova Área de Atração Populacional no Oeste Paulista: a Região de Governo de São José do Rio Preto*. Belo Horizonte, UFMG/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, dissertação de mestrado.
- RATTNER, Henrique** (1989). "Tecnologia e Ecodesenvolvimento". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- RATTNER, Henrique** (1992). "Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), São Paulo, Fundação SEADE.
- REVISTA VEJA** (1990). *São José do Rio Preto, vocação para medicina*. Informe Publicitário, ano 23 (12).
- RODRIGUES, Arlete M.** (1993). *Movimentos sociais*. Campinas, Primeira Versão (52), IFCH/UNICAMP.

- ROLNIK**, Raquel; **KOVARICK**, Lúcio & **SOMEKH**, N. (1990). *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, Brasiliense.
- ROSENBAUM**, Walter A. (1990). "The Bureaucracy and Environmental Policy". In: **LESTER**, James P. (org.). *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- SACHS**, I. (1980). *Stratégies de l'Écodéveloppement*. Paris, Les Éditions Ouvrières.
- SACHS**, Ignacy (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** (1990). *Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, Câmara Municipal.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** - Prefeitura Municipal (1981). *Perfil Municipal. São José do Rio Preto*. Secretaria Municipal de Planejamento, vols. I, II, III, IV, V e VI.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** - Prefeitura Municipal (1991). *Diagnóstico do Plano Diretor de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, Secretaria Municipal de Planejamento, vols. I, II, III e IV.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** - Prefeitura Municipal (1992). *Plano Diretor de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, Secretaria Municipal de Planejamento.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** - Prefeitura Municipal/Associação Comercial e Industrial de Rio Preto. *Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994*. São José do Rio Preto, Prefeitura Municipal/ACIRP.
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO** - Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Saúde e Higiene (1993). *Situação Atual da Saúde no Município de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, Secretaria Municipal de Saúde.
- SAWYER**, Donald (1993a). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Seminário Políticas Públicas, Agentes Sociais e Desenvolvimento Sustentável.
- SAWYER**, Donald R. (1993b). "População e meio ambiente na Amazônia brasileira". In: **MARTINE**, George (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.

- SAWYER**, Donald R.(1992). "Campeinato e Ecologia na Amazônia". In: **HOGAN**, Daniel J. & **VIEIRA**, Paulo F. (orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- SEMEGHINI**, Ulysses C. (1988). *Campinas (1860-1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização*. Campinas, dissertação de mestrado, IE/UNICAMP.
- SERRA**, José (1982). "Ciclo e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra". In: *Revista de Economia Política*.
- SILVA**, José Antonio O. da (1992). "O município e a proteção ambiental". In: *Revista de Administração Pública* 26(3), pp.88-106, Rio de Janeiro.
- SIMMEL**, Georg (1973). "A metrópole e a vida mental". In: **VELHO**, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SMOLKA**, Martim O.(1993). 'Meio ambiente e estrutura intra-urbana". In: **MARTINE**, George (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- SOARES**, Luiz Henrique P. (1992). "Gestão Ambiental: questão social, questão de Estado". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), Fundação SEADE.
- SOBRAL**, Helena Ribeiro (1992). "Meio Ambiente e Governos Locais". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), Fundação SEADE.
- SOFFIATI**, Arthur (1987). *A ecologia e a nova Constituição brasileira*. São Paulo, Edicon.
- THOMPSON**, William Irwin (org.) (1990). *Gaia - Uma Teoria do Conhecimento*. São Paulo, Editora Gaia.
- TORRES**, Haroldo da G. (1992). "O nordeste urbano: grave crise ambiental". In: **HOGAN**, Daniel J. & **VIEIRA**, Paulo F. (orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- TORRES**, Haroldo da G. (1993). "Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro". In: **MARTINE**, George (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- UNCED** - United Nations Conference on Environment and Development (1992). *Agenda 21: Programme of Action for Sustainable Development*. Rio de Janeiro, United Nations, pp.19-74.

- VAINER**, Carlos B.(1993). "População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas". In: **MARTINE**, George (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento - Verdades e contradições*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- VASCONCELOS**, Luiz A.T. (1992a). *Desenvolvimento Econômico e Urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e Araçatuba*. Campinas, dissertação de mestrado, IE/UNICAMP.
- VASCONCELOS**, Luiz A.T. (1992c). "Região Administrativa de São José do Rio Preto". In: *São Paulo no limiar do século XXI*, São Paulo, Fundação SEADE, vol.VIII.
- VASCONCELOS**, Luiz A.T.(1992b) "A aglomeração urbana de São José do Rio Preto". In: **CANO**, Wilson (coord.). *Urbanização e metropolização no Estado de SP: desafios da política urbana*. Campinas, convênio SPG/FECAMP, IE-NESUR/UNICAMP.
- VIDAL**, Maria do Socorro (1993). *Região de Governo de São José do Rio Preto*. Campinas, Textos NEPO, (24).
- VIEIRA**, Liszt (1989). "Fragmentos de um Discurso Ecológico: reflexões críticas de ecologia política". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- VIEIRA**, Paulo F. "A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)". In: **HOGAN**, Daniel J. & **VIEIRA**, Paulo F. (orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- VIOLA**, Eduardo & **LEIS**, Hector (1989). *Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: o papel organizador do ecologismo*. Trabalho apresentado ao GT Ecologia, Política e Sociedade, XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.
- VIOLA**, Eduardo (1987). "O Movimento Ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica". In: **PÁDUA**, José de Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, IUPERJ/Espaço e Tempo.
- VIOLA**, Eduardo (1992). "A Dinâmica do Ambientalismo e o Processo de Globalização". In: *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2), São Paulo, Fundação SEADE.

- VIOLA**, Eduardo J. & **LEIS**, Hector R. (1992). "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista ao multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável". In: **HOGAN**, Daniel J. & **VIEIRA**, Paulo F. (orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- WEBER**, Max (1973). "Conceito e categorias da cidade". In: **VELHO**, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WENNER**, Lettie M. (1990). "The courts and environmental policy". In: **LESTER**, James P. (org.). *Environmental Politics and Policy: Theories and Evidence*, Duke University Press.
- WILHEIM**, Jorge (1989). "Ecologia no Estado de São Paulo". In: *São Paulo em Perspectiva*, 3(4), São Paulo, Fundação SEADE.
- WIRTH**, Louis (1973). "O urbanismo como modo de vida". In: **VELHO**, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.